

PARA LER FREUD

**PSICOLOGIA
DAS MASSAS E
ANÁLISE DO EU**
Solidão e multidão

Por Ricardo Goldenberg

FREUD





PARA LER FREUD

Organização de Nina Saroldi

**PSICOLOGIA
DAS MASSAS E
ANÁLISE DO EU**
Solidão e multidão

Por Ricardo Goldenberg

FREUD



2015

Copyright © Ricardo Goldenberg, 2014

Capa e projeto gráfico de miolo da versão impressa
Gabinete de Artes/Axel Sande

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE
LIVROS, RJ

Goldenberg, Ricardo
G566p Psicologia das massas e análise do eu
[recurso eletrônico]: multidão e solidão /
Ricardo Goldenberg; organização Nina
Saroldi. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2015.
recurso digital

Formato: ePub
Requisitos do sistema: Adobe Digital
Editions

Modo de acesso: World Wide Web
Apêndice
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-200-1200-0 (recurso

eletrônico)

1. Imagem (Psicologia). 2. Intimidade (Psicologia) - Aspectos sociais. 3. Marketing pessoal. 4. Mídia - Aspectos sociais. 5. Comunicação de massa - Aspectos sociais. 6. Livros eletrônicos. I. Saroldi, Nina. II. Título. III. Série.

15-21774

CDD: 302.23

CDU: 316.77

Todos os direitos reservados. É proibido reproduzir, armazenar ou transmitir partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Um selo da

EDITORA JOSÉ OLYMPIO LTDA.

Rua Argentina, 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380

– Tel.: (21) 2585-2000

Seja um leitor preferencial Record.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções.

Atendimento e venda direta ao leitor:

mdireto@record.com.br ou (21) 2585-2002.

Produzido no Brasil

2015

SUMÁRIO

Apresentação da coleção

Prefácio

Introdução

A propósito de um título

Anatomia de um livro de Freud

Capítulo primeiro

Onde se questiona a oposição clássica entre individual e coletivo.

Capítulo segundo

Onde se contesta a tese de um instinto gregário, um herd instinct.

Capítulo terceiro

Onde se trata de massas

organizadas.

Capítulo quarto

Onde se discutem as relações entre sugestão e uma curiosa substância denominada libido (e começam a ser elucidados fenômenos como o de A onda).

Capítulo quinto

Onde se analisa a estrutura de massas artificiais específicas — nomeadamente, a Igreja e o Exército —, com o intuito de revelar como a teoria edípica serve para demonstrar que o chefe é um sub-rogado do pai.

Capítulo sexto

Onde consta a observação sobre a recém-criada URSS, já comentada. E onde há uma não

menos deliciosa nota a propósito da “ambivalência”, ou seja, do amor e do ódio experimentados em relação à mesma pessoa.

Capítulo sétimo

Onde finalmente se revela a que veio semelhante estudo do comportamento das multidões: fincar os fundamentos de uma teoria da identificação. E onde podemos ler a bela fórmula da melancolia: a sombra do objeto cai sobre o eu.

Capítulo oitavo

Onde se avança mais um passo na teoria do amor, comparando o enamoramento com o estado de influência conhecido como

hipnose.

Capítulo nono

Onde se discute e se rebate a hipótese de um “instinto gregário”, uma gregariousness inata. E onde se explica o porquê da alegria geral com a Xuxa sendo tratada como uma (cidadã) qualquer.

Capítulo décimo

Onde se fundamenta a tese, algo mítica (ainda que o mito seja de um cientista, Darwin), de que a massa seria a versão atualizada de uma suposta “horda primordial”, e se conclui que “A psicologia da massa é a mais antiga psicologia do ser humano”.

Capítulo décimo primeiro

O derradeiro. Um grau no interior do eu.

Apêndice

Onde Freud se sente obrigado a se aprofundar em determinados conceitos em benefício do leitor.

Olha eu!

“Triste o saber que não beneficia o sábio”

Anexos

Um passeio pelo Seminário

1964: Ano de polemizar com Jean-Paul Sartre, jamais mencionado pelo nome.

1967: Ano dedicado a conjecturar uma lógica da

fantasia.

Em tempo: dançando nas ruas.

Referências bibliográficas

Cronologia de Sigmund Freud

**Outros títulos da coleção
Para Ler Freud**

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Em 1939, morria em Londres Sigmund Freud. Hoje, passadas tantas décadas, cabe perguntar por que ler Freud e, mais ainda, qual a importância de lançar uma coleção cujo objetivo é despertar a curiosidade a respeito de sua obra.

Será que vale a pena ler Freud porque ele criou um campo novo do saber, um ramo da psicologia situado entre a filosofia e a medicina, batizado de psicanálise?

Será que o lemos porque ele criou,

ou reinventou, conceitos como os de inconsciente e recalque, que ultrapassaram as fronteiras do campo psicanalítico e invadiram nosso imaginário, ao que tudo indica, definitivamente?

Será que devemos ler o mestre de Viena porque, apesar de todos os recursos farmacológicos e de toda a ampla oferta de terapias no mercado atual, ainda há muitos que acreditam na existência da alma (ou de algo semelhante), e procuram o divã para tratar de suas dores?

Será que vale ler Freud porque,

como dizem os que compartilham sua língua-mãe, ele é um dos grandes estilistas da língua alemã, razão pela qual recebeu, inclusive, o prêmio Goethe?

Será que seus casos clínicos ainda são lidos por curiosidade “histórico-mundana”, para conhecer as “bizarrices” da burguesia austríaca do fim do século XIX e do início do XX?

Será que, em tempos narcisistas, competitivos e exibicionistas como os nossos, é reconfortante ler um investigador que não tem medo de confessar seus fracassos e que elabora

suas teorias de modo sempre aberto à crítica?

Será que Freud é lido porque é raro encontrar quem escreva como se conversasse com o leitor, fazendo dele, na verdade, um interlocutor?

É verdade que, tanto tempo depois da morte de Freud, muita coisa mudou. Novas configurações familiares e culturais e o progresso da tecnociência, por exemplo, questionam suas teorias e põem em xeque, sob alguns aspectos, sua relevância.

Todavia, chama a atenção o fato de, a despeito de todos os anestésicos —

químicos ou não — que nos protegem do contato com nossas mazelas físicas e psíquicas, ainda haver gente que se disponha a deitar-se num divã e simplesmente falar, falar, repetir e elaborar, extraindo “a seco” um sentido de seu desejo para além das fórmulas prontas e dos consolos que o mundo consumista oferece — a partir de 1,99.

Esta coleção se organiza em dois eixos: de um lado, volumes que se dedicam a apresentar um dos textos de Freud, selecionados segundo o critério de importância no âmbito da obra e, ao mesmo tempo, de seu interesse para a

discussão de temas contemporâneos na psicanálise e fora dela. De outro, volumes temáticos — histeria, complexo de Édipo, o amor e a fantasia, dentre outros —, que abordam, cada um, um espectro de textos que seriam empobrecidos se comentados em separado. No volume sobre a histeria, por exemplo, vários casos clínicos e artigos são abordados, procurando refazer o percurso do tema na obra de Freud.

A cada autor foi solicitado que apresentasse de maneira didática o texto que lhe coube, contextualizando-o na

obra, e que, num segundo momento, enveredasse pelas questões que ele suscita em nossos dias. Não necessariamente psicanalistas, todos têm grande envolvimento com a obra de Freud, para além das orientações institucionais ou políticas que dominam os meios psicanalíticos. Alguns já são bem conhecidos do leitor que se interessa por psicanálise; outros são professores de filosofia ou de áreas afins, que fazem uso da obra de Freud em seus respectivos campos do saber. Pediu-se, na contramão dos tempos narcisistas, que valorizassem Freud por

si mesmo e encorajassem a leitura de sua obra, por meio da arte de escrever para os não iniciados.

A editora Civilização Brasileira e eu pensamos em tudo isso ao planejarmos a coleção, mas a resposta à pergunta “Por que ler Freud?” é, na verdade, bem mais simples: porque é muito bom ler Freud.

NINA SAROLDI
Organizadora da coleção

PREFÁCIO

Desde a primeira vez que li *Psicologia das massas e análise do eu* a imagem que não me saía da cabeça, enquanto acompanhava a reflexão de Freud sobre o comportamento grupal, era a de uma torcida exaltada de futebol. Ao ler este livro de Ricardo Goldenberg sobre o texto de 1921, a imagem que mais insistia em aparecer era a de um show de rock, dos grandes, daqueles em que o astro aponta o microfone para a plateia e a deixa cantar em seu lugar. Difícil, depois de se debruçar sobre a

reflexão de Freud sobre as massas — e a reflexão de Goldenberg sobre a de Freud — não associar o astro de rock a um líder totalitário em potencial. Se os filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer entreouviam nos jingles do rádio, nos anos 1940 do século XX, a ordem dos ditadores, Goldenberg nos adverte acerca do poder — talvez tão explosivo quanto — de Mick Jagger sobre as meninas. Mas como nada em seu pensamento é óbvio, Goldenberg nos traz o ilustrativo relato do ataque que essas mesmas meninas fizeram a Keith Richards, mostrando que a relação de

dependência mútua entre o líder e a massa pode sempre se reverter sem aviso prévio.

Partindo das teses de Gustave Le Bon e de outros estudiosos como William McDougall, Freud avança na argumentação ao afirmar que sim, o homem é um animal de horda — possuidor de uma espécie de instinto gregário —, mas essa horda precisa de um líder, de um chefe autoconfiante e robustamente narcisista a ponto de rebaixar o espírito crítico e fomentar os efeitos de sugestão e de contágio da emoção entre os membros da massa.

Mais que isso, o funcionamento dessa horda só se torna realmente compreensível quando se lança mão da noção de *eu* — dividido pelo inconsciente — que o próprio Freud inventou. É isso que lhe permite afirmar que o líder ocupa o lugar do *ideal do eu* para os liderados. Mick Jagger mostra a língua para o público, faz gestos bruscos com o microfone, pula, dança e pronto, nem precisa mais cantar.

Deixando o *stone* de lado — e inclusive o fato de que sucedâneos musicais bem menos nobres do que ele também demonstrem o mesmo poder —,

a afirmação axial de Freud em 1921 é de que não existe psicologia individual em sentido estrito. Por mais que os eremitãos de todos os tempos tentem, “nenhum homem é uma ilha” e toda psicologia individual é, necessariamente, social. O indivíduo se forma a partir de suas relações com os outros, inicialmente com as figuras parentais e, posteriormente, por meio de outras *identificações* (professores, amigos...), que vão constituindo e mantendo em operação a instância psíquica fundamental para o convívio social: o já mencionado *ideal do eu* ou, como o

próprio Freud dirá posteriormente, o *supereu*. Nessa levada, Freud examina grupos artificialmente organizados como a Igreja e o Exército, nos quais o laço “vertical” de cada um com o líder é tão importante quanto o laço horizontal que une um membro a outro. Além disso, analisa a importância dos impulsos inibidos em sua finalidade para a constituição de relações duradouras entre as pessoas. Partindo de Freud, Ricardo Goldenberg traz Jacques Lacan para o “show” no intuito de mostrar como, banhados pela linguagem, dependemos do Outro para ser, ou, dito

de outro modo, dependemos do que se fala de nós para existirmos. Nesse sentido, o anexo “Um passeio pelo *Seminário*”, no qual Goldenberg apresenta com clareza o pensamento lacaniano sobre as noções de eu e de consciência, é fundamental para lançar luz sobre o que foi dito antes.

Na exposição de *Psicologia das massas e análise do eu*, Goldenberg destaca a interlocução primordial de Freud com Gustave Le Bon, mostrando como o pensamento do último era uma espécie de síntese “científica” de várias ideias e preconceitos caros ao

pensamento fascista que se preparava para tomar a Europa de assalto pouco tempo depois, com a chegada de Benito Mussolini ao poder na Itália. Le Bon, segundo Goldenberg, fez em seu livro *Psicologia das massas* um retrato do *Zeitgeist* de um velho continente convulsionado, que via seus campos se esvaziarem enquanto a população se amontoava em cidades insalubres, alimentando o novo mandato do capitalismo industrial. Segundo Le Bon, a massa, longe de ser caótica, possui suas leis de funcionamento, sua estrutura própria, de modo que basta conhecê-la

para controlá-la. Não por acaso, sua obra era admirada pelo *Duce* (além de ter sido citada em *Mein Kampf*, de Hitler).

Digno de nota é o questionamento feito por Goldenberg do conceito de sublimação, que acaba por influenciar uma ética da psicanálise, aliás bastante discutida. Freud afirma que as massas não são capazes de sublimação e por isso necessitam, de algum modo, ser controladas. Deixadas a si mesmas, tendem a descarregar a emoção em forma de ação. A “alma coletiva”, que, segundo Freud, é diferente do que seria

a soma das vontades singulares que a compõem, se sente amparada pelo grupo e capaz de cometer ousadias que o indivíduo, sozinho, não cometeria. Conforme Goldenberg, a tentação de estabelecer uma analogia entre a relação do líder autocontido com a massa infantilizada e a relação entre psicanalista e psicanalisante não foi evitada, relacionando-se com as diretrizes doutrinárias de uma escola — a psicologia do ego — que acreditava ser possível “higienizar” a complexa sexualidade humana por meio de uma psicanálise adaptativa. Goldenberg

coloca então a difícil questão: a renúncia valorizada por Freud em *O mal-estar na cultura* — cujo ápice aparece no conceito de sublimação — não termina, ela própria, por virar uma forma de gozo? E aproveita para lembrar que a questão antecede em muito o pensamento freudiano, pois já a Igreja, na Idade Média, questionava os excessos na penitência como uma forma de soberba, antecipando uma percepção do masoquismo que só se tornaria explicitamente conhecida e catalogada tempos depois.

Antes de iniciar os anexos,

Goldenberg diz que “a graça com que Freud escrevia não é um adereço, mas faz parte da política mesma do que pretende ensinar. ‘O inferno são os outros! berra Sartre.’ Acredito ouvir a voz alquebrada do velho Freud responder-lhe desde o além: ‘Não, o inferno é o eu! Só o outro salva: é o amor.’” Destaco essa passagem porque o *modus operandi* de Goldenberg não me parece diferente do de Freud em relação ao universo letrado de seu tempo. A fluidez com que associa a teoria e os fragmentos clínicos que apresenta com referências, sejam elas

do universo erudito ou da mais contemporânea cultura pop — marcadamente audiovisual —, é indicadora de uma postura libertária em relação ao saber psicanalítico, de uma recusa em enclausurá-lo nos estreitos limites de um campo. Freud admirava a literatura — Shakespeare, Dostoiévski, Arthur Schnitzler e mesmo os que ele chamava de autores de segunda linha — por conseguir dar conta de questões inabordáveis, por outro método, da alma humana. Goldenberg, psicanalista sem medo de seu próprio tempo e lugar (a ponto de sugerir provocativamente que

Paulo Coelho diz mais sobre nossa cultura do que James Joyce), usa tanto a literatura quanto a música e o cinema para nos fazer entender do que se trata no comportamento das multidões. Saem Friedrich Schiller e sua turma e entram *Blade Runner*, *Ladrões de bicicleta*, Fritz Lang e os Beatles. Ao explicar a função do supereu, por exemplo, escreve: “A comunidade e suas leis de convívio existem precisamente para constituir uma associação de socorro mútuo contra a aparição do Sr. Hyde em cada um de nós.”

Nietzsche dizia que só se honra

verdadeiramente um mestre deixando de ser seu discípulo. Sem ir tão longe, mas mantendo o mesmo espírito, Goldenberg termina seu livro na companhia de Barbara Ehrenreich, mostrando como faz falta à teoria (e à vida), tanto no texto de 1921 quanto na que se produz em nossos dias, a valorização dos momentos alegres da vivência de grupo.

No segundo anexo, Goldenberg entretece suas ideias com as da ensaísta americana, refazendo o percurso histórico de restrição progressiva das festas nas quais o êxtase coletivo poderia ser alcançado. Nesse breve e

interessante resumo, vemos a repressão aos prazeres orgiásticos já em *As bacantes*, de Eurípedes, a disciplina imposta ao povo nos eventos políticos desde a Revolução Francesa, o sucesso da ética protestante em ensinar aos trabalhadores o adiamento do prazer e a poupança. Como resistência, temos o rock, o movimento hippie e, como não podia deixar de ser, o carnaval.

Embora tenhamos, em geral, a ilusória imagem da cultura atual como permissiva e diversa, uma cultura na qual a busca do prazer seria possível sem grandes barreiras, os números da

Organização Mundial de Saúde mostram uma escalada alarmante dos quadros depressivos. Completando o avesso da imagem, observa-se o sofrimento dos indivíduos diante de uma exigência cada vez maior de trabalho e desempenho — sobretudo no sentido da performance social, daquilo que pode ser exibido —, em detrimento da vivência de momentos de prazer junto com outras pessoas.

Diante do exposto, talvez possamos encontrar alguma pista para entender por que, ao se sentirem amparados pelo “grande número”, lobos em forma de torcedores espanquem o torcedor do

time adversário até a morte, descarregando em forma de ação sabe-se lá que frustrações acumuladas. Apesar de todos os problemas apontados por Goldenberg no que diz respeito à sublimação, antes ela! Ou seria o caso apenas de pedir, como na pichação do viaduto na avenida Brasil, “Mais amor, por favor!”.

NINA SAROLDI

INTRODUÇÃO

Quem tiver vergonha de chamar as coisas pelo nome pode servir-se de eufemismos. Eu próprio poderia tê-lo feito desde o começo, poupando-me muitos aborrecimentos. Não quis fazê-lo, contudo, porque prefiro evitar concessões à covardia. Nunca se sabe aonde se chegará por tal caminho; primeiro a gente cede nas palavras e depois, aos poucos, acaba cedendo na coisa mesma.

Sigmund Freud, 1921

A frase de Nelson Rodrigues¹ “toda

unanimidade é burra” goza de tal unanimidade que ninguém, que eu saiba, ousou ainda arriscar a pergunta: *Por quê? Por que toda unanimidade seria burra?* Esse aforismo toca no nervo dos que enxergam com suspicácia tudo que é popular, enquanto sonham secretamente com a admiração do mundo. São os mesmos que não leram e não gostam de Paulo Coelho, porém gostam de James Joyce, a quem tampouco leram. Erra a democracia, afirmando que o povo *sempre* tem razão, tanto quanto erra a aristocracia ao sustentar que o povo *nunca* tem razão. Ambos professam a

mesma fé na existência de um Povo² e idêntica convicção de que se pode pensar a política sem o inconsciente freudiano³ apenas com as melhores intenções do *ego*.

A pergunta mais certa (que não deixa de ser política) em relação a Paulo Coelho, para continuar com ele, não é se se trata de boa ou má literatura, mas: O que o transformou em um dos autores mais lidos do século XX? Ou seja, uma unanimidade. Responder que sua voz se dirige ao *Zeitgeist* não há de ser tomado como um juízo estético, mas como a constatação de que se trata ali de

livros que dizem o que (quase) todos desejam escutar. Não me escapa que estamos presos no mesmo *looping* dos biscoitos que vendem mais porque são fresquinhos ou são fresquinhos porque vendem mais. Com efeito, quer pensemos no autodenominado “Mago” como o gênio que soube representar o *espírito de seu tempo* ou como o resultado deletério do obscurantismo deste último, estaremos admitindo que quem se interessar pela alma da nossa cultura teria que se ocupar antes de *O alquimista* que do *Ulysses*. Isso, supondo-se que saibamos o que estamos

dizendo quando nos referimos ao tal espírito dos tempos, não tanto mais obscura quanto mais evidente parece. Pois, o que seria esse espírito senão o conjunto dos preconceitos e dos lugares-comuns que caracterizam um determinado período histórico? Mas como determinar-lhe a extensão e como, fazendo parte dele quando se trata de nosso tempo, selecionar o que entra e o que fica de fora dessa coleção?

Podemos supor, acredito, sem sermos abusivos, que, na virada do século XX, o espelho do *Zeitgeist* era

outro. As novas concentrações operárias das fábricas e bairros espectrais recolhiam os emigrantes deslocados de todos os cantos da Europa para as grandes cidades. Uma maré humana que ameaçava submergir a pequena burguesia em ascensão, deixada à intempérie tanto pelos novos capitalistas quanto pela antiga nobreza enfeudada em seus palacetes. Charles Dickens nos daria o maior testemunho desse turbilhão humano e de seus sofrimentos na capital da revolução industrial.⁴ É no auge da tensão generalizada diante dos movimentos sociais provocados por

essa onda migratória gerada pela máquina capitalista, que a sociologia francesa deu à luz uma “ciência das multidões”: a *Psicologia das massas*, de Gustave Le Bon.

Não se tratava bem de uma ciência, escreve Elisabeth Roudinesco, “mas [antes de] um guia político ou um manual higienista para uso dos tiranos que procuram desembaraçar-se do povo e do medo suscitado pela existência do povo”.⁵ Sempre ele! Incensado, desdenhado ou temido, o povo comparece em qualquer discurso que se queira político. Ao menos, desde a

última república romana, cuja divisa era *Senatvs Popvlvsqve Romanvs* (SPQR): “o senado e o povo romanos”. Isto é, os patrícios e os plebeus: o povo. Na Idade Média, dizia-se que a sua era a voz de Deus (*vox Populi, vox Dei*), mas suspeito tratar-se da mesma ironia com que os políticos de sempre falam em nome do povo para defender seus mais particulares interesses. A voz do povo será divina, mas só os capazes de interpretá-la podem falar por ele. Em todo caso, a grande novidade trazida por Le Bon consistia em defender a tese de que longe de ser um caos, a massa

popular tinha uma organização interna com leis próprias. Podia estabilizar-se e, portanto, controlar-se. Bastava encontrar o líder certo. Os burgueses podiam tranquilizar-se.

Le Bon não passa hoje de uma personagem pitoresca do *fin de siècle* — um pensador de espírito leonardesco, capaz de escrever sobre arqueologia, antropologia, sociologia, psicologia e física. Ele chegou a angariar em seu tempo uma enorme popularidade não só entre leigos, mas entre reconhecidos homens de ciência. Chamou a atenção de

figuras tão díspares como Henri Poincaré, Henry Bergson, Paul Valéry e... Sigmund Freud. Especialmente pelos seus tratados científico-filosóficos sobre psicologia das raças e dos povos.

Seus escritos socioantropológicos, particularmente *Les Lois psychologiques de l'évolution des peuples*, de 1894, e *La psychologie des foules*, redigida no ano seguinte,⁶ captaram com singular maestria o tal “espírito da época”. Em particular, os ares elitistas e antissemitas que ventavam pela Europa. Os mesmos, aliás, que se respiravam em Viena,

capital do Império Habsburgo. Sua obra testemunha a influência das teorias da degenerescência hereditária na origem das doenças mentais e dos transtornos de conduta até a criminalidade, o ódio da Revolução Francesa e seus ideais anticlericais e antinobiliários e, enfim, o “problema judaico” como uma questão de ciência e não apenas de política.⁷ Segundo Roudinesco, a psicologia das massas era a “síntese política mais doutrinal” das ideias que grassavam na sociedade francesa na virada do século.

O fundamento da concepção leboniana de massa está na hipnose, tida

como uma digníssima disciplina científica.

No momento em que a psicologia dinâmica, na esteira da Salpêtrière [de Jean-Martin Charcot, inventor da histeria] e da escola de Nancy [de Hippolyte Bernheim, teórico dos usos médicos da sugestão], abandona a técnica da hipnose devido a sua barbárie, Le Bon torna a inseri-la no pensamento político e faz dela o pivô da sua doutrina. [O] doutrinário das massas [...] assimila estas últimas a uma fêmea histérica e epilética que o grande homem deve saber domar para torná-la sua escrava: único modo de extirpar da alma coletiva seu *instinto* de revolta.⁸

É de se observar que a obra de Freud também irá implantar-se no sulco traçado pela hipnose e pela hereditariedade nas concepções etiológicas da psiquiatria da época, forense ou não. E também haveria de se ocupar das fêmeas histéricas e epiléticas como campo fecundo para o estudo da sua nova psicologia profunda. Quanto ao antissemitismo científico, Le Bon nunca fez segredo da sua simpatia pelo fascismo de Benito Mussolini (sentimento correspondido pelo *Duce*); e Adolf Hitler, em *Mein Kampf*, declara a doutrina do francês uma das suas

principais inspirações.

Psicologia das massas está escrito como um livro de higiene médica aplicado ao “corpo social”. A multidão seria como que o substrato orgânico no qual o indivíduo e seus valores civilizatórios desaparecem para se fundir numa gosma fétida, corrupta e venenosa. Implícito está o tema da subordinação da pessoa ao coletivo e a integridade de uma alma nacional que deve ser preservada. Tudo que não for elite governante ou cultural, o “creme” da sociedade, é colocado sob suspeição. O “povão” seria perigoso porquanto

cego, sugestionável, imitativo e sujeito a todo tipo de contágio. Perfeitamente capaz de obedecer à batuta do primeiro tirano de plantão, que o seduz⁹ para conduzi-lo, como o capitão Ahab a sua tripulação, à sua perdição. A nau da razão do indivíduo ilustrado naufraga no mar da multidão. Esta representa a entropia, a decadência e a morbidez. Não se move de acordo com um plano, reage por automatismos. Para conhecê-la e saber dominá-la, o político deve ser também um psicólogo. Só assim poderá transformar-se em seu profeta e seu intérprete, como um regente interpreta

uma sinfonia mediante a sua orquestra. Trata-se da técnica de manipular racionalmente um movimento desregrado de paixões “populares”.

Não precisamos dos grandes líderes históricos para ilustrar tal vontade de poder. Basta um Alfred Hitchcock, que dizia fazer “direção de público”,¹⁰ não de atores. Era a propósito de *Psicose* que o dizia, mas aplicar-se-ia a todos os seus filmes, já que se trata do seu desejo. Mal sabem os espectadores estarem sendo levados pelo mesmo nariz do qual se acreditavam os donos a percorrer os caminhos que o diretor

desenhara para eles. Eric Rohmer dizia dele que era “o maior criador de formas da história do cinema”. Referia-se à composição das cenas e aos modos da montagem. Com tais recursos, gerava na audiência os afetos que ele decidia que deviam ter. Mediante mentiras, escreveu alguém, o artista cria verdadeiros afetos. Não parece, mas isso é poder.

Não parecia necessário considerar o comportamento das multidões para tratar dos problemas decorrentes do gesto de ter desalojado o *eu* da sua posição solar,¹¹ mas Freud elaborava a sua

doutrina na terra devastada pela Grande Guerra que acabava de arrasar a Europa. Ele não usa a teoria do inconsciente para explicar a realidade sociocultural, mas tenta compreender a lógica das manifestações coletivas que se sucediam cada vez com maior frequência e violência, causando o estupor de políticos e policiais que se esforçavam, sobretudo, em lhes atribuir uma responsabilidade. Até então, as forças da lei e da ordem não tinham encontrado outra saída a não ser prender algumas figuras escolhidas a dedo sob o nome de “cabecilhas”. É nesse contexto

que Freud se encontra com o tratado de Le Bon de 1885. Mistura de preocupações políticas e de temores fóbicos apresentados como socioantropologia científica, que fazia uso dos mesmos conceitos com que Freud elaborava a sua própria teoria. “A doutrina da sugestão hipnótica originada em Le Bon está para o fascismo”, escreve Roudinesco, “assim como a tese pavloviana do condicionamento para o stalinismo.”¹² A sua função teria sido teorizar uma concepção de poder na qual o povo era tido como uma massa de autômatos que devia ser submetida a

seus legítimos amos. Pode-se dizer o mesmo, acrescenta, do comportamentalismo em relação à democracia americana. John Watson,¹³ com efeito, concebe uma teoria do comportamento humano que exprime o ideal adaptativo da sociedade do Novo Mundo “frente à antiga consciência cartesiana ou hegeliana das filosofias europeias”.¹⁴

A doutrina nazista da raça, do sangue e da terra, assim como a necessidade de um *Führer* condutor do Destino dos Povos¹⁵ está, entre outras fontes,¹⁶ explicitamente inspirada na psicologia

de Le Bon. A hipnose fornece alicerces científicos a uma doutrina nostálgica da magia e dos mitos wagnerianos cultores dos antigos deuses pagãos.¹⁷ Trata-se de construir uma teoria do poder baseada não mais no Príncipe de Maquiavel — o tirano ilustrado —, mas em um líder cuja vontade, representada pelo seu olhar onividente, controla todos que se submetem a ele. A personagem mais representativa dessa corrente de “hipnotismo político”¹⁸ é o dr. Mabuse, de Fritz Lang, de quem falaremos adiante.

É nesse quadro de antissemitismo e

racismo fascista, misturado com o novo poder proletário originado nas fábricas, aliado a uma nostalgia do passado glorioso greco-romano e a uma ideologização da “alma do povo”, baseada em velhos mitos pagãos, que Freud escreve, respondendo a Le Bon, sua própria *Psicologia das massas*, em 1920. Destaca-se, contudo, do quadro interpretativo do livro do francês, uma vez que entende que para tornar inteligíveis os fenômenos que Le Bon descreve de um modo tão pertinente, torna-se necessário *um novo conceito do eu*. O psicanalista toma todo o

cuidado de se separar da visão racial e do hereditarismo de um inconsciente que carregaria a alma da cultura.¹⁹ E enfatiza que a psicologia das massas não existe independentemente da psicologia individual, e esta não tem o menor sentido sem o esclarecimento psicanalítico. É depois de ter postulado isso que se pode sustentar a inversão de afirmar que toda psicologia é social.

Cabe perguntar por que Freud precisou apoiar-se em um autor que ele ao mesmo tempo admirava e desprezava.²⁰ Mas é notório que, separando-se de Le Bon, Freud termina

também por se separar da concepção junguiana que tanto desgaste tinha ocasionado para ele e para o movimento que fundara. Teorizar sobre as massas, a Igreja e o Exército era também seu modo de tratar da história recente do movimento psicanalítico: suas guerras fratricidas e parricidas, suas rupturas, traições e renovações. Seu livro teve uma recepção parecida, entre seus discípulos, à que teriam os textos posteriores sobre a pulsão de morte. Foi-lhe criticado seu caráter sociológico e antropológico, como se tivesse descuidado dos problemas técnicos

próprios da prática analítica.

Do ensaio do francês, Freud guarda noções como a de herança arcaica, que lhe permite repensar seu conceito de inconsciente a partir da categoria do *isso*, tomado de Friedrich Nietzsche e de Georg Groddeck. Mas toma distância do “inconsciente coletivo” junguiano, que imaginava uma série de “temas” inscritos, por assim dizer, no espírito de um povo; tema que se repetiria nas psiquês individuais. A analogia que Le Bon faz entre o comportamento da massa e a alma da criança ou do primitivo se junta com as suas próprias concepções

genéticas do inconsciente individual. Freud se inspira assim nas doutrinas em vigor para desmontar seus alicerces e opera com a psicologia coletiva a mesma ruptura que tinha realizado com a psicologia individual. Talvez o gesto teórico mais vigoroso dessa obra seja a afirmação de que não são mais que uma. Trata-se da psicologia enquanto tal, nem coletiva nem individual: tanto uma quanto a outra seguem as mesmas regras, têm a mesma estrutura.

A doutrina psicanalítica tira a psicologia de um impasse e de um círculo vicioso ao abandonar tanto a

hipnose quanto a sugestão como terapêuticas, no plano individual, e como explicações do comportamento coletivo. É a sugestão mesma que precisa ser explicada. Freud considerava inadmissível “que a sugestão, que tudo explicava, devesse ela própria ser dispensada de explicação. Aplicava-se a ela a velha adivinha: Cristóvão carregava o Cristo/ Cristo carregava o Mundo inteiro/ Digam-me onde, naquela época, Cristóvão apoiava os pés?”²¹

Em março de 1921, Freud manda uma cópia de seu escrito a Romain

Rolland:²² “Não que eu considere este trabalho particularmente bem-sucedido, mas indica o caminho desde a análise do indivíduo para o entendimento da sociedade.” Entretanto, ao contrário do que se imagina, Freud teve mais dificuldades em definir a natureza do *eu* e da consciência do que a do *isso* e do inconsciente. Estudar seu livro me levou a perceber que a novidade está menos no estudo das massas que na análise do eu, anunciada secundariamente no título.

Notas

1. Nelson Falcão Rodrigues, jornalista, escritor e dramaturgo. Nascido em Recife em 23 de agosto de 1912 e falecido no Rio de Janeiro em 21 de dezembro de 1980.

2. Que só se verifica no momento do voto, e este é... um de cada vez! Enfim, quero dizer que vale tanto afirmar “temos a verdade porque somos o universo” quanto “sou único e tenho a verdade sobre o universo deles”.

3. Não disse “fazer”. A política é feita sempre a partir de uma concepção do bem imposto aos outros pela força ou pela sugestão. Os desarranjos inevitáveis nos resultados, entretanto, são impensáveis sem a psicanálise. Um exemplo? O slogan para a campanha do PT, em 1989: “Sem medo de ser feliz.” Como uma mãe que estraga a balada do seu filho mandando

ele se divertir, o Partido dos Trabalhadores sugere a cada um dos brasileiros satisfazer seu desejo oculto. Como se o recalque neurótico não fosse precisamente a resposta a um tal mandado. Acredito não haver melhor fórmula para espantar os eleitores (Cf. Ricardo Goldenberg, *Política e psicanálise*, 2001).

4. E. Laurent, “Siete problemas de lógica colectiva en la experiencia del psicoanálisis según la enseñanza de Lacan” in *Imaginario y lógica colectiva*, 1996, p. 21.

5. E. Roudinesco, *La Bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France*, vol. 1, 1986, p. 213.

6. *Ibidem*. Em 1963, a obra de Le Bon, então na sua 45ª reedição, foi considerada um dos maiores sucessos científicos de todos os tempos.

7. O antissemitismo no império austro-

húngaro não era tão “cordial” quanto o nosso racismo, mas estava tão perfeitamente assimilado ao cotidiano das cidades como este último. Na França, era um pouco mais larvado, mas não menos feroz.

8. E. Roudinesco, *op. cit.*, p. 214.

9. Do latim, *seducere*, “desencaminhar”, ou seja, desviar do próprio caminho.

10. *Hitchcock-Truffaut*, 2010.

11. Freud se tinha como causador da terceira ferida narcisista lançada sobre a humanidade, depois de Copérnico e de Darwin.

12. E. Roudinesco, *op. cit.*, p. 215.

13. John Broadus Watson (1878-1958) foi um psicólogo americano, fundador da escola psicológica do comportamentalismo (*behaviorism*). Sua conferência de 1913 na Columbia University, *Psychology as the*

Behaviorist Views it, foi decisiva na implantação da psicologia como uma ciência de respeito. A propaganda e o marketing lhe devem tudo, assim como uma concepção da educação infantil e do comportamento humano em geral, cuja influência não tem se esgotado ainda.

14. E. Roudinesco, *op. cit.*, p. 215.

15. As maiúsculas indicam a condição de “palavras de ordem” dessas noções. Aquilo que em francês se denomina *maître-mot*, palavras que condensam em si toda uma ideologia.

16. Os primeiros ideólogos da pureza da raça foram norte-americanos. Hitler não inventou nada que a Ku Klux Klan já não estivesse praticando havia mais de uma década. A (enorme) diferença é que a segregação nos Estados Unidos nunca foi uma política oficial de Estado, e o extermínio jamais foi executado

em escala industrial.

17. Não por nada iniciei este texto com uma menção ao “Mago” Paulo Coelho: sem a conotação política, as obras do brasileiro comungam do mesmo pão.

18. As maiúsculas indicam a condição de “palavras de ordem” destas noções. Aquilo que em francês se denomina *maître-mot*, palavras que condensam em si toda uma ideologia.

19. Os primeiros ideólogos da pureza da raça foram norteamericanos. Hitler não inventou nada que o Ku Klux Klan já não estivesse praticando havia mais de uma década. A (enorme) diferença é que a segregação nos Estados Unidos nunca foi uma política oficial de Estado, e o extermínio jamais foi executado em escala industrial.

20. Não por nada iniciei este texto com uma menção ao “Mago” Paulo Coelho: sem a

conotação política, as obras do brasileiro comungam do mesmo pão.

21. E. Roudinesco, *op. cit.*, p. 215.

22. Principal ponto de divergência com C.G. Jung, que sendo, senão o sol, uma das estrelas de primeira grandeza do freudismo, comungava perfeitamente com tais ideias.

23. Mais de uma vez ele disse precisar de um amigo para admirar e um inimigo para odiar. E em várias ocasiões ambos coincidiram na mesma figura. Foi o caso de W. Fliess, de C. G. Jung e de A. Adler. (Cf. E. Jones, *Vida y obra de S. Freud*). Não seria surpreendente que este traço de ambivalência estivesse também presente na sua relação teórica com Le Bon. De certo modo, poder-se-ia dizer que Freud escrevia e pensava “contra” (no sentido em que me apoio contra um muro) um pensamento ou um pensador.

24. S. Freud, *Psicologia das massas e análise do eu*, vol. 18, p. 85.

25. Freud citado por P. Gay, *Freud, A Life For Our Time*, p. 405.

A PROPÓSITO DE UM TÍTULO

Toda psicologia individual é social.

É a intuição que move o livro de Freud sobre as multidões. Ou, então, se prestarmos atenção à segunda parte do título, pode-se dizer que generaliza e leva até as últimas consequências o *dictum* que Arthur Rimbaud (1897) reservava apenas para a criação artística: *Je est un autre*.

“Eu é um outro.”

Ora, se “eu é um outro”, como fica a nossa cara identidade? E, sobretudo, como é possível relacionar-se com um

semelhante se dependo dele para ser mais “eu”, como se diz? Todo “sou” — este livro irá demonstrar — resulta de um “és” que lhe seria anterior, e a certeza do que penso de mim mesmo repousa sobre uma ilusão. Insistente, tenaz, mas ilusão no fim das contas. Uma crença. “Quem sabe de mim sou eu”, dizem. Sim? Nada poderia ser menos certo. O que não obsta a proliferação há décadas de todo tipo de manuais de autoajuda, cujo comum denominador é a promessa subjacente a um “conhece-te a ti mesmo” que pouco ou nada tem a ver com o γνῶθι σεαυτόν (*gnōthi seauton*),

gravado nos pórticos de Delfos como lema para os que ali chegavam a consultar à Pítia; nem muito menos com a exortação *sapere aude* (“Atreve-te a saber!”), de Horácio, ou com a sua releitura kantiana, nos fundamentos do Iluminismo.

A miragem do autoconhecimento repousa por inteiro sobre a ilusão cimentada por Descartes nas suas *Meditações metafísicas* (1641) de que somos transparentes a nós mesmos.¹ A psicanálise veio para desmentir tão arraigada convicção. O que não quer dizer que tenha tido demasiado sucesso.

Não é por afirmar que há um inconsciente ou que “Freud explica” (a razão pela qual esqueci meu molho de chaves na casa da minha namorada, depois de romper com ela, por exemplo) que deixo de conduzir-me pela vida como se não soubesse disso.

Ao passo que o que me é dado apreender de mim mesmo como sendo *eu*, a convicção que tenho da permanência da minha identidade ao longo do tempo; isso que acredito estar sempre no mesmo lugar, como a rocha do que denomino minha “personalidade” (termo assaz interessante, se levarmos

em conta que nosso vocábulo “pessoa” deriva da palavra latina para “máscara”: *persona*), isso, é a coisa mais lábil que existe. Aquilo a que me refiro quando digo “eu” não passa de um precipitado, mais ou menos instável, de identificações a traços tomados aqui e ali ao longo de uma vida. E digo precipitações no sentido químico da palavra.² O timbre e o tom da voz, por exemplo, são os mesmos do seu pai, enquanto os do seu irmão, embora mais graves, evocam imediatamente os da sua mãe. Mas não só, as minhas mais firmes convicções têm a maioria das vezes a

forma dos preconceitos, recebidos e assimilados sem pensar.

Malgrado a sensação de constância e permanência, o eu, longe de estar fixo, flutua o tempo todo, dentro de certos limites. Por que então a garota, contente com seu aspecto ao abandonar o espelho depois de se maquiar, sente-se a pior das mulheres quando a colega na festa comenta que ela engordou? Aliás, como foi que conseguiu sair da frente do espelho e concluir que já estava bom, para poder ir à festa, para começo de conversa? Como, senão por que, até um certo ponto, o reflexo que o espelho lhe

mostra coincide com a imagem ideal que guarda dela mesma?³ Digo “até um certo ponto” porque, quando a (mui) amiga solta aquele comentário ferino, a autoimagem em questão se estilhaça. E cai, por se ter revelado a distância entre o que ela vê e o que queria ver conforme seu ideal. Os retratos pintados pelo neto de Freud, Lucien,⁴ são tão perturbadores precisamente pelo seu cuidado em mostrar aquilo que o modelo prima em esconder. Não se trata de uma caricatura, já que não existe ali a menor intenção de comicidade; o efeito beira o sinistro. Há como que um relance da

morte que espreita detrás de nossa imagem bela. Sua primeira mulher reclamou de um retrato pintado por ele e recebeu a seguinte resposta: “Minha querida, eu pinto o que vejo, não o que você quer que eu veja.” O que ela quer que ele veja é o que se denomina *ideal do eu*.

Mais adiante veremos que, ao contrário, o que nos parece mais efêmero, mais flutuante e transitório, que são os nossos desejos, isso não muda jamais. Em certo momento de *O segredo de seus olhos*, Sandoval afirma a Espósito que um homem pode mudar

tudo na sua vida, sua casa, sua família, seu emprego, seu Deus, mas “*não pode mudar de paixão*”. É ela que nos move, mas também nos prende a um passado que não passa, atemporal, cega a pecados, com ou sem um rosto, como uma mulher, um time de futebol ou uma vingança.⁵ O problema é que muitas vezes um homem não sabe reconhecer qual é a sua paixão, enquanto acredita ter outra que não passa de uma miragem.

A religião tem pressa em nos convencer de que somos feitos à imagem e semelhança de um modelo único, para

nos poupar da inquietante possibilidade de sermos reflexos uns dos outros, sem qualquer padrão ao qual nos reportar como fiador de autenticidade. Meras cópias sem um original à vista. Eis a questão que perpassa, de fio a pavio, o livro que comento.

A propósito, não é bem de um livro sobre as massas que se trata, visto não haver aqui uma aplicação da teoria psicanalítica para elucidar o comportamento das multidões. O intuito de Freud nunca foi explanar psicanaliticamente o funcionamento coletivo, mas avançar um passo na

conceitualização do modo de constituição da subjetividade mesma. Todos juntos e um só obedecem à mesma lógica. Donde duas *psicologias*: a de um sujeito de muitas cabeças e a de outro de uma só, regidas pelas mesmas leis e idênticos mecanismos.

Estudar a mecânica de uma manifestação popular ajuda a entender como uma criança deixa de falar de si em terceira pessoa e passa a se referir em primeira. De *ele* a *eu* (com uma pequena ajuda do *tu*). De como, a partir de um “fala-se dele”, aquilo que ainda não sou eu aprende a se reconhecer no

que dele se diz, e passa a chamar a si próprio de “eu”, ao preço de esquecer aquele “fala-se dele” anterior que o precede logicamente.

Notas

1. O conjunto da formidável empreitada de pensamento, que podemos considerar fundadora da subjetividade moderna, que é a nossa, é conhecido vulgarmente como “o cogito”, derivado, obviamente, da fórmula que resume seu projeto metafísico como um todo: *cogito, ergo sum* (“penso, logo existo”).

2. Precipitação é a formação de um sólido durante uma reação química. O sólido formado na reação química é chamado de precipitado.

3. Imagem, por outra parte, construída de fora para dentro. Imagem resultante das falas das pessoas significativas; das revistas e filmes da moda; das expectativas ditas ou sugeridas que pesam sobre ela. Uma paciente me contava o que significou para a feminilidade dela o fato de ter visto o pai chorar, depois de tê-la

mandado provar o vestido de noiva da mãe dele.

4. Lucien Freud, nascido em Berlim, em 8 de dezembro de 1922, e falecido em Londres, em 20 de julho de 2011.

5. Juan Campanella, *O segredo dos seus olhos* [*El secreto de sus ojos*], 2009. Com Ricardo Darín, Soledad Villamil, Pablo Rago.

ANATOMIA DE UM LIVRO DE FREUD

Capítulo primeiro

Onde se questiona a oposição clássica entre individual e coletivo.

Parece ser um lugar-comum da sociologia que o homem não se comporta do mesmo modo sozinho ou em patota. De tímido e cordato, um decente médico e pai de família, temente a Deus, pode virar um fanático assassino enlouquecido. Sem chegar ao linchamento, entretanto, basta atentar para o problema dos clubes de futebol

com as torcidas organizadas ou não. É tão surpreendente essa metamorfose que se chegou a conjecturar que haveria uma psicologia individual e outra coletiva, como se a massa fosse um organismo de pleno direito com uma mente própria. Isso se merecer a designação de “mente” aquela explosão desembestada de agressividade, fúria e luxúria. Em todo caso, que o grupo pode ser um animal selvagem composto por membros da mais alta e refinada cultura é, como se diz, um lugar-comum.

Ora, afora determinadas figuras que se isolam em florestas, desertos ou

montanhas para evitar o convívio com seus semelhantes, a que chamamos eremitas — e que, em geral, consideramos excêntricas ou perturbadas —, não conhecemos ninguém que não conviva com outros. Até seu Raimundo, que até pouco tempo atrás morava na ilha central da avenida Pedroso de Moraes, em São Paulo, entre sacos plásticos de lixo e as montanhas de cadernos que escrevia sem cessar há vinte anos, convivia com a comunidade de Alto de Pinheiros como uma espécie de profeta místico extraviado no tempo errado da história. Recebia comida e

água e, de vez em quando, alguma roupa. Conversava, se estivesse disposto, sobre o plano contra ele da psiquiatria brasileira a mando da CIA, da qual se considerava uma vítima, e que tenta denunciar sem sucesso havia mais de trinta anos.

A psicologia individual não passaria assim de uma abstração. Um recorte artificial do indivíduo para estudar como ele se vira para satisfazer as suas necessidades psíquicas e físicas. E a psicologia de massas, estudo “do indivíduo como membro de uma linhagem, de um povo, de uma casta, de

um estamento, de uma instituição ou como participante de uma multidão organizada em forma de massa¹ durante certo tempo e para determinado fim”,² encontraria seu modelo e paradigma na família, matriz da sociedade.

A novidade, para a qual Freud começa a preparar o leitor, é que o coletivo e o individual obedecem à mesma estrutura e respondem às mesmas leis. A diferença está em que forças do desejo que permanecem “sob controle” (reprimidas e recalçadas) no indivíduo resultam desencadeadas no grupo. Como se para cada um dos participantes não

fosse mais necessário cuidar das regras de polidez e decência, já que a multidão é sem lei. O olho do preceptor não me enxerga no meio da multidão, e o meu cuidador interior pode permitir-se também relaxar a sua vigilância: “Serei eu o único a ficar de fora?” Sim, mas a multidão não tem leis próprias, como a água, que não se comporta do mesmo modo quando se trata de uma piscina ou de um mar em fúria? Em outras palavras, a partir de um certo número (qual?) de pessoas reunidas, elas não passam a se comportar de acordo com outras leis, que não as que vigem para

cada uma delas separadamente? Precisamente, *não*. A ideia é que o comportamento da turba revela os componentes do psiquismo individual. Como se a verdade deste, que permanece oculta em situações cotidianas, viesse à tona na massa. O que o autor anuncia é a sua pretensão menos de esclarecer o funcionamento das multidões que de se servir dele para mostrar o que ali se revela sobre o funcionamento psíquico em geral.

Notas

1. Freud usa o termo *Masse* para traduzir a palavra usada pelos dois sociólogos com os quais discute neste ensaio. Traduz dessa maneira tanto a palavra *group*, empregada por William McDougall, como o termo *foule*, de Le Bon (por sua vez, McDougall verteu para o inglês como *crowd*, o termo de Le Bon).

2. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 68.

Capítulo segundo

Onde se contesta a tese de um instinto gregário, um herd instinct.

Freud abaixa as suas cartas logo no início: “Na vida anímica do indivíduo, o outro conta, com total regularidade, como modelo, como objeto, como auxiliador ou como inimigo, e por isso, desde o início, a psicologia individual é simultaneamente psicologia social, em sentido lato, mas inteiramente correto.”¹

Tudo feito na melhor tradição universitária, mediante uma cuidadosa análise da bibliografia existente sobre o

assunto. Começando, como disse antes, com o livro de Le Bon. Trata-se de responder por que o indivíduo muda de conduta quando está em bando.

Muda como?

Perde qualquer sensibilidade moral e a menor capacidade de raciocínio, como qualquer linchamento mostra. Não por nada a massa é qualificada de “ignara”. A conduta selvagem das multidões é contagiosa; difícil não se deixar arrastar. E uma multidão se conduz como hipnotizada, como qualquer líder sindical sabe muito bem. Em suma, os homens civilizados, quando fazem parte

de uma turba, perdem a civilidade e passam a agir como autômatos, sem vontade própria, ou como animais em debandada. Comportamento de manada, escreve Le Bon (e Freud não c desmente), e compara a “alma da massa” à alma infantil ou do primitivo: para ambos, o desejo comandado por uma fantasia leva a melhor sobre a razão.

Nota

1. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 67.

Capítulo terceiro

Onde se trata de massas organizadas.

Mais uma vez o psicanalista (se) debate com pensadores de seu tempo. Agora se trata de William McDougall, psicólogo inglês, que não se ocupou de multidões ou manifestações espontâneas, mas de grupos especializados, como clubes, seitas ou partidos políticos. Diferentemente de uma turba, eles se organizam para durar. E conseguem isso ao instaurar uma hierarquia entre seus membros; inscrever-se numa tradição e regulamentar a sua interação com outros

grupos, também organizados, da sociedade.

The Wave [*A onda*] é um romance escrito em 1981 por Todd Strasser, sob o pseudônimo Morton Rhue. É a versão romanceada do roteiro escrito por Johnny Dawkins para o filme de mesmo nome,¹ um relato ficcionalizado da “Terceira Onda”, experimento sociológico realizado pelo professor Ron Jones na classe de história da escola de segundo grau Cubberley High School, em Palo Alto, Califórnia. C intuíto dessa experiência era demonstrar aos estudantes, orgulhosos da

democracia americana, em que consiste uma autocracia (de *autos*, por si mesmo, e *kratos*, poder) e o risco de imaginar que é possível permanecer à margem, uma vez instalada a tirania. O experimento foge por completo ao controle quando seu idealizador consegue criar uma unidade social que adquire vida própria, e já não pode mais ser dissolvida por uma decisão sua. Qual aprendiz de feiticeiro, o inspirado professor demonstrou, em ato, e além de qualquer expectativa,² o que a psicanálise teoriza sob o conceito de *discurso do mestre* (aquele de “Siga o

mestre”): basta encontrar um nome; inventar uma *consigna*; escolher uma farda; estabelecer um conjunto de regras incontestáveis de disciplina (quanto mais absurdas, tanto melhor) e uma hierarquia com um chefe em exercício, para se ter um pequeno sistema totalitário perfeitamente coeso *sem qualquer ideologia que lhe dê fundamentação*.

Notas

1. Mais conhecida do público brasileiro é *Die Welle*, A onda, a refilmagem alemã, feita em 2008, do filme de Alexander Grasshoff, rodado nos Estados Unidos em 1981, dirigida por Dennis Gansel.
2. O saldo da experiência foi dois mortos (um assassinado, outro suicidado), dez alunos expulsos; o professor na cadeia e dezenas de processos contra a escola.

Capítulo quarto

Onde se discutem as relações entre sugestão e uma curiosa substância denominada libido (e começam a ser elucidados fenômenos como o de A onda).

Mais adiante, no sexto capítulo, pode-se ler uma deliciosa observação sobre um experimento sociopolítico (recente na época) praticado na Rússia, que transcrevo a seguir:

Se outro laço de massas substitui o religioso, como parece ter conseguido fazer hoje o laço socialista, manifestar-se-á a mesma intolerância com os

estranhos da época das lutas de religião; e se algum dia as diferenças em matéria de concepção científica pudessem alcançar um predicamento semelhante para as massas, também com relação a esta motivação repetir-se-ia idêntico resultado.¹

“As diferenças em matéria de concepção científica” alcançando um “predicamento semelhante [ao da religião] para as massas” parecem antecipar com rara clarividência o movimento nazista por vir, sustentado politicamente por uma cosmovisão fundada em uma biologia eugenista

considerada perfeitamente científica. Voltando ao experimento sociológico mais modesto, embora não menos esclarecedor, realizado pelo imprudente professor em nível escolar, disse, a propósito dele, que, uma vez posta em funcionamento aquela pura forma organizacional, obtinha-se um grupo totalitário operante, *sem* qualquer ideologia que lhe desse fundamentação, definindo uma política a partir de um suposto bem comum dos seus membros.

A pura forma tem o poder de provocar tal milagre devido ao fato de que ela age sobre um “conteúdo”. Seria

como a argamassa que cimenta os tijolos para constituir um bloco. E essa cola é o bem comum da turma, embora esteja em cada um dos integrantes. A manifestação subjetiva de uma substância tal é, nesse caso, a vontade de cada um e de todos de ter um senhor a quem servir. O bem comum da massa é o desejo de obediência a um líder. Não é, portanto, a vontade do tirano que submete a multidão, mas antes esta última que dá a si própria um ditador provido de uma vontade de ferro. Por estranho que pareça, o grupo fabrica para si o líder de que precisa. Isso vai tão longe que,

quando o incauto professor que fazia as vezes de líder decide que as coisas já tinham ido longe demais e decreta o fim do experimento, em vez de se dissolver, a Onda o destitui e procura erigir um novo chefe no seu lugar.

A vontade comum seria a manifestação subjetiva daquilo que *anima* a pura forma da organização; aquilo que lhe dá força e existência na realidade. É a substância da qual são feitos os desejos (como disse Humphrey Bogart/Sam Spade, citando Shakespeare, ao responder a pergunta de que era feita aquela estatueta do falcão

maltês pela qual tinha morrido tanta gente: “da matéria dos sonhos”²). Freud chamava de *libido* essa matéria, e a definia como a *energia* ainda não mensurável das pulsões;³ o combustível, em suma, com o qual a *Matrix* se mantinha em funcionamento⁴ — para citar um filme mais contemporâneo. Vale lembrar, entretanto, que Freud não era *new age avant la lettre* e que sua noção de energia não se refere a uma vaga aura mística de influência, mas pretende evocar a física (trata-se de um homem de convicções positivistas). E, em física, a energia é uma das duas

grandezas materiais necessárias à correta descrição do inter-relacionamento entre dois corpos ou sistemas materiais (a segunda grandeza seria o “momento”). Sempre em obediência às leis de conservação da termodinâmica. O sistema do “aparelho da alma”, como o denominava Freud,⁵ funciona mediante uma “energia” libidinal, definida como a quantidade de trabalho exigida à alma por determinados apetites do corpo, chamados *pulsões*. Fome e sede seriam o modelo, mas, claro, não são os únicos.

Não diria que Freud tinha

abandonado suas aspirações científicas na época em que escrevia essa obra, mas sim que estavam frouxas o suficiente para se permitir usar indistintamente amor e libido, a ponto de *Eros* ser concebido como *Liebeskraft* (força amorosa). Mais adiante veremos que convém separar amor e libido, para acompanhar de perto a lógica do pensamento freudiano, mas por enquanto deixemos essa distinção de lado. *Eros* unifica, como que contrariando a lei termodinâmica da inércia (para a qual será reservada a noção de *pulsão de morte*, que dissemina).

É curioso que ao se referir a coisas tão abstratas, tão especulativas, Freud escreva a frase que escolhi como epígrafe:

Quem tiver vergonha de chamar as coisas pelo nome pode servir-se de eufemismos. Eu próprio poderia tê-lo feito desde o começo, poupando-me muitos aborrecimentos. Não quis fazê-lo, contudo, porque prefiro evitar concessões à covardia. Nunca se sabe aonde se chegará por tal caminho; primeiro a gente cede nas palavras e depois, aos poucos, acaba cedendo na coisa mesma.⁶

A coisa mesma na qual se trata de não ceder é o *sexo* (precisamente, da diferença entre amor e tesão). Anuncia a sua posição porque sabe que deverá defrontar-se com um muro de pruridos moralistas. Já fizera a experiência da resistência que provocava quando (re)introduziu no debate científico a sexualidade infantil,⁷ vários anos antes.

Não foi causa ganha por Freud para nós, contudo. Um século mais tarde, estamos às voltas com a *mesma* censura sobre o sexo, que podemos reconhecer sob o que hoje se denomina eufemisticamente “estudos de gênero”.

O anglicismo “gênero” entrou no português para melhor reprimir a realidade sexual que se deseja fazer desaparecer do discurso. Na língua portuguesa, o termo “gênero” pode ainda ser assumido como apenas uma categoria gramatical ou taxonômica.⁸ Em inglês, o termo cabe como sinônimo de “sexo”, e assim está sendo usado nos países anglófonos, precisamente para sustentar a ilusão de que tudo o que concerne ao erotismo decorre apenas de convenções sociais, historicamente determinadas, e pouco diz respeito à realidade dos corpos que cheiram e

fedem. Pedem para falarmos em “orientação sexual”⁹ ou “sexualidades alternativas” (alternativas a quê?), como se homossexual, travesti, transexual, masoquista, sádico, exibicionista, voyeurista, necrófilo ou pedófilo fossem alternativas de um cardápio: “Escolha a sua posição preferida dentro da lista, senhor.” A operação faz parte do esforço geral de remodelação cultural denominado *correção política*, forma moderna da censura sobre os costumes, que se realiza principalmente como tentativa de controlar a língua. De inspiração stalinista, embora a sua

origem esteja na esquerda americana (ô, ironia!), acredita-se na regulamentação das palavras que a gente usa como meio de modificar a coisa mesma.¹⁰ No que estão dando, involuntariamente, razão a Freud.

Pelo mesmo raciocínio, haveria que concluir que a psicanálise se quer, e só pode subsistir, politicamente *incorreta*, na medida em que, para tocar na realidade das coisas, é preciso começar dando nome aos bois. Não se trata apenas da coragem de ser honesto, mas de suportar as consequências das palavras que são ditas ou caladas. E por

falar em palavras, a *causa* que nos faz agir (ainda a energia) se diz em alemão *Ihnem zu liebe*. Ao dizer que “fizemos isso por causa daquilo”, observa Freud, estamos dizendo que algo foi feito *por amor* de outra coisa. Tentar resolver o problema levantado pelas massas primitivas com sua teoria dos afetos nada mais seria do que levar esse sentido perfeitamente a sério.¹¹ A causa da massa, assim como da conduta irracional e passional dos que a compõem, deve ser procurada no amor; no amor pelo *Führer*, com o tesão sublimado¹² como motor.

Notas

1. S. Freud, *Psicologia de las masas y análisis del yo*, p. 94.
2. *Relíquia macabra* [*The Maltese Falcon*], 1941. Com Humphrey Bogart, Mary Astor, Sydney Greenstreet e Peter Lorre.
3. S. Freud, *Psicologia de las masas y análisis del yo*.
4. *The Matrix*, 1999. Com Keanu Reeves, Carry-Anne Moss e Laurence Fishburne. No filme, seres humanos eram gerados artificialmente e mantidos por toda a vida adormecidos em casulos, com o intuito de gerar energia para suprir as baterias de um computador universal denominado “A Matriz”. Mas o detalhe interessante é que, para isso acontecer, eles tinham que sonhar. Era o trabalho do sonho que fazia o sistema andar.

5. A tradução de *seelicher* por *psíquico* se deve à influência positivista de Strachey, que entendia ser mais “científico” que denominá-lo *anímico*, como teria sido o correto. A tradução brasileira, feita a partir do inglês, carregou essa inflexão para nossa língua.

6. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 87.

7. S. Freud, *Tres ensayos para una teoría sexual*, 1905, in *Obras completas*, vol. 5.

8. Grau, gênero e número, pelo lado da gramática. Espécie, família, gênero em biologia.

9. De nos atermos à clínica, se formos pensar nos adolescentes de hoje, os meninos sobretudo, deveríamos falar de “desorientação sexual”, isso sim.

10. Com toda certeza o racismo terminará pela substituição de “crioulo” ou “preto” por

“afrodescendente” ou, mais genericamente, “negro”. A língua, porém, se vinga. E o feriado decretado para o dia 20 de novembro pelas belas almas, dito *Dia da Consciência Negra*, acaba soando como uma involuntária piada: “Qual consciência negra? A má consciência dos coronéis nordestinos?” Mas podemos ir mais longe e sugerir que os restaurantes brasileiros mudem nos cardápios o nome do bolo *nega maluca* para bolo *afrodescendente portadora de distúrbio neuropsiquiátrico*. Precisamos cuidar também de não ofender os psicóticos. E com certeza desaparecerá a decrepitude e a feiura da velhice chamando-a de “melhor idade”. Os aleijados esquecerão a sua humilhação e dependência ao serem apelidados de “portadores de necessidades especiais”. E dentro em breve algum deputado iluminado proporá uma lei para exigir que as mulheres feias sejam chamadas de “simpáticas” (já que,

“portadoras de insuficiência estética”, daria lugar a muitas contestações judiciais).

11. Mas não seria abusivo inverter o sentido de uma expressão figurada para designar a causa, que só vale para o alemão, como se ali estivesse revelada a essência da própria coisa metaforizada? Penso que Freud sugere que, na origem dessa metáfora específica, haveria uma intuição, no próprio uso da língua, da verdade do *Liebe* como estando na origem de qualquer movimento humano.

12. O (mal) denominado pansexualismo freudiano é a constatação de que o erotismo é ineliminável. Podemos mudar de satisfação, mas até a mais completa abstinência é uma forma de satisfação. O conceito que tenta dar conta das transformações do erotismo quando não se realiza diretamente no gozo sexual é o de *sublimação*. E digo “tenta” porque, a meu ver, trata-se de uma das noções freudianas

menos felizes e mais abertas à contestação. Fico devendo maiores e melhores esclarecimentos, mas, na introdução, indico a linha de raciocínio que me leva a essa declaração: há na noção algo assim como um preconceito progressista, a indicar que Freud também era filho do seu tempo, no mau sentido da expressão. Como se a sexualidade fosse natureza e a sublimação, um destino cultural mais elevado para nossos baixos instintos. As maiores bobagens já foram ditas ao amparo desse pseudoconceito, como, por exemplo, que Fernando Pessoa escrevia como escrevia por sua conhecida castidade; como se Oscar Wilde, por exemplo, tivesse sido prejudicado como poeta por causa da liberalidade com que dispunha dos seus orifícios!

Capítulo quinto

Onde se analisa a estrutura de massas artificiais específicas — nomeadamente, a Igreja e o Exército —, com o intuito de revelar como a teoria edípica serve para demonstrar que o chefe é um sub-rogado do pai.

Seguimos o general porque o amamos (ao menos, era aquilo em que Napoleão queria acreditar). Estamos irmanados nele, como a Igreja espera que o estejamos em Cristo. A homogeneização das diferenças dentro das massas (cf. *Band of Brothers*¹) decorre de uma restrição do narcisismo

devida ao laço libidinal entre os irmãos (*alter egos*), via o chefe. O amor agiria assim como um fator de cultura, no sentido de uma reversão do egoísmo em altruísmo: o *narcisismo*, a satisfação pulsional direta em meu benefício, seria “entrópico”, desagregador (cada um por si), e o amor, “neguentrópico”, fator de coesão social (um por todos, todos por um, como diria D’Artagnan — renuncio a meu próprio bem individual em favor do bem comum).²

O *pânico*, aliás, definido universalmente como “perder a cabeça”, seria precisamente isso, o resultado da

cabeça perdida. Basta eliminar o comandante para que a tropa se disperse; estando rompido o cimento libidinal (amoroso) que a mantinha unida. Freud, sempre ótimo em ilustrar seus conceitos, compara esse efeito com a “lágrima de Batavia”. Vidro fundido submergido em água fria, duro como aço, mas basta lascar a ponta para ele se esfarelar e virar pó.

O Exército, por outra parte, deixa bastante claro que existem “os nossos” e “os outros”. Muito bem lembrado pelo Patton, de George C. Scott,³ quando disse, na sua arenga às tropas às

vésperas da batalha, que “o dever de um soldado não é morrer pela pátria; o dever de um soldado é viver para fazer com que o outro filho da puta morra pela pátria dele!” Não podia ser dito melhor. O amor no Exército não é universal.⁴ Mas a Igreja — e quando digo “igreja”, refiro-me ao cristianismo como um todo — mal disfarça o paradoxo que seu apelo ao amor universal induz. O amor puro, que seria o amor *completamente* desinteressado, que teria sido o de Cristo, é impossível. Não só porque exige que você ame um deus que pode, se assim lhe aprouver, causar a sua

perdição, na vertical, como pela sua não menor exigência de amar a todos os seus semelhantes, na horizontal. A história mostra que a igreja contornou essa impossibilidade deixando em aberto a noção de “próximo”. Os cruzados não tinham o menor problema teológico em trucidar os fiéis de Alá em nome da fé verdadeira. E não creio que uma “bruxa” acusada de heresia pudesse demover o inquisidor de mandá-la queimar lembrando-o do amor universal que lhe era devido. Responderia, sem dúvida, que a estava mandando para a fogueira precisamente por causa do

amor que sentia por ela, para purificar sua alma pelas chamas. Ou seja, quando se fala em amar o próximo,⁵ ninguém diz se tratar de preservar amorosamente o corpo vivo do semelhante. E Freud não deixa de observar que o amor é segregativo e que sua universalidade é relativa apenas aos membros da comunidade dos meus iguais.

Mas o amor é uma carta apta para funcionar como curinga, já que, quando alguma verdade do dogma não convence, ou é injusta, ou francamente absurda, o “incrédulo” será chamado à ordem para que acredite mesmo sem

concordar, sobretudo sem pensar; que ele acredite pela fé, isto é, “por amor”. Paulo de Tarso foi ainda mais longe ao afirmar que quanto mais absurda for a verdade em questão, mais você demonstrará a sua fé acreditando nela. É exatamente essa a essência do que se denomina *credo* (que, aliás, se enuncia *credo quia absurdum*, acredito precisamente por ser absurdo).

Notas

1 . *Band of brothers*, 2001. Minissérie produzida por Steven Spielberg e Tom Hanks, baseada no livro de Stephen E. Ambrose.

2. Novamente, aqui se toma o amor como sinônimo de *Eros*, considerado como o oposto do narcisismo: amor por si/ amor pelo outro. Existe outra leitura, que veremos mais adiante.

3 . *Patton*. Filme americano dirigido por Franklin J. Shaffner em 1970 (o discurso mencionado foi de fato pronunciado por George S. Patton como arenga às suas tropas em 1944). O filme teve roteiro de Francis F. Coppola e um memorável George C. Scott fazia o papel do general.

4. Por sinal, a igualdade universal de Aristóteles, em política, se refere aos cidadãos de Atenas. Não inclui nem os escravos, nem as

mulheres, nem as crianças (os *infans*, isto é, os que não tinham voz nem voto, juridicamente falando).

5. Uma piada ótima anda circulando pela rede virtual: “Vamos amar o próximo, porque o anterior já não deu certo.” Não podia ser mais freudiana.

Capítulo sexto

Onde consta a observação sobre a recém-criada URSS, já comentada.¹ E onde há uma não menos deliciosa nota a propósito da "ambivalência", ou seja, do amor e do ódio experimentados em relação à mesma pessoa.

Seríamos todos mais ou menos ambivalentes em todas as nossas relações afetivas, escreve Freud. Aqui reprimimos o amor, ali, a hostilidade...

Talvez com a única exceção do vínculo da mãe com o filho homem, que, fundado no narcisismo, não é perturbado

por uma posterior rivalidade e é reforçado por um início de escolha sexual de objeto.²

Nada pode ser mais contrário à observação clínica, e parece difícil imaginar que Freud nunca tivesse deparado com pacientes atormentadas pela culpa devida a desejos inconscientes de morte do filho amado. Uma vez brinquei com uma mãe apavorada com a primeira tentativa de deixar seu garoto atravessar a rua sozinho. A primeira advertência, observei, é educação; a segunda, cuidado materno; a terceira, desejo de

morte recalcado! Peço perdão pela ousadia, mas semelhante idealização da relação mãe-filho, expurgada do ódio, sobre a qual, por outra parte, está baseado o “complexo de Édipo”, parece dizer mais do próprio Freud que da objetividade da estrutura.

“Não posso matar o filho da minha mãe, o senhor tem que me ajudar.” Assim narra Max Schur, no seu magnífico *Freud, Living and Dying*,³ o pacto selado com aquele de quem fora o médico de cabeceira, desde 1929 até sua morte. Não se tratava de poupar a velha senhora, já falecida, nem, muito

menos, de falta de coragem moral ou de qualquer convicção religiosa contra o suicídio. O inventor do “complexo de Édipo” entende que tem uma dívida com aquela que o amara; uma dívida de cuidado com o objeto que ele fora para ela, e que sustenta a sua identidade. O senhor professor, patriarca dos seus e de seus discípulos, nunca deixaria de ser o rebento predileto de dona Amalie.

NOTA

Relendo esse comentário, pensei que se podia ir mais longe, e não restringir essa passagem à condição de Freud de

“filho da mãe”. Seria desatinado sugerir que o velho mestre assume em ato e pela última vez o lugar simbólico de pai que sem dúvida ocupava para Schur? Não se tratava só de um pedido de eutanásia, mas também de reconhecer no discípulo e amigo o filho simbólico que este aspirava a ser. Quem sabe, no momento da extinção, ele se dirigia através de seu médico a todos aqueles a quem alguma vez faltara como pai;⁴ ele, que dissera nunca ter podido se abster adequadamente de agir a partir do lugar paterno que sempre era levado a ocupar durante as análises.⁵ Mas ocupava o

lugar até um certo ponto. Deixar-se matar, era o limite dele diante do desejo edípico de morte de seus filhos simbólicos. Contam os biógrafos⁶ que duas vezes desmaiou na presença de Jung naquela viagem que fizeram ao Novo Mundo, em 1909. Ele mesmo analisou isso como defesa ante o desejo inconsciente de morte contra ele, percebido ou imaginado no seu “herdeiro intelectual”. Também daquela viagem vem a história do relato recíproco de sonhos entre ele, Ferenczi, o filho enciumado, e Jung, o pródigo. Uma noite, no convés, fumavam charutos

olhando a lua sobre o Atlântico e depois que Jung terminara de narrar um sonho e associar sobre ele, chegada a vez de Freud, este disse que não contaria, já que, se contasse, perderia a autoridade diante do discípulo. Segundo Jung,⁷ depois disso, ele de fato perdeu todo o respeito pelo seu mentor.

Há três filmes, em tudo diferentes, que me ajudam a ilustrar, senão a pensar, o que tento dizer aqui. Eles têm em comum apenas o fato de pôr em cena três versões do pai, e de me afetarem de um modo desproporcional devido à qualidade artística. Suponho que tal

emoção se deva às minhas próprias questões, como se diz, “não resolvidas”, atinentes ao que é ter e ser um pai.

Depois de vê-lo ser humilhado, após a tentativa frustrada de roubar uma bicicleta, para reaver a que lhe tinha sido tirada e da qual precisava para trabalhar, o filho pequeno ampara seu pai caído tomando-o pela mão. É a última cena de *Ladrões de bicicleta*.⁸

Já em *Paris, Texas*, Travis, que tinha abandonado seu filho ao nascer e acaba de retornar oito anos depois, folheia revistas de moda para se inteirar como deve ser um pai, antes de ir pegar o

menino na escola, para não fazer feio perante os colegas dele.⁹

A sequência final de *O exterminador do futuro 2*, subtulado não por acaso *O juízo final*,¹⁰ mostra o jovem futuro líder da rebelião humana contra as máquinas, sua mãe e o androide que, no filme anterior, tinha sido enviado desde o futuro para evitar que nascesse, reprogramado para cuidar dele. A ação se desenrola ao lado de um elevador de carga suspenso sobre um alto-forno cheio de aço fundido borbulhante. O robô, que tinha salvado a vida do rapaz mais de uma vez a essa altura, declara

com sua voz sem inflexões: “Ainda falta destruir mais um chip para a missão ser completada.” E diante da incompreensão deste, indica sua própria cabeça. O garoto, horrorizado, responde aos prantos que não, de nenhum modo iria destruir seu amigo e mentor. “É necessário”, diz o ciborgue, e acrescenta: “Mas eu não posso destruir a mim mesmo [*I cannot terminate myself*].” Ou seja, preciso que seja você quem o faça. É nesse momento, penso, que o robô vira um pai simbólico para John Connor. Trata-se, talvez, de um rito de passagem. Não digo *fazendo-se*

matar, mas *deixando-se* matar dá lugar a seu filho para ser o homem que ele pode ser, isto é, ocupar um lugar numa linhagem com uma herança simbólica como único capital. Trata-se menos de uma dívida, como costuma se dizer, que de um crédito de que ele mesmo poderá se tornar senão pai de um filho, autor do seu próprio destino. Vemos, pois, o menino, no auge do seu desamparo e com lágrimas nos olhos, acionar o controle que faz descer a plataforma que irá submergir o androide, dissolvendo-o no aço incandescente.

Notas

1. Cf. *Supra*, p. 4.
2. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 96, nota 2.
3. M. Schur, *Freud, Living and Dying*.
4. Penso em S. Ferenczi, K. Abraham e até em Jung, mas, por que não Victor Tausk, o irritante suicidado depois de uma muito contestável manobra de Freud, no ponto de desespero daquela jovem e perturbada inteligência? Para isso tudo, haveria que consultar a correspondência, as biografias e, em relação a Tausk, o livro *Brother Animal, The Story of Freud and Tausk*, de Paul Roazen.
5. Carta a Ferenczi de 14/10/1915. Também as biografias (cf. nota seguinte).
6. E. Jones, *Vida y obra de Sigmund Freud*, vol. 2. Gay, P. *A Life For Our Time*. S.

Rosenzweig, *The Historic Expedition to America* (1909).

7. Carl Gustav Jung, *Sonhos, memórias e reflexões*.

8. Vittorio De Sica. *Ladrões de bicicleta* [*Ladri di biciclette*], 1948. (Filme realizado com pessoas comuns, selecionadas na rua pelo diretor para representarem a si próprias: Esse espírito de filmar foi denominado neorrealismo).

9. Wim Wenders. *Paris, Texas*, 1984. Com Harry Dean Stanton e Nastassja Kinski.

10. James Cameron. *O exterminador do futuro 2: O julgamento final* [*Terminator 2: Judgment Day*], 1991. Com Arnold Schwarzenegger.

Capítulo sétimo

Onde finalmente se revela a que veio semelhante estudo do comportamento das multidões: fincar os fundamentos de uma teoria da identificação. E onde podemos ler a bela fórmula da melancolia: a sombra do objeto cai sobre o eu.

Podemos abordar a teoria da identificação através dos desdobramentos da pergunta: quem não conhece a Xuxa?

Contam que a rainha dos baixinhos foi detida por causa de uma infração de trânsito, e foi-lhe solicitado, como de

praxe, identificar-se. — Estou sem documentos — teria dito a apresentadora —, mas eu sou a *Xuxa*. (Quem *não conhece* a *Xuxa*?) O policial que a deteve respondeu que com certeza a senhora devia ser quem dizia ser, mas não estando de posse da documentação para atestá-lo, o veículo teria que ser apreendido mesmo assim. — Mas — teria insistido a atriz — você *sabe* quem sou. Eu *sou* a *Xuxa*! (Quem não conhece a *Xuxa*?!).

Ouvi dizer que o funcionário público — que certamente a conhecia (*quem não conhece a Xuxa*?) — merecia uma

promoção por cumprir com seu dever e deixar de tratar a estrela como uma *exceção*. Voltaremos a isso. Por enquanto, quero chamar a atenção para o fato de que, como membros da comunidade, como cidadãos, somos apenas o que o Registro Geral de Pessoas atesta. Nem mais, nem menos. Nossas *credenciais* vêm de fora.¹ Não retiro meu crédito da minha imagem ou da minha declaração, mas de um lugar terceiro que deve ser objetivo, isto é, válido para qualquer um. Aquilo a que chamamos “identidade” consiste nisso, a presença de um fiador devidamente

certificado.

Não seria exagerado afirmar que a moça “se acha”, ou, no mínimo, que não está em absoluto perdida quanto à sua identidade, a ponto de nem conceber que algum outro possa vir a contestá-la. Por isso se considera dispensada do rodeio pela cidadã Maria da Graça Meneghel, para ser reconhecida pelo outro social. “Eu sou *a* Xuxa” (com ênfase no artigo definido) quer dizer: existe só uma, essa uma *sou eu*, e todo mundo sabe disso. A mim não me cabe sustentar tal crença, por ser um ilustre desconhecido, mas tampouco preciso consultar minha

carteira de identidade para saber quem sou. E isso precisa ser explicado. A convicção íntima, tanto dela quanto minha, de que permanecemos os mesmos, apesar das constantes mudanças pelas quais objetiva e subjetivamente passamos o tempo todo não é natural. Freud se interroga sobre essa consistência vívida da identidade psicológica e chega à conclusão de que esta não é dada mas construída. Chegar a se pensar como idêntico a si mesmo é toda uma operação psíquica que passa pelo mesmo outro que a estrela parece dispensar. O nome da operação que

constitui a identidade é *identificação* e Freud a descreve como a moldação do eu conforme um modelo. Eu, a imagem e semelhança de outrem.

Note-se que a preocupação freudiana sobre a psicologia da própria identidade se junta com uma questão metafísica de primeira grandeza para os filósofos medievais: *ens est ens*. Toda coisa é igual a si mesma.² Já os gregos — Parmênides, especialmente — tinham como evidente que falar de uma *coisa* era falar de *uma* coisa. O ente e o *um* seriam equivalentes, a ponto de a pergunta se o *um* está na natureza não

parecer em nada descabida. Aristóteles responderia que sim;³ Freud, que não. Para o psicanalista, a ideia de *um* — a noção de unidade, de unicidade, de singularidade — não seria natural, mas artificial, resultado da linguagem.

Entretanto, a crença da Xuxa de ser uma, única e sempre a mesma decorre da certeza de ser amada e reconhecida por (quase) todos. E por esse caminho, a teoria da identificação acaba sendo também uma teoria do amor. Freud escreve, com efeito, que a primeira ligação afetiva com outra pessoa é a identificação. O amor teria como

modelo primitivo a alimentação. Canibais precoces, todos começamos comendo um próximo (daí *meu* próximo), que se torna parte de mim e desaparece como outro. O bebê sugando do seio fornece a figura de uma *incorporação* tal.⁴

Não é contudo na ama de leite que Freud pensa quando trata disso, mas na eucaristia: come-se o corpo do *pai* representado pela hóstia. Se o complexo de Édipo fornece o modelo da mais primitiva relação amorosa com *um objeto separado*, a mãe, essa identificação seria a sua *pré-história*.

Identificação, assaz enigmática, ao pai; “identificação masculina por excelência [que] prepara o complexo de Édipo.”⁵ Freud não tergiversa ao falar dela, já que a ilustra com o canibalismo caro a Oswald de Andrade: trata-se, diz, de uma *identificação oral* na qual o objeto é devorado, incorporado; aniquilado, portanto, como objeto. *Amai vossos inimigos* (eles fazem parte de você)! A forma primitiva do amor, então, passa p o r *ser* (como) alguém,⁶ a mais evoluída, *ter* alguém com quem estar junto.

Esse primeiro modo de

identificação canibalístico é aquele mediante o qual o eu se constitui como tal. Uma vez constituído, existe outro modo de identificação, mais tardio, que está na base da *formação neurótica de sintoma*. Trata-se de um movimento regressivo ocasionado por um conflito afetivo. O futuro neurótico se apropria, sem saber, de *um traço (Einziger Zug)* do objeto perdido ou abandonado devido ao conflito. A menina não se dá conta de que tosse como a mãe. No inconsciente, ela é a mãe. Seu desejo edípico de substituí-la junto ao pai foi cumprido; porém, ao tossir, por estar

sempre doente, também se cumpre o castigo que pune tal e tamanho desejo.

Que na literalidade do cumprimento do desejo esteja também o castigo por se ter tido um tal desejo é um mote central da clínica psicanalítica. E um velho conhecido da literatura e da poesia. “Cuida-te do que desejas; pode te ser concedido.”⁷ Também da cultura popular: Um homem perdido no sertão, e que se considerava feio por natureza, pede à fadinha que lhe apareceu três desejos: ser branco; ter água à vontade e todas as mulheres de pernas abertas para ele. Foi transformado em um bidê.

Entretanto, a mais bem conhecida dos psicanalistas talvez seja a identificação denominada *histérica*, que é uma identificação ao *sintoma do outro*, signo do desejo inconsciente deste último. Não é, pois, o semelhante amado (ou admirado, ou desejado, ou odiado) que o histérico mima, mas seu sintoma, produto do seu desejo recalcado. E a ilustração freudiana é o contágio no pensionato de moças: todas choram quando uma delas recebe uma carta do namorado rompendo com ela. Por quê? Porque todas teriam adorado estar no seu lugar; menos pelo abandono que

pelo fato de ela estar vivendo uma história de amor. A massa, observa Freud, torna-se coesa mediante uma identificação desse tipo. Seus componentes identificam-se entre si pelo laço em comum com o *Führer*. O traço do líder compartilhado por todos representa, entretanto, o *sintoma* deste último. De certo modo, deveríamos dizer que o bigodinho de Hitler ou as botinhas dos Beatles são índices, para os fãs, do desejo inconsciente dos ídolos.

O que nos leva à bela, triste e célebre frase referente à melancolia: “a

sombra do objeto cai sobre o eu.”⁸ O meu objeto de amor (e de ódio) perdido me transforma e me divide sem eu saber. É de uma divisão semelhante que surge a *consciência moral*, como instância crítica dentro de mim. Seria, como na melancolia, *o eu contra si mesmo*, que suportaria ao mesmo tempo o crítico e o criticado; assim como na melancolia suportava o amado perdido e o amante culpado por não ter amado suficientemente (ou ainda por tê-lo odiado ou invejado um bocado).

Para que exista uma instância crítica, note-se, deve existir um padrão em

relação ao qual o eu é medido. Esse padrão, importado daqueles que nos elogiavam e criticavam quando éramos pequenos, denomina-se *ideal do eu*. Quando se fala em “baixa autoestima” o que de fato não se reconhece é que a pessoa se mede com uma vara externa; não existe *autoestima*, apenas *heteroestima*: o ideal em relação ao qual meço o eu.⁹ Uma pessoa dita “narcisista” *não* é aquela que se olha no espelho de manhã e saúda sua beleza. Narcisista é a rainha de Branca de Neve, que precisa *perguntar* ao espelho a cada dia: “Existe no reino alguém mais

bela do que eu?” Se deve perguntar é porque não tem certeza. Não se trata, portanto, de alguém que “se acha”, mas de quem está perdido e precisa da confirmação do outro quanto ao seu valor como pessoa digna de ser amada ou admirada. Frágil e dependente em absoluto do olhar que a escraviza, essa rainha sem nome é, pois, a personagem trágica dessa história de amor e de inveja.

Notas

1. A “carta credencial”, aliás, era a carta que atestava que o portador merecia crédito: que se podia confiar na sua palavra (e a questão de quem certifica o certificador só não regride ao infinito porque a tal carta é portadora de um selo, lacre ou carimbo que vale como signo de autenticidade).

2. Eles tiravam essa evidência do princípio dos princípios para Aristóteles, a saber, o de “não contradição”. Mas, no caso do estagirita, não se trata das coisas, o que não faria sentido, mas de pôr um limite nas palavras, que não devem significar coisas diferentes para que seja possível a comunicação. Ou seja, ele propõe policiar a fala com o intuito de banir a homonímia, para evitar contratempos como a ambiguidade da palavra “sentido”, por exemplo, que quer dizer ao mesmo tempo “direção”,

“significação” e “sensibilidade física”.

3. Para Aristóteles, a identidade é “uma unidade de ser, unidade de uma multiplicidade de seres ou unidade de um só ser tratado como múltiplo”. Ou seja, o indivíduo particular, que cai sob um conceito universal. Para o estagirita, portanto, o *uno* está na natureza mesma das coisas.

4. “Quando eu era criança, começou a correr o boato de que a ‘boneca da Xuxa’, que era basicamente de nosso tamanho, e que muitas meninas tinham — inclusive eu (sou bem da geração Xuxa, aquela para a qual o sonho era o de ser a ‘Paqueta’, nunca a própria Xuxa!) —, matava, ou fazia maldade com as pessoas. Nunca soube de um pesadelo tão compartilhado entre amigas! Não demos, mas todas colocávamos nossas bonecas no armário e morríamos de medo de ela nos pegar durante a noite!” (Comunicação de Luciana Krissak).

5. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 99.
6. Sou como você. Sou, como você.
7. Cf. C. Baudelaire, *Oeuvres complètes*, 1922-53.
8. S. Freud, *Duelo y melancolia*, 1917, in *Obras completas*, vol. 14, p. 249.
9. Outra definição de “achar-se” pode ser a de medir o eu com a vara do ideal e concluir que coincidem.

Capítulo oitavo

Onde se avança mais um passo na teoria do amor, comparando o enamoramento com o estado de influência conhecido como hipnose.

Digamos que é um capítulo dedicado a mostrar os modos como o amor dá um objeto ímpar ao desejo, que não tem nenhum que lhe seja próprio. Um objeto destacado, selecionado, diferenciado e imperdível. E aqui precisamos começar a distinguir o amor do *eros*.

Apesar de ser a forma mais primitiva de relação ao outro, a identificação seria *o avesso do amor*. Se naquela, o

eu consome o objeto, na paixão amorosa é o objeto que consome o eu. Chamamos isso de “idealização”, o objeto amado é tratado com a reverência que merece o próprio eu. Faço do outro, diz Freud, um *eu ideal*: aquilo que eu deveria ter sido e não fui (para minha mãe). A esse *alter ego ideal* dedico minha devoção. Cansada da pergunta do detetive que finalmente os prendeu, Martha Beck — que sabia que ela e o marido seriam executados na cadeira elétrica pelos crimes cometidos — respondeu: “Por quê? Por amor, detetive. Eu fui amada como você jamais o será. Fui amada por

alguém disposto a matar e a morrer por mim. Pode imaginar maior prova de amor? Você nunca saberá o que é ser amado dessa maneira.”¹ O que a mulher tentava dizer, acredito, é que ser tudo para aquele homem, um objeto absoluto, era para ela um bem maior que a vida. Menos dramático, Bernard Shaw dizia que “estar apaixonado significa sobrestimar indevidamente a diferença entre uma mulher e outra”.

O desejo, contudo, é outra coisa, para o homem dividido entre Maria e Madalena. Uma é amada; a outra, desejada. O problema é que tanto uma

como outra aspiram a ser amadas e desejadas ao mesmo tempo e pelo mesmo homem, o que condena as relações conjugais a um mal-entendido certo e a um certo desencontro.

Mas é na *hipnose* que Freud procura o modelo para entender o funcionamento dos grupos. E não duvida em definir a relação hipnótica como “massa de número mínimo”. O hipnotizador ocupa o lugar do *ideal do eu* do hipnotizado, *não* o de seu amor. Ele não é o que eu deveria ser quando crescer (meu *eu ideal*), mas quem determina *o que* eu deveria ser quando crescer, o *ideal do*

eu.

Donde a fórmula da constituição libidinal de uma massa primária: “Uma multidão que pôs um único e mesmo objeto no lugar do *ideal do eu* e, em consequência disso, identificam-se entre si nos seus respectivos *eus*.”²

Notas

1. O caso conhecido como *The Lonely Hearts Killers*, no fim da década de 1940. Martha Beck e Raymond Martínez, um casal responsável pelo assassinato de mais de vinte mulheres durante três anos entre Wyoming, o estado da Flórida e Nova York.

2. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 123.

Capítulo nono

Onde se discute e se rebate a hipótese de um “instinto gregário”, uma gregariousness¹ inata. E onde se explica o porquê da alegria geral com a Xuxa sendo tratada como uma (cidadã) qualquer.

*O que vocês pretendem fazer comigo, agora
que me pegaram?*

Keith Richards (a um grupo de fãs)

Qual é o problema que Freud tem com a “gregariedade” inata de Wilfred Trotter? Que postular um instinto gregário prescinde da função do

condutor, do líder, e para Freud a subjetividade mesma, não apenas o grupo, constitui-se via o outro, jamais de um modo solipsista. O que nos leva de volta ao caso Meneghel.

O regozijo popular pela rainha dos baixinhos não ter sido tratada pelo guarda como exceção, e sim como mais um caso da regra, não se deve a nenhum elã democrático da população, confirma apenas a espantosa intuição freudiana de que detrás de toda demanda de justiça é possível reconhecer a inveja. Almejar a queda da estrela reflete um “Se eu não posso, que ninguém possa!”. É com essa

chave que Freud, em cinco linhas, despacha a mais instigante e original leitura do “Julgamento de Salomão” de que se tem notícia.

Fiz, em duas oportunidades, a prova de perguntar a uma plateia numerosa o que lembravam do “Julgamento de Salomão”.² Todos, sem exceção, lembravam as duas cortesãs pleiteando o mesmo bebê; lembravam a sentença do rei sábio, mandando cortá-lo ao meio para repartir as duas metades entre as querelantes, e lembravam a mãe verdadeira abrindo mão do rebento em favor da outra, para salvar-lhe a vida.

Alguns lembraram que uma delas tinha acabado de perder seu próprio bebê, mas ninguém se lembrou das palavras desta última depois de o juiz ter proferido a sentença: “Nem para ti, nem para mim; que o partam!”

E aqui podemos conferir como o nunca antes visto, onde se verifica o toque do gênio, é menos uma novidade que a possibilidade de enxergar de outro modo algo que sempre esteve lá.³ É por ter reparado nesse grito odioso e desesperado da mulher enlutada, que passou despercebido por todos, que Freud pôde argumentar: o *Gemeingeist*,

o *esprit de corps* dos grupos humanos, se origina na inveja. “Se a criança de uma está morta, a outra não terá uma viva tampouco. *Reconhece-se a perdidoso por este desejo.*”⁴ Nem o rei justo, nem a mãe generosa: é a mulher privada, e que mantém a sua reivindicação, o verdadeiro centro da parábola. Justiça quer dizer que ninguém se sobressaia; que ninguém tenha nada acima da média: “Ninguém deve querer se destacar, todos devem ser iguais e possuir o mesmo.”⁵ Eu abduco para que os outros tampouco tenham. “Esta exigência de igualdade é a raiz da

consciência moral social e do sentimento do dever”.⁶ A ideia de justiça não é redistributiva nem impessoal; é distributiva e pessoal. O centro da disputa, que o juiz reconhece, é a inveja de uma pela outra; daquela que está de luto pela perda de seu próprio bebê e que não pode suportar que a outra não esteja, como ela, desposuída. Freud é radical: *sem inveja não seria necessária a lei*.

Ciúme e inveja estão aparentados, mas não são sinônimos. O ciúme diz respeito à exclusão;⁷ a inveja, à privação. Freud vê na ideia de

equitatividade, subentendida na demanda por justiça igual para todos, uma sublimação do narcisismo: se eu não puder ser o filho preferido, então, que nenhum dos meus irmãos o seja. Renuncio para que renunciéis. Voltaremos a essa fórmula, que não apenas fez correr muita tinta, como está no fundamento de uma valorização da renúncia pela renúncia mesma que alimenta a paixão sacrificial, se não em todas, ao menos nas três grandes religiões monoteístas.⁸

O “sentimento de grupo” se deixa

analisar como “identificação recíproca” entre os membros e se opõe ao ciúme, que seria uma exigência de exclusividade que, ao fazer aparecer o ímpar, desfaz o vínculo entre os pares. A lógica no comportamento das fãs perante o ídolo é a mesma da identificação primária: “Amo-o tanto que o comeria”,⁹ mas, quando toca na psicose erotomaníaca, transforma-se num verdadeiro impulso homicida: se não meu, então, de mais ninguém. Keith Richards, que fez a experiência, nota que as meninas ensandecidas não sabem o que fazer com ele uma vez que o têm

ao alcance da mão.

Então fui abandonado no meio de uma matilha de hienas. Nunca esqueci o poder das púberes de treze, quatorze, quinze, quando andam em bando. Quase acabaram comigo. Nunca senti a minha vida tão ameaçada como pelas adolescentes. As que me esganaram e me estraçalharam quando fiquei preso no meio de uma multidão frenética delas — é difícil expressar quão assustadoras podem ser. Você prefere estar numa trincheira lutando contra o inimigo que ter de encarar esta onda imparável, assassina, de luxúria e desejo, ou como quer que se chame — é desconhecido até para elas mesmas. Os

policiais estão fugindo, e você tem de encarar esta selvageria de emoções desencadeadas sozinho!¹⁰

A observação freudiana ressalta outro ponto dessa lógica: “O mais natural seria que tivessem ciúmes recíprocos, mas haja vista a impossibilidade [...] de alcançar a meta do seu enamoramento, renunciam a isso.”¹¹ As rivais identificam-se entre si pelo idêntico amor por um mesmo *objeto*.¹² Por saber disso, aliás, Brian Epstein não permitia aos Beatles mostrarem-se casados ou noivos em público. Cada uma das meninas que se

descabelava por eles devia secretamente poder sonhar em ser a escolhida; imaginar que seu ídolo cantava ou tocava só para ela.

Em todo caso La Boétie¹³ matara a charada muito antes de Freud. *O desejo de amo* é soberano: somos todos iguais em almejar um senhor autônomo¹⁴ a quem servir: o ser superior, o chefe da horda. Como sempre atento às palavras, Freud propõe substituir ao *Herdentier* (gregário), de Trotter, um *Hordentier* (de horda). Somos animais de horda.

Notas

1. W. Trotter, 1916, citado por Freud em *Psicología de las masas y análisis del yo*.
2. A Bíblia, Reis 1, 2-3.
3. R. Piglia, *Blanco Nocturno*.
4. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 115 (grifos meus).
5. *Ibidem*, p. 114.
6. *Ibidem*.
7. É “O patinho feio”, que sofre por ser tratado como diferente pelos irmãos e pela mãe e que desejaria estar incluído como igual no grupo familiar.
8. ‘Há algo de profundamente mascarado na crítica da história que temos vivido. É, presentificando as formas mais monstruosas e pretensamente ultrapassadas do holocausto, o

drama do nazismo.

Tenho comigo que nenhum sentido da história, fundado sobre as premissas hegeliano-marxistas, é capaz de dar conta desse ressurgimento, pelo qual se verifica que a oferta aos deuses obscuros de um objeto de sacrifício é algo a que poucos podem não sucumbir, em uma monstruosa captura. A ignorância, a indiferença, o desvio do olhar, podem explicar sob qual véu permanece ainda oculto esse mistério. Mas para quem for capaz de dirigir para esse fenômeno um olhar corajoso — e ainda uma vez, há poucos seguramente que não sucumbem ao fascínio do sacrifício em si mesmo —, o sacrifício significa que, no objeto dos nossos desejos, tentamos encontrar o testemunho da presença do desejo daquele Outro que aqui chamo *o deus obscuro*.” J. Lacan, *Le Séminaire, livre XI*, “Les quatre concepts fondamentaux de la

psychanalyse”, p. 306.

9. Em inglês fica mais nítido: *I love Keith* é idêntico a *I love ice cream*. (A nossa língua não deixa de incorporar a mesma significação quando conota o coito com a expressão “comer alguém”).

10. K. Richards, *A Life*, p. 140.

11. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 116.

12. Pressuponho conhecida a diferença entre o “objetivo” (como oposto a “subjetivo”), que se refere a um objeto concreto, uma coisa, e o “objetal”, que concerne ao objeto “impregnado”, “interpretado” pelo sujeito, tomado pela libido: seu objeto de amor.

13. Étienne de La Boétie. *Discours sur la Servitude Volontaire* (1548).

14. “Autonomia” quer dizer, em grego, dar a si

mesmo a lei.

Capítulo décimo

Onde se fundamenta a tese, algo mítica (ainda que o mito seja de um cientista, Darwin), de que a massa seria a versão atualizada de uma suposta “horda primordial”, e se conclui que “A psicologia da massa é a mais antiga psicologia do ser humano”.¹

A psicologia de massas seria anterior à psicologia individual. A massa, porém, seria o compósito de duas “psicologias”, a do pai e a do filho. O líder, que imaginamos livre, e o conjunto dos que se abandonam ao

impulso de segui-lo. Freud insiste em que a condição para uma psicologia de massa é a *inibição*. Sim, mas a inibição de quê? Renunciar a querer ser o filho predileto do pai, contentando-se em estar ali como mais um entre os irmãos, é disso que se trata. Afirmar isso, não obstante, parece insuficiente para justificar o recurso à inibição. A seguir, contudo, define-se a família como uma “massa natural em torno do *amor* do pai”.² Amor pouco espiritual, apesar do nome — já que se trata de transformar-se em *the boss’ bitch*³ —, e que talvez explique a razão de Freud pensar essa

operação como uma inibição. Por outras palavras, o que se denomina “angústia de castração” não é tanto o que o lugar-comum imagina: o medo de ser capado pelo pai, mas a agonia diante do desejo homossexual de ser tomado como sua mulher. A inibição surgiria em relação a esse desejo, que comporta uma feminização. No caso da menina, tal operação abre um caminho para ela se constituir como mulher, razão pela qual tal desejo não precisa ser inibido. Todavia, não é delas que se trata aqui, mas deles. O modelo de massa, então, é o de um conjunto de *homens*⁴ unidos

pelo comum “amor pelo pai”, inibido no que tange à inaceitável passividade feminina na presença dele.⁵

Notas

1. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 117.
2. Ibidem.
3. “A nega do chefe”.
4. O único lugar em que pode ser pensada uma massa feminina, que eu saiba, é a peça de Eurípides, *As bacantes*. Nela, é o desprezo do rei pelo erotismo feminino que causa a sua perdição e a tragédia. As mulheres sacrificam a um semideus chamado Dionísio (Baco, para os romanos), filho de Zeus com uma mortal, cuja divindade não é reconhecida pelo atual rei de Tebas, Penteo, seu parente direto (a mãe de Dionísio, Sémele, é tia de Penteo e filha do ancião, rei fundador de Tebas, Cadmo, avô de ambos. Portanto, Penteo e Dionísio são primos). Trata-se, pois, de uma tragédia

familiar. Dionísio tinha dado à Grécia o dom do vinho, a bebida que faz esquecer a dor e provoca alegria e tesão. O rei não apenas proíbe o consumo de vinho como manda prender as adoradoras de Baco, as bacantes, entre as quais estavam incluídas a sua mãe, as suas irmãs e as suas tias, por não suportar seu gozo (vinho, dança, música, alegria e sexo). Entre os presos está o próprio semideus, fantasiado de estrangeiro. A fúria deste último desencadeia a luxúria das mulheres, que levadas ao êxtase e ao delírio dão cabo do rei, confundindo-o com um veado.

5. Na Roma imperial, era considerado um sério crime um cidadão se oferecer sexualmente na posição passiva de uma mulher ou de um escravo. Na Grécia clássica, embora perfeitamente aceita a pederastia — a ponto de se confundir com a relação professor-aluno —, era inadmissível que, depois de deixar a

puberdade, um jovem cidadão (livre por definição) continuasse adotando uma postura passiva de submissão diante de outro cidadão.

Capítulo décimo primeiro

O derradeiro. Um grau no interior do eu.

Ei-nos de volta ao começo.

“O eu”, diz Freud, “é um objeto de amor entre outros tantos.”¹ Talvez o primeiro, mas um *objeto* mesmo assim. Curiosa observação, difícil de entender. Não tanto que o eu seja um objeto amado como *quem* dele se enamora. Sim, porque Freud também diz que não haveria eu sem um amor tal. Digamos que o amor de alguém por uma imagem selecionada faz dela o modelo para o eu

se formar. Há um neném querido, breve me tomarei por ele. Isso se verifica na fala: a criança que se referia a si mesma em terceira pessoa passa a demandar “olha eu!”, antes de chegar a poder pedir “olhe para mim!” *Narcisismo* seria o nome técnico da operação: complemento libidinal do egoísmo natural da sobrevivência. Amo esse eu, logo *sou isso*. Mas o amo porque antes *foi* amado pela mãe. A identificação primeira resulta do primeiro amor.

Ora, se nos voltarmos para o modelo materialista, físico — fisiológico diria —, de que Freud se serve para falar

dessas coisas, a *alma* seria apenas mais um aparelho do organismo. Assim como o aparelho digestivo é o local de processamento dos alimentos, o *aparelho anímico*, dividido em localidades virtuais denominadas “instâncias”,² seria o lugar onde são processadas as percepções e as representações do mundo. Uma dessas instâncias seria o *eu*, cuja formação acompanhamos. Outra, o ideal, que daria ao eu assim moldado a sua medida.

Freud está interessado em determinar como tal aparelho funciona. Para isso, volta-se para a clínica, com o intuito de

mostrar as relações entre essa instância do eu e seu ideal. Essas relações são abordadas através da mania e da melancolia, cujo modelo seria... o carnaval!³ Com efeito, durante o carnaval, o sistema de proibições que mantém o pacto de abstinência dos cidadãos é suspenso temporariamente, por convenção, e “soltar a franga” ou “liberar geral” passa a ser a nova palavra de ordem. Como toda consigna, a carnavalesca não é menos tirânica que a proibição que ela suspende; antes pelo contrário, a obrigação de se exceder pode ser incomparavelmente mais difícil

de suportar que a imposição da renúncia e da abstinência. Uma velha bula psicanalítica advertia que o *supereu*⁴ era solúvel em álcool!

Na melancolia, o eu *está* por baixo. E o ódio do objeto amado e perdido vira autodepreciação, equivalente a uma autopunição. Clinicamente, a pergunta que se poderia dirigir a um melancólico suicida é: “*Quem* você está querendo matar?” Já na mania, o eu *leva* a melhor, e o sujeito “cheio de si” sai atropelando o mundo. Sem limite. Embarca nas mais improváveis empreitadas como se fossem as coisas mais normais desta

vida. Nada pode lhe acontecer de ruim, pois a sorte acena para ele. O eu já é tudo que deve ser, conforme seu ideal. Mas como alcançar o ideal é, no entanto, uma miragem, toda a animação não pode durar, e está fadada a um triste fim.

Não é sem ironia que precisamente ao falar da mania Freud faça observar a enormidade que a Igreja demanda aos seus fiéis: não apenas que estejam todos unidos pelo amor de Cristo, mas que se façam iguais a ele, amando seus inimigos — nomeadamente, todos que estão fora da Igreja. Tal amor universal só pode ser assexual, já que um

enamoramento erotizado, ao erigir um objeto único como desejável, desataria o laço que une os fiéis entre si. O celibato, portanto, não é apenas ideológico, mas inerente à lógica mesma da igreja, suporte do seu edifício. A família monogâmica cristã deriva dessa lógica, como uma solução de compromisso, para manter o erotismo dispersante sob controle, no seu ponto mais baixo. Os gnósticos (seita cristã originada no século III e declarada herege mais tarde) entenderam isso muito bem, já que propunham simplesmente eliminar o sexo (e as

mulheres, causadoras do desejo, matando todas) para reavermos a natureza imortal, perdida no e pelo pecado original.

Freud não diz nada diferente: para se constituir uma massa organizada, a mulher, *enquanto objeto do desejo por excelência*, deve ser excluída. Pode fazer parte do grupo, desde que seja assexuada,⁵ já que a atração que exerce sobre os membros impede a formação da massa — quer ela esteja constituída por raça, nacionalidade, classe social ou religião.⁶ Mais genericamente, a primeira coisa que um coletivo

organizado em virtude de um fim bane é o sexo. Isso se verifica do Exército até a Igreja, passando por qualquer militância política. Um dirigente guerrilheiro, da extrema-esquerda argentina, considerava a masturbação uma fraqueza política passível da mais severa punição! Qual a diferença em relação a um membro do *Opus Dei* apertando o cilício, para expulsar as tentações do demônio, mortificando a própria carne? O problema aqui, que não deixa de ser notado por Freud, é que tal mortificação e tanto castigo perigam virar outras tantas formas de gozo, desvio que a

igreja não desconhece, quando condena um sacrifício *excessivo*⁷ como pecado de soberba. Sade, com humor (negro), imagina uma república atea em que o pecado seria uma obrigação cidadã!

A neurose exerce o mesmo efeito dissolvente sobre a massa que o enamoramento — o que demonstra, *ao contrário*, que ela é um amor que não se sabe a si mesmo, e a relação analítica, um modo especial de tratar esse amor. Por isso, a neurose obsessiva, por exemplo, pode ser dita uma “religião particular”, com seus ritos privados. Sintoma que regula ao mesmo tempo a

(in)satisfação pulsional e as relações sociais do doente, em detrimento das regras do laço social comunitário. Falo de Jack Nicholson em *Melhor é impossível*,⁸ parado, com olhar de fúria, ao lado da mesa na qual ele costuma sentar no restaurante e que foi (aos seus olhos) indevidamente ocupada por um casal. O neurótico é associal. É ao redor dele, na família e com colegas e amigos, que seu sintoma se faz sentir como perturbação. Inversamente, a ilusão religiosa protege contra a neurose, ao regular mediante a estrutura do rito o laço entre os fiéis e a economia libidinal

de cada um, poupando-os de se defenderem da pulsão fazendo sintomas.

Disse antes que conviria distinguir o amor do *eros*, usados indistintamente no livro que comento, para melhor esclarecer o pensamento de Freud sobre os grupos. “Wedding bells are breaking up (that old gang of mine)” seria o mote. É o nome de uma velha música americana (1929) e resume o ponto em questão. Os sinos do casamento estão acabando com a minha velha gangue. Pois é, a Luluzinha finalmente tira o Bolinha da banda, e o clube se desfaz.

Nesse sentido, o *eros* que liga os meninos seria de natureza homossexual e o amor, que desfaz o laço e os desamarra, heterossexual. *Eros* procede por unificação (*Vereinigung*): faz círculos — o Círculo Militar, por exemplo. *Eros* é o movimento que funda sociedades unificadas pela raça, religião, nacionalidade, ideologia, profissão ou pelo gênero. É o *uno* civilizatório, o uno da massa totalizada.

Estamos acostumados, com a antropologia, a pensar a exogamia pelo lado das mulheres, retiradas do *círculo* familiar paterno por um homem de outro

círculo, precisamente para que *circulem*. Não é bem isso que Freud diz aqui. O amor, aquilo que daria ao desejo masculino um único e insubstituível objeto, é o fenômeno por meio do qual um homem é retirado do seu círculo de iguais. A exogamia seria, assim, masculina, não feminina. É uma exigência das mulheres ter *ao menos um homem para chamar de seu*. Uma vez cumprida essa missão, dir-se-ia que, para ela, há todos os homens — dos quais se costuma dizer que são todos iguais —, menos um: o dela. Isso é público e notório; o que Freud

acrescenta como novidade é que operação tão corriqueira *desfaz a massa*. Não por nada, sempre se disse que a causa do rompimento dos Beatles foi... Yoko Ono!

Cabe mencionar aqui uma instigante distinção do psicanalista francês Jacques Lacan entre a psicologia da massa e o que ele propõe denominar “lógica coletiva”.⁹ A coletividade se diferencia da classe na medida em que esta última está especificada de antemão por um traço que determina quem está dentro e quem está fora. É a lógica do

apartheid. Lacan tenta pensar outro modo de determinação do indivíduo no grupo ainda não definido como classe, no qual cada um retira o traço que o identifica da (na) interação com os outros. Resta estudar quais modos de interagir possibilitam essa identificação e quais não. Lacan ilustra sua tese com dois jogos de matemática divertida como modelo de semelhante operação.¹⁰ Mas o que me interessa salientar é que o grupo inicialmente indeterminado só se constitui como classe *depois* que cada um chega ao ponto de afirmar: “Eu sou isso.”

Como parte integrante de uma massa, o homem não age, é “telecomandado” pelo líder, perante o qual se apresenta como mais uma peça na engrenagem da máquina grupal, sem vontade própria. A única vontade em jogo seria a do chefe; a única responsabilidade também. O homem de massa rende o seu querer em favor do patrão, e com isso se considera isento de ter que responder pelo que faz, quando sob a sua influência. Não é por outra a razão que me parece tão condenável a decisão política do presidente Raul Alfonsín quando, em uma Argentina dilacerada por anos de

terrorismo de Estado, promulga a “Lei da obediência devida”, isentando torturadores e delinquentes militares de qualquer responsabilidade pelas suas ações, com a justificativa de que *apenas* obedeciam ordens dos seus superiores, estes, sim, julgados pelos crimes em questão. É o argumento de Eichmann aos seus juízes em Jerusalém, que tanto espantou Hannah Arendt:¹¹ “Não fiz nada de errado; apenas cumpria com zelo meu dever.”

A lógica coletiva, proposta por Lacan, iria exatamente na direção contrária. Seria uma teoria sobre o ato

como antecipação, fundada em dois princípios:

- Um ato não é dedutível de uma premissa abstrata a priori. Ou seja, não há conceito de ato.
- Um ato deve levar em conta o outro, como sujeito atual. Isto é, precisa contar com ele para poder agir.

Não posso me estender aqui nos detalhes da demonstração lacaniana desses dois princípios, apenas indicar que eles apresentam uma saída para o impasse da *Massenpsychologie*, dando

ao mesmo tempo o princípio de um modo de associação com os outros baseado na ética, isto é, na responsabilidade de cada um pelas coisas que faz dentro da associação. Responsabilidade que não mais precisa ser delegada a uma entidade abstrata, como a norma instituinte ou, pior, a vontade do líder.

O modelo usado para pensar a lógica coletiva está inspirado, entre outras fontes, no estudo dos colegas Wilfred Bion e John Rickman sobre os grupos de tarefa de cooperação,¹² e se baseia em uma situação na qual o resultado

almejado por cada um não pode ser alcançado se não for alcançado por todos. Cada um deverá necessariamente contar com o outro para alcançar o próprio objetivo. Esse outro não é, contudo, um próximo abstrato e ideal (o de “Amarás o próximo como a ti mesmo”), senão alguém ali presente, do meu lado, e tão interessado no resultado da tarefa quanto eu.

O filósofo Louis Althusser interrogava o destino nefasto de *toda* associação humana. Horizontal, fraterna e livre em seus começos, termina vertical e instituída na obediência de

todos a uma norma exercida (*enforced* dir-se-ia, em inglês) por um diretor. Ele se pergunta, com total pertinência, por que a associação de um com outro e outro, e ainda mais um... termina *sempre* fazendo *uno* de todos eles submetidos a uma norma englobante que os institui. Essa lei que os unifica sob sua égide parece tornar-se independente dos associados, e cada um a segue acreditando que poderia não fazê-lo.¹³ Pode estar encarnada no líder (em geral está),¹⁴ mas pode não estar — pode ser apenas o princípio que os junta —,¹⁵ ao qual passam a servir como se fosse a

coisa mais natural do mundo. A lógica coletiva imaginada por Lacan impediria precisamente a instauração dessa norma feita substância, e o corolário seria que o conjunto dos participantes nunca se torna *uno*, não chega a se constituir como totalidade. Não faz *massa*.

Resta saber se isso é praticável na vida como ela é; se uma coletividade qualquer consegue de fato operar segundo tal lógica. Eu tenho lá minhas dúvidas, penso que, em qualquer associação, se chega a um ponto no qual os conflitos de interesses se tornam intratáveis pelo desencadeamento da

inveja, que, à diferença dos ciúmes, é dificilmente reduzida pelo simbólico. Um gesto de carinho, uma piada, uma palavra bem colocada tira o enciumado da sua posição de excluído; já a inveja desencadeia um ódio homicida impossível de ser controlado se não houver um rei Salomão para cortar o assunto em disputa, o que nos leva de volta à psicologia da massa.

Acredito, entretanto, que o fato de Lacan nos propor pensar uma lógica tal desenha o horizonte para uma associação de *amigos* (atenção que *não* disse de irmãos, já que a fraternidade

nos devolve à horda freudiana). Para uma sociedade de senhores (*maîtres*), como a da Grécia clássica, brincava no seu seminário no ano de 1973.¹⁶ Com uma diferença, esses senhores não seriam considerados amos pelos escravos, como os gregos, mas por suportarem, cada um deles, uma singularidade que não se apresenta como a realização particular de nenhuma classe que lhes fosse anterior. Uma sociedade, então, não de iguais, mas de senhores da própria diferença. Essa seria a utópica sociedade de *analisados*! Impossível talvez? Talvez

impossível, sim, mas é preferível esse horizonte diante de nós, que imaginar estarmos fadados a sofrer apenas a sorte das tiranias, como a lei inelutável das associações humanas.

Notas

1. *El yo y el ello*, 1923, in *Obras completas*, vol. 19, p. 27. Como veremos a seguir, Freud nunca abandonou o modelo físico para tratar da subjetividade. Mas aqui o eu, embora devidamente substantivado, não é tratado como instância ou localidade psíquica, ou órgão de um aparelho, mas como aquilo denotado pelo pronome da primeira pessoa do singular.

2. Imagino que, ao falar em instâncias, Freud tinha em mente a metáfora jurídica dos diferentes locais que deve percorrer um processo até ser transitado em julgado. Mas, para pensar a subjetividade como ele queria, como o local, ou melhor, os locais virtuais de processamento dos dados vindos dos sentidos e dos “pensamentos”, o uso moderno e cibernético da palavra instância, que ele não conhecia, é perfeito: cada um dos passos

necessários para a execução de um programa virtual de software.

3. O que nos leva de volta a Dionísio, já que o carnaval se origina nas celebrações báquicas que eram, como lembrei, eminentemente femininas.

4. Neste ensaio de Freud, a instância *ideal do eu* e o *supereu* são sinônimas. Em escritos posteriores, ele faz uma precisão importante, diferenciando ambas as instâncias dentro do aparelho psíquico. Para um esclarecimento teorizado dessa diferença, conferir: Jacques Lacan, “Remarque sur le rapport de Daniel Lagache” in *Écrits*.

5. No Quênia, escutei o guia justificar a prática da infibulação (a mutilação genital das mulheres) perante os *bwanas*, que éramos todos nós, turistas, dizendo que se tratava de um ritual de passagem (*comming of age*), feito

aos 15 anos, que marcava o fim da infância e o acesso à condição de mulher. Caso fosse evitado, como a ONU recomenda, elas não conseguiriam marido, além de serem rejeitadas por pais e irmãos e serem obrigadas a deixar a tribo. Portanto, são elas mesmas que pedem para que seja feita a ablação. A pergunta que me ficou foi por que o advento da mulher deve ser marcado por uma operação que elimina para elas toda e qualquer sensibilidade erótica. O que é tão amedrontador no desejo e gozo femininos para a comunidade dos homens?

6. Nenhuma outra razão para proibir *Romeu* a *Julietta* e vice-versa: seria o fim da segregação entre os clãs dos Montecchio e dos Capuleto, segregação que os mantinha unidos, cada um contra o outro.

7. Qual é, entretanto, o limite? Onde termina a *ataraxia* e onde começa o gozo sacrificial?

8. James L. Brooks, *Melhor é impossível* [*As good as it gets*], 1997. Com Jack Nicholson e Helen Hunt.

9. Jacques Lacan [1946] “Le Temps logique et l’assertion de certitude anticipée” in *Écrits*.

10. Em “O número treze ou a forma lógica da suspeita” (J. Lacan, *Outros escritos*), trata-se de determinar em apenas três pesagens qual seria a peça diferente de um grupo de doze, sendo que essa diferença é imperceptível a olho nu e não se sabe se é para mais ou para menos. Em “O tempo lógico ou a asserção de certeza antecipada”, três pessoas devem determinar de um modo lógico a cor do disco que têm colado nas costas.

11. Arendt, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*.

12. Lacan fez um estágio na Inglaterra logo depois da guerra e ficou fascinado com o

trabalho dos colegas com grupos de veteranos mais ou menos traumatizados que voltaram do *front*, com o intuito de lhes possibilitar uma elaboração possível da experiência traumática. Esses trabalhos estão na origem do que depois viria a ser a psicanálise e a psicoterapia de grupos.

13. Posso manter minha ilusão de independência, sustentando a crença de que são os outros que acreditam no líder, não eu.

14. Na ficção científica *The Matrix*, Neo, o messias que salvará a humanidade da catástrofe apocalíptica, é anagrama de *One*. Ele seria o Um encarnado, que esperamos e de quem tudo depende. Os judeus o aguardam ainda, depois de terem rejeitado o último candidato, há dois milênios.

15. Acima: *A onda* e seu sistema de regras.

16. Jacques Lacan, *Encore*.

Apêndice

Onde Freud se sente obrigado a se aprofundar em determinados conceitos em benefício do leitor.

O primeiro conceito retomado é o da diferença entre a *identificação do eu* com seu objeto admirado e a *substituição do ideal do eu* por ele. Freud aborda essa distinção comparando o Exército e a Igreja católica. Cada soldado identifica-se com seus companheiros pela admiração comum pelo general. Ridículo seria o soldado identificar-se com “seu modo

de pigarrear e de escarrar”, como escreve Freud, citando Friedrich Schiller.¹ Tal tipo de identificação, que se pode esperar encontrar entre filhos e pais, pode ser catastrófica em outras relações. Como a do aluno com seu professor ou, pior, do paciente com seu analista, que crê tê-lo ajudado a cumprir uma separação das figuras alienantes da sua infância, quando em realidade induziu sem saber a substituição de velhas identificações por uma nova, esta última impossível de erradicar por não poder mais ser reconhecida. Não raro, o resultado desse tipo de desfecho de uma

análise é o ódio pós-analítico pelo antigo terapeuta, que soterra qualquer gratidão remanescente pelo trabalho feito. Como disse alguém, a propósito das “amarrações no amor” oferecidas pelos funcionários do “espiritual” nas ruas de São Paulo, trata-se de “um ódio bem amarradinho”. Já a Igreja exige dos fiéis não só que coloquem o Cristo como objeto ideal do eu, mas que sejam como ele. Imitação de Cristo. *Devem* amar os estranhos como foram amados por ele. Note-se que essa operação é exatamente a oposta da que preconiza a psicanálise. Mais um motivo de estrutura para situar

a prática inventada por Freud nos antípodas da religião.

John Lennon declarou uma vez² que, quando jovem, imitava Elvis Presley em tudo. “Tanto imitei o Elvis”, disse, “que me transformei em John Lennon.” Acho essa declaração formidável! O músico resume em uma oração o que de melhor se pode esperar de uma psicanálise no que tange ao uso das identificações para se construir um estilo. Tomar consciência daquilo que retirei do outro o torna meu. Posso abandonar traços que não mais me servem ou me interessam ou torná-los meus de direito, não apenas

de fato.

O segundo conceito é a passagem histórica da psicologia de massas para a psicologia individual. Aqui, Freud consigna parte dos diálogos com seus discípulos sobre o assunto que o ocupa (especialmente, Hans Sachs e Otto Rank). Ele mandava o manuscrito do seu livro em andamento e recebia de volta contribuições, refutações, elogios e comentários, com os quais podia infirmar ou confirmar as suas próprias intuições. O mestre não apenas reconhece os aportes dos outros a suas

próprias ideias, como demonstra, em ato, que a psicanálise é um *work in progress* com outros. O fundador não está sozinho e a psicanálise é uma prática científica fincada na cultura e na sociedade.

Qual é o aporte de Rank? A sua pesquisa sobre os mitos heroicos. Ele os coloca em série com o mito freudiano da origem da subjetividade humana na horda pré-histórica darwiniana. Nela haveria uma massa originária de irmãos, ligada pelo amor e o ódio ao pai primitivo assassinado pelos filhos. Rank sugere que o mito do herói (aquele que

sozinho dá cabo do ogro, do dragão, do gigante ou da esfinge, salvando a sua comunidade, a sua dama ou seus irmãos) é uma transformação daquele mito primordial. Ou seja, na origem, a subjetividade humana era coletiva; depois, tornou-se individual.

Os pontos terceiro e quarto abordam o problema das relações humanas e da sexualidade por meio do conceito mais problemático ainda de *sublimação*. A criação de “pulsões de meta inibida”, como Freud se exprime. Por um lado, firma-se o gesto de uma ousadia inaudita

de afirmar que *todas* as relações humanas são e foram de índole sexual — entendendo-se por tal a vontade de experimentar o orgasmo com ou através de outrem, de qualquer modo que seja — e de que as relações que não parecem francamente visar tal objetivo deixaram de ser sexuais por inibição e desvio da sua meta erótica.³ Eis o tão vilipendiado pansexualismo que tanta tinta fez correr! Mas, por outro lado, na medida em que se afirma que tal *dessexualização* das pulsões é esperável e recomendável para a constituição de laços humanos que não sejam efêmeros,⁴ os

psicanalistas acabaram transformando-se em promotores e guardiões de uma sexualidade “certa”. Não é surpreendente, mas é decepcionante, ler trabalhos de verdadeiros mestres da psicanálise advogando por modos sadios de gozar!

Cresce aqui, à sombra da doutrina psicanalítica, o preconceito de sempre contra o sexo. Não o de hoje, o de ontem ou o de amanhã, mas o de sempre. O mesmo que fora instituído pelo puritanismo na virada do século XX; o mesmo que os *Três ensaios sobre a sexualidade*,⁵ do próprio Freud,

pretendiam desmontar em 1905, tirando do esquecimento uma sexualidade infantil, bem conhecida de todos antes da formidável operação de repressão puritana ter sido efetuada sobre a civilização ocidental.⁶ Tal e tanta repressão voltou a reclamar seus foros, e receio que seus principais arautos sejam hoje os psicanalistas. Escuto no rádio: “O que você prefere, a sua família ou a bebida?” A seguir, chega a resposta que a pergunta espera: “Deixe-nos ajudar você a fazer a escolha certa!” Prezo o trabalho dos Alcoólicos Anônimos, mas não posso concordar

com a política dessa propaganda. Por quê? Por pressupor que existem desejos certos e outros que não o são. Pois não existem. O que há são pessoas que não sabem se querem o que desejam. E não sabem por que o desejo que se realiza alterado nos seus atos é inconsciente. A finalidade de uma análise é que possam saber e decidir se pagam ou não o preço dos desejos que aprenderam a reconhecer. Não são poucos, infelizmente, os psicanalistas que pensam e agem com pressupostos parecidos aos dessa propaganda do AA.

A seguir, Freud retoma a observação

de que a satisfação direta da sexualidade atenta contra a formação de uma coletividade. “As aspirações sexuais diretas [...] decompõem toda formação de massa.”⁷ Aqui, com certeza, há uma referência ao “um é pouco, dois é bom, três é demais”. Freud dá a entender que apenas sexo sem amor é suportado em relações grupais (carnaval, bacanais, surubas, perversões). Entretanto, se a condição erótica de uma mulher for, ponhamos, que haja mais de um na sua cena sexual, amá-la será condescender a incluir-se nessa cena com mais de um, talvez a

contragosto. Em todo caso, Freud sugere a seguir que é a exogamia (a escolha das mulheres fora da família) a responsável pela divisão (Ô, tão masculina!) da mulher entre a Madona e a Madalena. Ou seja, entre um amor sem sexo e um sexo sem amor. Aqui é que se menciona que a neurose, como o amor, afasta o sujeito do grupo; e ao contrário, uma seita, uma causa coletiva ou uma religião podem até certo ponto livrar o homem da neurose.

[As] ilusões religiosas [oferecem] aos coligados por elas a mais poderosa proteção contra as neuroses [...]

Abandonado a si mesmo, o neurótico se vê na necessidade de substituir, mediante suas formações de sintoma, as grandes formações de massa das quais está excluído. Cria para si seu próprio mundo de fantasia, sua religião, seu sistema delirante.⁸

Finalmente, Freud conclui com uma análise diferencial de todas as questões acima mencionadas do ponto de vista da *teoria da libido*. O *enamoramento* seria a presença simultânea de pulsões sexuais diretas (tesão) e de meta inibida (amor). O objeto carrega sobre si parte da libido narcisista do eu do

apaixonado. Só cabem nessa montagem, então, o eu e seu objeto (que não passa de um pedaço do eu separado e depositado no semelhante). Já a *hipnose* está baseada apenas em pulsões de meta inibida e opera pondo o objeto, o hipnotizador, no lugar do ideal do eu do hipnotizado. Quanto à *massa*, ela multiplica o processo da hipnose em relação a um líder em posição de hipnotizador, acrescentando-se um laço novo entre os membros que fazem massa precisamente porquanto se identificam entre si. A *neurose*, enfim, escreve Freud,

cai fora desta série [...] Aparece onde quer que a passagem das pulsões sexuais diretas às de meta inibida não se consumou com sucesso, e responde a um *conflito* entre as pulsões acolhidas no eu, que percorreram este desenvolvimento, e a parte destas mesmas pulsões que, desde o inconsciente recalcado, aspiram [...] a sua satisfação direta.⁹

Notas

1. S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 127.
2. Entrevista de John Lennon para Jonathar Cott. *Rolling Stone*, 23 de novembro de 1968.
3. Pelo que sabemos sobre sua prática e sua vida, Freud não estava sendo irônico ao dar como exemplo de sublimação lograda o casamento burguês: “[É] muito comum a transmutação de aspirações sexuais diretas, efêmeras por si mesmas, em uma ligação duradoura meramente tenra; e a consolidação de um casamento concertado por enamoramento carnal se apoia em grande parte neste processo.” S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 132.
4. “As pulsões sexuais de meta inibida têm, a respeito das não inibidas, uma grande vantagem

funcional. Posto que não são suscetíveis de uma satisfação cabal, são particularmente aptas para criar ligações duradouras; em compensação, as que possuem uma meta sexual direta perdem a sua energia cada vez por obra da satisfação, e têm que aguardar até ela ser renovada por acumulação de libido sexual.” S. Freud, *Psicología de las masas y análisis del yo*, p. 131.

5. Freud S. *Tres ensayos sobre la sexualidad* (1905). O.C. Buenos Aires: Amorrortu. Vol. 7. Tem quem diga que a psicanálise começa com este livro e com o conceito de sexualidade ampliado; outros opinam que ela se inicia com *A interpretação dos sonhos*, isto é, com a apresentação da noção de inconsciente.

6. Denis de Rougemont. *L'amour et l'Occident*.

7. S. Freud, *Psicología de las masas y*

análisis del yo, p. 134.

8. *Ibidem*.

9. *Ibidem*, p. 136.

OLHA EU!

O motivo pelo qual estou neste negócio [a comédia], e imagino todos os artistas estejam, é: “Mãe, olha pra mim!” É reconhecimento, tá me entendendo?

— Mãe, olha pra mim! Mãe, olha pra mim! Mãe, olha pra mim! Mãe!

E se a sua mãe olhar, você irá se exibir até morrer; mas se ela parar de prestar atenção e for embora... ufa!

Lenny Bruce

Acreditamo-nos autônomos, é um fato. Lacan dizia ser essa a nossa mais ordinária loucura.¹ E apesar do que

sabemos sobre sonhos, atos falhos e sintomas, sobre, enfim, as determinações inconscientes, professamos uma fé mais ou menos cega no livre-arbítrio, apoiados na convicção de que “quem sabe de mim sou eu”. Nem os próprios psicanalistas estão isentos dessa crença. Toda uma escola de psicanálise, fundada em 1940 nos Estados Unidos por emigrados judeus austríacos, denominada *Ego Psychology*, não apenas acreditava em tal autonomia como apostava no fortalecimento de uma suposta área sem conflitos do assim chamado *ego*² como critério de

tratamento e cura das neuroses. Em 1939, Heinz Hartmann, um dos fundadores da escola em questão, escreveu seu livro seminal *A psicologia do eu e o problema da adaptação*, apoiado em uma leitura de Freud que privilegiava o aspecto instrumental do eu, ou seja, a sua capacidade de avaliar a realidade e solucionar problemas. Hartmann investiga a “área sem conflito, [o] conjunto de funções que tem efeito fora do campo dos conflitos mentais”, com a finalidade de facilitar as “tarefas encaminhadas ao domínio da realidade, quer dizer, à adaptação”. E, mais

adiante: “Um homem está bem adaptado se sua produtividade, sua habilidade para desfrutar da vida e seu equilíbrio mental não estão transtornados.” Finalmente, “as metas da terapia psicanalítica consistem em ajudar os homens a conseguir um funcionamento sintético e adequadas relações com o meio ambiente”.³ Trata-se, em suma, de um programa para uma psicologia geral psicanalítica e do método de tratamento que lhe seria conveniente.

Falar em autonomia do eu, contudo, parece uma piada, em se tratando de psicanálise. Freud fala é das

vassalagens do eu, servo da realidade, das paixões e das coerções morais. Sem poder contemporizar com três padrões ao mesmo tempo, faz das tripas coração para atender seus interesses conflitantes. E o resultado é que o *eu* dito instrumental, sintético, ocupado em fazer as triagens dos estímulos do mundo exterior e em planejar ações para manter o organismo vivo e bem, padece de todo tipo de perturbações sintomáticas, e mesmo que acabe se virando para manter o funcionamento, jamais será autônomo.

O lugar que cabe ao eu, no aparelho psíquico imaginado por Freud, seria o da pele — capa superficial modificada para servir de anteparo e barreira contra os estímulos vindos de fora. Tal camada de superfície originar-se-ia a partir d'*isso* — do poço dos apetites desgovernados —, por progressiva diferenciação deste último em decorrência das exigências da realidade. Essa instância, porém, aloja também a consciência e o centro de processamento dos procedimentos que conduzem o organismo vivo e executam seus programas de sobrevivência — aquilo

que nos animais cabe ao instinto.

Nos bichos, contudo, tal programa vem *default* de fábrica, junto com o hardware. Nos humanos, não. O que seriam, portanto, os intercâmbios com o mundo exterior senão as trocas entre o recém-nascido e os que cuidam dele? A interação acontece dentro de um meio em que não se dá que haja apenas água, ar, terra e fogo, digamos, mas também *linguagem*. Um meio tão saturado de linguagem, aliás, que não existe *nenhuma* relação com as coisas que não passe pela palavra. Embora ninguém nasça falando, todos fomos mergulhados

na pia batismal de água “linguageira” (como diria Lacan). Ou, por outra, chegamos a um mundo onde entre nós e os outros está sempre e desde sempre o muro da linguagem. Chegou um novo habitante do planeta Língua, antes que do planeta Terra.

Assim que o recém-chegado tomar a palavra — e vale insistir que a toma daqueles com quem interage —, a primeira coisa que ele há de exigir é ser olhado. “Olha eu!” Mas, antes, quando sequer havia *eu* para ser visto por alguém; quando só estava o corpo realizando a sua cega rotina de mamar,

dormir, defecar, urinar, mamar..., ainda ali, a criatura andava às voltas com um *fala-se dela*. Este último acontece tão regularmente quanto o ciclo das necessidades vitais. E será quando começar a ser registrado, junto com outros tantos estímulos do mundo exterior, que começará a se precipitar, aos poucos, o famigerado *eu*. Simples assim.

Simples assim?

Não, infelizmente. Complica o advento o fato de a criança estar, no *fala-se dela*, por completo nas garras dos que dela falam. Até ali, e na melhor

das hipóteses (visto que, na pior, sequer chega até ali), permanece reduzida ao que dela é dito. A bem da verdade, a verdadeira fundação do futuro *eu* acontece no momento em que esse puro produto do *fala-se-dela* começa a fazer alguma objeção ao outro — a mãe, digamos — e cospe o leite.

Cuspir o leite é um *acontecimento*. Acolhido como tal, passará a valer como uma indicação de que o bebê não se rende por completo ao criador! No caso de não ser percebido pelo destinatário, ainda terá o recurso de insistir na recusa — como quem diz,

“para marcar posição” —, vomitando. E se ainda assim a mensagem não tiver chegado ao destino, talvez só lhe reste parar de comer de vez. A *anorexia*, no caso, só irá ceder se for confirmada como *um ato* de pleno direito. O primeiro, talvez, do novo sujeito, que desse modo dá provas, paradoxalmente, de não estar tão sujeito assim ao outro de quem depende.

Trata-se, como se vê, menos de alimentação, que de ser visto como uma *singularidade* irreduzível ao que se possa pensar dela. O “não!” é sua primeira e decisiva intervenção junto a

um outro que, não fosse por isso, o possuiria por completo. É apenas essa negação, exprimida em ato e não em palavras, que o representa como sujeito/agente. Não seria exagerado, portanto, considerá-la a primeira ação social. É sobre ela que se edificará o futuro *eu* do príncipe, com o qual tomará a palavra em seu próprio nome, para se dizer junto à rainha-mãe e o restante da corte. Convém não esquecer que, ainda assim, e para sempre, como disse o poeta, *eu é um outro*.

Deixa de *parecer* um outro, contudo, quando nos identificamos com aquele de

quem se fala. Ora, isso significa, libidinalmente falando, que o objeto investido pela mãe passou a ser investido também pelo filho. Em outras palavras, antes de dar origem ao “mim mesmo” psicológico, o eu não era um sujeito, mas um objeto... amado.

O que me leva a deixar registrada uma observação, que não pretendo desenvolver em um texto introdutório, mas que, entendo, cabe fazer. Freud postula um estado inicial denominado “narcisismo primário”, que simplesmente quer dizer que somos egoístas e interesseiros por natureza.

Nascemos olhando para o nosso próprio umbigo, provavelmente porque dói, e é preciso haver uma (boa) razão para nos fazer olhar alhures. Freud define o narcisismo, não obstante, como o “complemento libidinal do egoísmo”. Definição que implica que o egoísmo não seria libidinal *per se* e sim que *se torna* libidinal, provocado pelo desejo e o amor do outro. Em suma, o narcisismo nunca seria primário, mas *secundário* a uma relação objetal de mim comigo mesmo, que se daria *via olhar e discurso maternos*. Acho pertinente registrar esse comentário sobre o estado

inicial da subjetividade já que afirmar que o eu depende do amor ou, até, é o produto de um amor é muito diferente de dizer que se origina na e pela percepção do mundo, o que geraria uma consciência discriminadora.⁴

Freud, em todo caso, sempre se refere ao eu como a instância na qual acontece o tomar nota das coisas, quer dizer, como a sede oficial da consciência. Mas a consciência, diz também o professor, é só uma *qualidade* entre outras do psíquico, não a sua essência: um *estado transitório* das representações. Ou seja, a diferença

entre consciência e inconsciência seria assunto de percepção apenas, e não a indicação de uma diversidade na natureza das representações mesmas. Não existem, portanto, dois tipos de representação com características diferentes. Há as que percebemos, e as que não percebemos.

Em que pese a identificação da consciência com a percepção,⁵ quando inventa uma figuração para o aparelho psíquico, Freud separa esta daquela, interpondo-lhes o inconsciente, concebido como uma série de traços de memória já registrados. Nunca temos

consciência de uma percepção pura. Quando tomamos consciência de algo é porque isso já passou por toda uma série de traços inconscientes de memória. Ainda adormecidos, escutamos um ruído, a campainha do despertador, digamos, mas, em vez de despertar para o café da manhã e o ônibus que nos levará até a faculdade, pode acontecer de fazermos um sonho em que, por exemplo, a secretária do departamento no qual estudamos nos telefona da universidade para avisar que as aulas foram suspensas e, portanto, não precisamos acordar. O que aconteceu?

O sonho resulta do processamento inconsciente do barulho vindo de fora *para neutralizá-lo*, para, precisamente, evitar tomar consciência da chamada de despertar, em cujo caso, não haveria mais remédio que sair do sonho (e do sono) e cair, como se diz, no mundo.

Muito bem, mas como poderia acontecer tal metamorfose da campainha do despertador ao telefone se já não *se* soubesse do que se trata? A questão é justamente: *quem* sabe disso? *Não eu!* Estaria acordado em vez de sonhando... Responder “o sonho sabe” seria apenas afirmar que o inconsciente sabe —

fórmula lacaniana — e que sabe, *sem mim*. Sabemos, portanto, e *ainda dormindo*, que aquela campainha nos concerne; que se trata de uma chamada e que deveria ser atendida. Em suma, entre a percepção do som e a consciência desperta se interpõe o sonho que, segundo Freud, cumpre antes de mais nada o *desejo de continuar a dormir*.⁶

E, por falar em telefone, nunca saímos diretamente de um sonho para a nossa realidade vígil. Há sempre um *delay* entre a saída da cena onírica e a plena assunção da representação que

temos de nós mesmos no mundo (leia-se: o *eu*). Retardo que vivemos como uma ligeira despersonalização; uma fugaz desorientação no que concerne a tempo, espaço e identidade. Como demonstra a confusão, quase sempre percebida do outro lado da linha, toda vez que um telefonema nos tira do sono bruscamente.

Ter consciência de algo quer dizer “estar a perceber” esse algo. Por isso perguntamos ao interlocutor se “percebe” o que estamos tentando explicar ou mandamos que ele “veja bem” o que vamos apresentar-lhe como

argumento. *Being aware*, em português se diz “dar-se conta”: contar-se, incluir-se na contagem. O psicólogo Alfred Binet ilustra com um simpático exemplo a passagem da criança que ainda está em-si para o tempo em que está para-si.⁷ À pergunta “quantos irmãos você tem?”, a criança responde: “Três: João, Pedro e eu”, antes de poder responder: “Dois: João e Pedro.” Não que ela não compreenda o significado de “ter”, acontece de ela estar falando da sua própria posição em relação a si mesma e frente ao outro. No primeiro tempo, ela se conta como um objeto, do ponto

de vista do outro. No segundo, ela mesma ocupa o lugar do outro, e a origem alienada do eu fica esquecida (recalcada, mais precisamente).

As complicações não acabam ali, contudo, já que o inventor da psicanálise acrescenta que uma das funções do eu (a sede da consciência, certo?) é aplicar a *censura* ao sonho, para não comparecerem diretamente nele as representações recalcadas do desejo! E parece bem evidente que ali não comandamos mais nada. É apenas nos seus últimos escritos que o mestre de

Viena discorre sobre o que denomina a *cisão do eu*.⁸ Embora ele refira tal divisão ao fetichista — que conhece a diferença entre os sexos, mas assim mesmo crê no “falo feminino” (devidamente representado no sapato, na cinta-liga, no ursinho, no chulé... enfim, em qualquer coisa que tenha a função de fetiche e que precise estar presente para lhe manter a ereção junto à mulher), pode-se concluir desses trabalhos que o psicanalista se rende à constatação de uma condição cindida do eu em geral, não apenas no eu do perverso. Nesse sentido, a importância do exemplo do

fetichismo está no registro da *coexistência* de dois postulados contraditórios *sobre a realidade*: “A mãe tem e não tem pinto.”

Uma mulher espera uma vaga na garagem do prédio onde mora, prometida pelo dono. Embora passe todos os dias por ela, demora uma semana para render-se ao fato de esta já ter sido ocupada pelo carro de uma vizinha amiga que a usurpou indevidamente, de caso pensado. Não que não conhecesse a diferença entre o carro desta última e o do proprietário da vaga esperada, entretanto, *tomar*

consciência de tal diferença implicava assumir o conflito de defrontar-se com a má-fé de uma amiga. Pode-se chamar isso de recalque, sim, mas o que desejo salientar ao chamar a atenção para esse retardo é a cisão entre o que foi percebido e a conclusão do raciocínio que se deduz daquela percepção. Durante sete dias coexistiram perfeitamente duas afirmações contraditórias sobre a realidade: o carro que ocupa a vaga é e não é o carro que deve estar nela.

Notas

1. J. Lacan, *O seminário. Livro III. As psicoses*.
2. Em latim, na versão *Standard* inglesa das obras completas de Freud, editada e traduzida por James Strachey, pela mesma razão que o grego tinha sido procurado para traduzir *Seele*. São as línguas mortas do prestígio universitário e científico. *Ego* soa mais sério que o coloquial pronome da primeira pessoa do singular (para fazer jus ao tradutor inglês, digamos, contudo, que substantivar o pronome e escrever *the I* soaria meio esquisito, sobretudo pela homofonia com *the eye*, “o olho”). Absolutamente inaceitável me parece a opção brasileira de verter Freud ao português via *Standard Edition*, preservando os termos em latim na versão da editora Imago.

3. Heinz Hartmann, *Ego Psychology and the Problem of Adaptation* (1939), 1965, p. 17.

4. O trabalho de René Spitz sobre o hospitalismo me parece uma demonstração clínica desse ponto. Bebês hospitalizados ao nascer, e por isso separados durante longos períodos das suas mães, em que pese estarem perfeitamente atendidos pela enfermagem, sofrem uma devastação psíquica de consequências gravíssimas, não raro irreversíveis.

5. Memória e consciência são logicamente antinômicas: enquanto vejo uma paisagem, não me lembro dela e vice-versa. Rememorar é perceber na atualidade uma representação como tal. Isso posto, cabe acrescentar que Freud nunca conseguiu realmente explicar, a não ser evocando vagos matizes de “qualidade”, a evidente diferença entre perceber e lembrar

ou imaginar algo.

6. Trata-se da feroz relutância a interromper a satisfação do sono, como me fez observar Ilana Katz.

7. Como diria Sartre.

8. S. Freud, *O. C.*, vol. 23: “La escisión del yo en el proceso defensivo” (1938), p. 271. E no *Esquema del psicoanálisis* (1938), p. 103 ss.

"TRISTE O SABER QUE NÃO BENEFICIA O SÁBIO"

*Es muy triste negar de donde vienes,
Lo importante es adonde vas.*

Manal, 1967¹

Dos antigos comunistas dizia-se que um era uma conspiração, dois, um partido e três, uma cisão. Deixando a falta de consenso nas esquerdas políticas de lado, lembrei essa piada a propósito do número mínimo para compor uma massa, que, muito justamente, seria dois, o partido. Vale lembrar, a respeito dessa dupla, que se

trata do casal hipnótico. E convém não esquecer também que embora o número de participantes seja dois, os elementos em jogo na operação são três: o *ego*, o *alter ego* e o *ideal do ego* — para pô-lo em termos quase freudianos.

Retomo isso tudo porque os livros de história ensinam que é daquele casal *fin de siècle*, do hipnotizador e seu hipnotizado, que se origina o outro, mais moderno, do psicanalista e seu *psicanalisante*.² Conversar sobre a diferença entre ambos parece-me um bom modo de concluir essas reflexões sobre a análise do eu e a psicologia das

massas, visto que a relação psicanalítica se pretende um vínculo que não fosse uma massa. Mais ainda, tem a pretensão de ser uma verdadeira desmontagem da relação de massa.

Em 1922, Fritz Lang terminou o primeiro dos três filmes que dedicaria ao tema do best-seller de Norbert Jacques, *Dr. Mabuse, der Spieler*. Junto com *O gabinete do dr. Caligari*, de Robert Wiene³ e *Nosferatu*, de Friedrich Wilhelm Murnau,⁴ eles compõem a quintessência do expressionismo alemão em cinema. Não creio que tenha sido apenas o sucesso de

público, mas seu próprio fascínio pelo personagem, que manteve o diretor preso ao gênio do mal durante quase quarenta anos,⁵ como se ele próprio tivesse caído no mesmo estupor das outras vítimas do doutor.

Além de impiedoso, Mabuse é um mestre do disfarce e da hipnose. Raramente comete seus crimes em pessoa, opera através de uma rede de agentes infiltrados em todos os estamentos da sociedade, que implementam seus bem-traçados planos. Operações geralmente de alcance nacional ou internacional. A rede de

agentes inclui desde criminosos profissionais contratados, até inocentes chantageados ou hipnotizados para cooperar com o chefe, passando por desavisados manipulados com tamanha eficiência que nem sequer se dão conta que estão fazendo exatamente o que Mabuse calculou que fariam.

A identidade do doutor permanece enigmática. Sabe-se que é o cérebro por trás da conspiração, mas permanece ubíquo. Sua figura nunca é vista ou aparece sob os rostos mais diversos. Pode ter sido derrotado e enviado ao asilo, à cadeia ou ao cemitério, só para

reaparecer em outro momento e lugar como se fosse um espectro imortal. O substituto é e não é o mesmo, mas tem invariavelmente a mesma ubiquidade, igual magnetismo e idêntico gênio para o crime.

Não sei se por respirar os ares do tempo ou por ter sido de uma clarividência espantosa, mas o Mabuse de Lang antecipa de um modo arrepiante a ascensão de Hitler ao *Reichstag* em 1936, galvanizando a sociedade alemã.⁶ Evoco o tão sinistro quanto fascinante mestre hipnotizador por outra razão, contudo; é por acreditar que nosso dr.

Freud seria o reverso do dr. Mabuse.⁷ E disso se deduz também uma outra consequência, menos evidente, que entabular uma relação psicanalítica põe necessariamente em questão o laço social.

Põe ele em questão, mesmo sem chegarmos ao extremo de supor um mestre da hipnose organizando a cerimônia, na medida em que não há sociedade complexa sem um alto grau de repressão pulsional. E são as dificuldades em alcançar o grau requerido de renúncia que se verificam sob a forma do que Freud denominava o

“mal-estar na civilização”.

Reconhecer isso *não* é, contudo, o grande feito freudiano. O passo largo de Freud foi ter percebido a renúncia mesma como uma nova e tenaz modalidade de satisfação. Essa astuciosa manobra da neurose, de transformar a censura mesma em uma forma de gozo, foi o que os surrealistas não compreenderam, quando visitaram o pai fundador na Bergasse 19, advogando junto a ele pela libertação das pulsões encarceradas. O problema do psicanalista, teria dito um irritado Freud aos jovens André Breton e Salvador

Dalí, não é como soltar o inconsciente, mas como levar o doente a renunciar à renúncia, sem por isso transformar-se em perverso ou libertino. Em todo caso, como psicanalisar-se supõe ir até as raízes do incômodo, o que se perfilaria no horizonte seria um certo grau de dissolução do laço de servidão que alimentava a renúncia pulsional em primeiro lugar.

Teoricamente, caberia acrescentar.

Caberia acrescentar “teoricamente” porque não é bem o que vemos acontecer (ou já ter acontecido), mas o que se esperaria do desencadeamento da

plena potência do dispositivo psicanalítico. Para ser sincero, acredito cada vez menos no poder subversivo da prática analítica no plano social global. Entre nossos mitos fundadores, há um que reza que o mestre teria dito a seu principal discípulo em sua primeira viagem ao Novo Mundo: “Não sabem que lhes trazemos a peste!”⁸ Altas esperanças na potência da sua invenção! Quem se atreveria hoje, sem se qualificar como paranoico ou cair no ridículo (ou ambas as coisas), a imaginar um coletivo de psicanalistas desatando os nós que amarram os

cidadãos entre si, em nome do alívio do mal-estar na cultura? A psicanálise não será o artífice da anarquia no Ocidente! O século XX foi um século freudiano do começo ao fim, mas não se pode dizer que nenhuma das suas grandes transformações possam ser creditadas à psicanálise.

O homem senta diante de mim, é sua primeira entrevista.

“Vim vê-lo”, diz, “porque cansei de ser sempre o algoz em todas as minhas relações”. Percebendo algo de errado na sua formulação, pergunta se “algoz”

quer dizer aquele que sofre ou aquele que faz sofrer.

O que responder a isso?

É o grau zero de uma psicanálise.

Não alguém apresentar-se dizendo o contrário do que veio dizer, o grau zero da psicanálise consiste em como responder a uma pergunta dessas. Porque da resposta depende o destino da experiência futura do psicanalisante com a própria palavra — ao menos, *em relação a mim*. Mas a resposta, ela depende da minha concepção de inconsciente.

Se acreditar na existência de uma

verdade já dada e de algum modo registrada, à espera de revelação, ou seja, se me imaginar o Sócrates do paciente, serei tomado como o parteiro das suas verdades ocultas, na melhor das hipóteses, ou como o oráculo do seu fado, na pior. A maiêutica já foi considerada o método freudiano *avant la lettre*, a ponto de uma prestigiosa escola argentina de psicanálise ser portadora desse nome.⁹

Em que pese Freud ter dito que a histérica sofre de reminiscências, não é de verdades eternas inscritas na alma que se trata, nem sequer das verdades

relativas das histórias particulares — ao menos, não se concebidas como já escritas e aguardando leitor. Freud não era platônico. E malgrado o artigo definido que o substantiva, e de ter sido descrito como a instância ou o local em que se arquivam as representações recalcadas, parece melhor e mais próximo da experiência pensar o inconsciente menos como uma entidade que como uma *operação* na qual o eu é superado por uma intenção outra, que se manifesta quando a ocasião é propícia. E atrás da qual é preciso correr para se reconhecer nela, sempre com retardo.

Certo, dirão, mas você está a nos falar da intenção *de quem*? Desse, responderia, que, segundo constato diariamente, me faz produzir ações sobre as quais não posso justificar a causa de outro modo que não com um impotente: “É mais forte do que eu!” Meu inimigo íntimo, que sempre saca primeiro, sem sequer me conceder a graça de deixar-me acreditar que não era eu próprio o atirador. Trata-se do velho tema do duplo, caro ao romantismo, que de *William Wilson*, de Edgar Allan Poe,¹⁰ ou *O médico e o monstro*,¹¹ de Robert Louis Stevenson,

até o filme *Coração satânico*, de Alan Parker ou, mais perto de nós, *O clube da luta*, de David Fincher, passando pela novela *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde,¹² que nada mais é que um modo alegórico de falar da divisão que nos caracteriza como sujeitos.

Ponhamos agora outro doutor, contemporâneo de Freud, o dr. Jekyll.¹³ A *única* vez que o senhor Hyde, seu outro malvado e sem consciência (de culpa), diz “eu” é instantes antes de o bem-intencionado Jekyll — que o fizera vir à tona em nome da ciência — decide dar um tiro na própria cabeça, para

poupar o mundo do monstro que ele se recusa a reconhecer como sendo também ele mesmo, e que, dali em diante, não poderia nem controlar nem fazer desaparecer como tinha feito até então. Não é questão, portanto, de “salvar a cara” do eu desfalecente da pessoa que me procura para análise, embora fosse o que se esperaria em um encontro social com ela. Polido seria fingir que nada houve.

E o que houve, afinal?

Dizer o contrário do que se desejava ou perguntar o que já se sabe, para esconder que não se sabe o que se diz?

Aliás, será que ao falar sabe-se o que se diz? E quando não se sabe, será que nada se disse? Houve, pois, um *acontecimento na fala* que a interrogação sobre o significado da palavra (que encerra o sentido da intenção, e cuja resposta o locutor já conhece ou intui) pretende neutralizar. O problema está em que a pergunta em questão me está dirigida de modo reto e direto. E da resposta que eu der, como disse, depende que se possa tirar algo ou não da diferença entre a vítima procurada e o algoz encontrado. Em outras palavras, devo tratar a pergunta

de tal modo que, a partir dela, *esse homem queira* deixar-se jogar pela sua fala frente a mim, sem se preocupar com salvar a cara do eu, ou seja, sem vergonha. Trata-se de um esforço, manter essa via aberta. E a função de um psicanalista consiste em suportar a tarefa. Chama-se “associação *livre*”, mas é uma disciplina como qualquer outra. Menos refletir sobre si mesmo que se entregar a falar sem eira nem beira, sem pensar, frente a um estranho, escolhido por motivos sempre fortuitos como ouvinte privilegiado.

Diria, parafraseando o “não me

buscarias se não tivesses me encontrado” do Cristo, “não perguntarias se não tivesses a resposta”. Encontrar o bom modo de mostrar isso requer *tato* da parte do ouvinte analista.¹⁴ Acreditamos que dizer algo é sempre comunicar um significado a alguém, mas acontece, às vezes, de que o que ali está para ser comunicado não é exatamente o que o locutor pretendia, e, nesse caso, cabe aproveitar a oportunidade para perguntar menos “*O que eu disse?*” que “*Quem disse aquilo?*”.

Pôr esse dispositivo para funcionar

requer tempo, trabalho e dinheiro. O tempo e o trabalho (e o dinheiro) necessários para estabelecer as coordenadas nas quais o inconsciente propriamente freudiano possa se produzir e ser capitalizado, se posso me exprimir assim, pelo analisante. “Entrevistas preliminares” é o nome dado à tarefa de se criar tais condições de possibilidade. Nome cabível, desde que não se esqueça de que as ditas entrevistas são preliminares *só depois* de a análise estar instituída para tal analisante. *Não* se trata com elas de fazer acontecer uma psicanálise com um

psicanalista já instalado e esperando seu paciente chegar. Ao contrário, a aposta das denominadas “entrevistas preliminares” é fazer com *que haja* (trata-se de um voto)¹⁵ um psicanalista para uma produção inconsciente já em andamento, e verificar se tal analista posso ser eu.

Difícil é não se fazer a pergunta acerca de *onde estava* o tal do inconsciente, antes do tropeço daquela comunicação específica comigo onde mostra a ponta do nariz. Ou seja, interrogar-se sobre o status real do inconsciente dito freudiano. Assunto

assaz delicado quando se espera (como espero) não recair na ideia de uma entidade substancial que estaria ali presente e alojada independentemente dos modos da sua efetuação ou manifestação.

Essa ideia é muito forte e de um modo ou de outro termina sendo avalizada pelos próprios psicanalistas, desde sempre e até hoje. Quando eu era estudante na Universidad de Buenos Aires, a matéria dedicada a ensinar os rudimentos da psicanálise na carreira de psicologia, concebida e ditada pelo professor León Ostrov, membro

fundador e analista didata da Asociación Psicoanalítica Argentina, denominava-se Psicologia Profunda, e nisso o nosso professor não deixava de seguir o próprio mestre, já que Freud dizia ser da alçada dele a psicologia profunda, deixando a superficial, a da consciência reflexiva, aos psicólogos.

Não tenho certeza se esse modo de colocar as coisas reflete o que Freud pensava sobre a natureza do seu objeto de estudo, ou se se tratava de uma declaração estratégica para uma política de reconhecimento e aceitação da sua nova disciplina pelas ciências e práticas

já estabelecidas na sociedade; a medicina, sobretudo, que se afigurava como o grande obstáculo. Cada um no seu terreiro, teria dito o psicanalista; isso é da minha alçada, aquilo, da vossa, podemos conviver em paz, mas existe um lugar ao sol para ambos. Não sendo mais essa a conjuntura, com um freudismo firmemente estabelecido há mais de um século, caberia tentar defender uma abordagem que demonstre a “psicologia profunda” como o que ela é: os modos de subversão da psicologia superficial de todos nós e de todos os dias.

Quando disse que da resposta à pergunta do meu candidato a analisante dependia o destino da sua relação com a própria fala, *ao menos na sua relação comigo*, isso era até certo ponto um exagero ilustrativo, porque se trata sempre de uma série de intervenções sobre diversos eventos parecidos com esse, e não de apenas um único e decisivo acontecimento. Mas ao dizê-lo dessa maneira quero salientar que o que há para analisar *não vem já dado*, *constrói-se* na (e mediante a) relação com tal analista.

Antes do encontro entre ambos, o

inconsciente não passava de uma abstração teórica, um postulado geral da relação do homem com a linguagem. Depois, terá sido o inconsciente *dessa* análise. Em certo sentido, poder-se-ia dizer que o inconsciente propriamente freudiano *não existe* fora do vínculo psicanalítico.¹⁶

Em vez de afirmar que há pessoas analisáveis e outras inanalisáveis — pacientes aptos ou inaptos para a psicanálise —, prefiro pensar em um inconsciente que pode se constituir ou não na relação analítica comigo. Conceber as coisas desse modo tem a

clara e imediata vantagem de trabalhar com a hipótese de que a psicanálise seria possível para essa pessoa com um colega meu, e se ela se mostrava inanalísável, o era em relação a mim,¹⁷ não em relação à psicanálise mesma.

Pois, então...

— *Algoz*, quer dizer aquele que sofre ou aquele que faz sofrer?

Tenho insistido na falta de uma resposta universal ou localmente adequada e eficaz para dar a uma pergunta como essa, mas isso não quer dizer que possamos deixar de responder, visto que nenhuma resposta já seria uma

resposta. Devemos, portanto, decidir de uma vez e do modo mais preciso que for possível de acordo com a política que norteia o tratamento.

Embora não haja respostas *prêt-à-porter* para dar aos pacientes em cada situação, existe, sim, uma *política* para o psicanalista, que deve orientar a sua estratégia. *Esta* deve ser calculada conforme a situação, mas *aquela* permanece sempre a mesma. A política de levar o interlocutor analisante a escutar a “fala do Outro¹⁸ nele”, sem mandá-lo calar a boca. Decerto, o que se há de fazer com o que se escutou já

são outros quinhentos. Os quais também concernem ao psicanalista, mas tocamos aqui a borda externa ou o limite mesmo de toda psicanálise. Voltarei a esse ponto. Mas, antes:

— *Algoz* quer dizer aquele que sofre ou aquele que faz sofrer?

— Para saber *o que o algoz quer dizer*, conviria perguntar-se o que *o senhor quis* dizer (sem querer) ao se apresentar a mim como algoz.

Dir-se-á, o homem *não sabia* o significado daquela palavra. Não perguntaria, se soubesse. Em primeiro

lugar, enquanto *eu*, ele pode se fingir de ignorante do sentido produzido, mas a língua que ele fala sabia: o português sabe.¹⁹ Em seguida, está claro que — sempre enquanto *eu* — ele se recusa a saber — recalca tal saber —, pois aceitar ter dito o contrário do que tencionava o obrigaria a interrogar a intenção que comandava o sentido inesperado.

Não se trata do significado do termo, que se encontra no dicionário, mas da intenção *desconhecida* que “o fez dizer” carrasco em vez de vítima para se referir a si mesmo. Ou seja, o carrasco

nele acaba de tomar a palavra (donde a minha quase brincadeira, ao acrescentar o artigo definido, sobre o algoz que quer dizer algo que conviria escutar), mas — e isto é fundamental — *nem ele nem eu sabemos de quem se trata ou o que ele deseja comunicar.*

Nada teria a reclamar se me dissessem que pareço estar descrevendo uma sessão espírita de invocação aos mortos. Acrescentaria só que o ritual religioso está a serviço de exilar o agente do aquém para confiná-lo no além, e o acesso do *eu* a esse lugar do agente fica bloqueado. Como o dr.

Jekyll, definitivamente negando-se a fazer suas as péssimas intenções do sr. Hyde. Fazê-las suas, porém, é o *único* jeito de não incorrer na repetição que se pretende evitar; de não se sentir “obrigado” a encarnar o mal em si. O que nos leva ao último ponto de meu comentário do livro de Freud.

A comunidade e suas leis de convívio existem precisamente para constituir uma associação de socorro mútuo contra a aparição do sr. Hyde em cada um de nós. Essa é a tese forte defendida em um texto imprescindível, já citado, e cuja leitura acompanha a

desse que comento: *O mal-estar na civilização*.²⁰ O homem é bem mais criminoso do que se imagina, escreve Freud ali, mas também muito mais moral do que sabe. E o psicanalista não é convocado a ser nem advogado nem promotor. Não se propõe a desencadear o monstro em cada médico para deixá-lo tomar conta da casa, nem oferece um método para mantê-lo agrilhado nos porões do espírito a menor custo. Sua função (alguns diriam: sua missão!) é aliviar o carcereiro do peso da sua tarefa, sem que a libertação do pecador nele redunde em crime, loucura ou

suicídio.

Alan Parker realizou, em 1987, *Angel Heart*,²¹ já mencionado, do maior interesse para um psicanalista. Em primeiro lugar, pelo modo da sua feitura. Construído com todas as regras do gênero *noir*, ele não pode contudo ser colocado na prateleira de “suspense” da locadora, já que se trata de um filme do gênero fantástico ou de terror gótico. Ou seja, pela forma, acreditamos estar assistindo a um filme policial, até descobrirmos, quase no fim, ter estado assistindo a um filme de

terror.

Em segundo lugar, pelo tema. Começamos no mais clássico ambiente semântico do romance policial. É 1955. Detetive nova-iorquino, que bem poderia ter saído das páginas de Dashiell Hammett ou Raymond Chandler, é contratado através de uma firma de advocacia por um refinado cavalheiro de nome Louis Cyphre. Sem dar maiores detalhes, este último comenta que tê-lo escolhido como investigador privado não é de modo algum uma coincidência. O caso consiste em localizar alguém de nome

Johnny Favorite, cantor bastante popular antes da Segunda Guerra, que esteve no *front* e cujo rasto se perdeu depois do seu retorno. Consta que deu baixa por feridas sofridas e internado com traumatismo neurológico, mas os registros do hospital sobre ele desapareceram. Por amnésia ou má-fé, o artista teria deixado de honrar um contrato que tinha com o mandante e por isso precisava ser localizado.

Assim que a investigação progride, uma a uma, todas as pessoas entrevistadas aparecem mortas, a ponto de o detetive, chamado Harry Angel,

suspeitar que o procurado está “queimando os arquivos” para continuar sumido. Conduzido pelas pistas até New Orleans, é levado para o universo vodu da Louisiana francesa.

A partir dali, é a magia negra que toma conta do roteiro, até o fim, quando descobrimos estar no universo não de Philip Marlowe mas de Fausto. Vende-se a alma em troca de fama e fortuna. O vendedor, contudo, sofre de amnésia devido às suas feridas de guerra, e não só se esqueceu do contrato em pauta, como também do fato de ter tentado passar para trás o mesmíssimo diabo —

tomando a identidade de um jovem soldado, de quem comeu não o fígado, mas o coração²² — para não ter que honrá-lo.

Não só nosso araponga resulta ser o Johnny Favorite procurado, como descobre ter sido ele o assassino de todas aquelas pessoas, incluindo-se a mãe da sua filha e a filha dessa mãe, mas não antes de ter acrescentado o incesto a sua lista de crimes. E tudo isso, sem saber o que fazia!

Por que tantas reviravoltas para se haver com a alma que lhe era devida, poderíamos perguntar, se o credor,

Louis Cyphre (que não fez demasiado esforço, diga-se, para disfarçar o Lúcifer no seu nome!), conhecia desde o começo a identidade do seu devedor? Precisamente, é este último que não a conhece, e que valor poderia ter uma alma cujo portador se ignora a si mesmo? O que representa uma alma senão a essência desejante de alguém? Preciso era, pois, fazê-lo percorrer todos os desvios do caminho necessário para ele sozinho dar por si, *antes* de fazê-lo pagar o preço do seu desejo.²³

Não é de surpreender, portanto, que a última cena mostre um satisfeito Mefisto

carregando pelo braço seu anjo (*Angel*) caído, que acaba de descobrir que sempre fora o favorito (*Favorite*), em um velho elevador Otis, rumo ao inferno provavelmente.

A última sequência, que reteve minha atenção, começa quando as evidências acumuladas, e até então negadas, obrigam Harry Angel (Mickey Rourke) a confrontar-se com a espantosa suspeita de que ele pode não ser quem acredita ser. E essa horrível suspeição se apresenta como um uivo frente ao espelho, seguido do grito do mais puro desespero: “*I know who I am!*” Essa

queixa desgarrada vai pontuando, como uma litania, cada uma das revelações de Louis Cypher (Robert De Niro) que lhe demonstram não ser ele outro senão o criminoso procurado. “Sei quem sou!” responde como negação desesperada, mas cada vez mais fraca (as últimas, inaudíveis), às evidências que estilham o eu “angelical” dando lugar ao pecador já condenado. É com feroz sarcasmo que seu outro infernal — cuja ação nessa história foi comparada, não sem fundamento, com a do psicanalista — comenta: “Triste o saber que não traz benefício para o sábio!”

Cinco anos antes, em 1982, Ridley Scott filmara uma história, hoje um *cult movie*, com estrutura semelhante e idêntico centro de gravitação. Só que, espantosamente, não soubemos disso até 1992, quando nos foi permitido assisti-lo de acordo com seu roteiro original, aviltado pela explícita censura imposta ao diretor pelo estúdio Warner Bros., proprietário da obra. Os produtores, com efeito, obrigaram Scott a remontar a película, cortaram várias cenas, trocaram outras de lugar, acrescentaram um novo final (com rebotalhos de um filme de Stanley Kubrick) e fizeram vir

o Harrison Ford, a estrela, para gravar um relato em *off* que deixava o conjunto ainda mais parecido com uma fita policial dos anos 1940, mas sepultava em definitivo o centro da trama, que se pretendia precisamente fazer desaparecer. Qual centro? Que o protagonista descobre ser outro que não quem acreditava ser. Na remontagem, a identidade do personagem não está em questão e a história contada é deslocada a outro ponto.

Falo de *Blade Runner* — *O caçador de andróides*. Pérola do gênero ficção científica que, tal como *Coração*

satânico, também foi confeccionado com a forma de um *thriller* dos anos 1940. Como Saulo de Tarso, o caçador de hereges, que se descobre ele mesmo um herege, Deckard, o caçador de andróides, descobre-se, e nós junto com ele, um andróide. Para os executivos da Warner, preocupados com o retorno do investimento, era inconcebível que o mocinho da história não fosse humano. Inconcebível. Quem se identificaria com ele? Ninguém! Seria um fracasso de bilheteria. A versão do diretor foi não apenas um sucesso, como aplaudida de pé pelas plateias do mundo todo no ano

da sua (re)estrela. Também como em *Coração satânico*, acompanhamos em *Blade Runner* o percurso de um herói que chega até a sua verdadeira identidade depois de uma saga de violência contra outros, que ele combate por serem diferentes, mas que se revelam como pertencendo à classe da qual ele era um membro sem saber.

“Triste o saber que não traz benefício para o sábio.”

Freud esperava de seu invento, a psicanálise, que não fosse um saber

triste. E parece estranho afirmar algo assim de um senhor que bolou um dispositivo cuja função é que se diga o pior das pessoas, tudo que elas prefeririam calar e que certamente nunca desejariam ver revelado a outros. Diremos, um confessional católico sem absolvição ou pena destinado ao prazer mórbido do confessor? Como acredito ter mostrado, o que interessa no dispositivo, aquilo que ele pretende trazer à baila, não são os podres conhecidos, mas as faltas desconhecidas.²⁴ E é nesse ponto que a figura demoníaca do analista se mostra

insuficiente para descrever o seu status.

Correlativamente, o psicanalisante não é apenas quem vê estilhaçar-se seu prezado *ego*, tornando-se candidato ao inferno ou ao suicídio, mas aquele que, uma vez conhecida a raiz da sua identidade, pode, eventualmente, fazer outra coisa na vida que se esconder do olhar perscrutador do Lorde Negro de Mordor.²⁵ Enfim, conhecer a sua origem, deve, sim, trazer algum benefício ao sábio.

Independentemente dos benefícios que possam se auferir da operação, entretanto, estou, como Nietzsche

(inspirado nos trovadores medievais²⁶), interessado na ideia de um saber que não seja triste. Creio que isso se aplica também, e sobretudo, a toda a obra escrita de Freud. Saber com sabor, disse Roland Barthes em algum lugar. A graça com que Freud escrevia não é um adereço, mas faz parte da política mesma do que pretende ensinar. *O inferno são os outros!*, berra Sartre.²⁷ Acredito ouvir a voz alquebrada do velho Freud responder-lhe desde o além: *Não, o inferno é o eu! Só o outro salva: é o amor.* Ao menos, é isso que me parece estar escrito em *Psicologia*

das massas e análise do eu.

Notas

1 . “*No pibe*”, música do disco *Manal*, de Manal. Primeira banda argentina de blues, cantados e compostos em castelhano, em castelhano de Buenos Aires. Javier Martínez, bateria e voz; Claudio Gabis, guitarra; e Alejandro Medina, baixo.

2. Se me for permitido usar um neologismo do psicanalista Jacques Lacan, que observava que de nenhum modo quem faz análise é passivo nela, e portanto não lhe cabe o nome de psicanalisando (aquele que é objeto da análise perpetrada pelo agente analista), nem, muito menos, de paciente (de paixão, *pathos*, o que padece, sofre, o passivo). Como espero mostrar a seguir, é incumbência do psicanalista justamente ajudar a colocar seu paciente em posição de agente psicanalisante.

3. Robert Wiene, *Das Kabinet des Dr. Caligari* [*O gabinete do dr. Caligari*], 1920. Filme mudo feito na Alemanha com roteiro de Janowitz e Mayer.
4. F.W. Murnau, *Nosferatu, Eine Symphonie des Grauens* [*Nosferatu*], 1922. Filme mudo feito na Alemanha e estrelado por Max Schreck. O subtítulo diz: “Uma sinfonia dos horrores”.
5. O segundo da série, ainda com o mesmo ator, Rudolf Klein-Rogge, é de 1933; o último, de 1960!
6. George Orwell dará a isso uma volta de parafuso ao mostrar, em *1984*, um ditador condizente com o capitalismo moderno tecnocientífico. No livro, encontramos a pura forma kafkiana teorizada por Michel Foucault, do olhar vigilante onipresente e sem rosto. Os tiranos muito personalistas e carismáticos,

aliás, ocultam essa verdade da estrutura.

7. Não é das menores ironias que ele seja apresentado nos filmes muito explicitamente como “psicanalista”.

8. Anedota da viagem de Freud a Nova York em 1905. Elisabeth Roudinesco (*História da psicanálise na França*) contesta essa passagem e sugere que é apócrifa (uma invenção de Lacan, que declarou tê-la recebido dos lábios do próprio Jung. Este, segundo Roudinesco, jamais mencionou isso em lugar nenhum). Pessoalmente, acho que *se non è vero, è ben trovato*, já que, naquela época, chegar de barco a Nova York implicava passar por um controle de saúde pública, uma quarentena, em Ellis Island, antes de se autorizar o desembarque.

9. Nunca conversei com ele a esse respeito, mas tenho certeza que Roberto Harari, o

fundador, não teria discordado de mim. Não se muda, entretanto, um nome próprio, uma vez instituído, impunemente. Ele deve ter entendido que não cabia fazê-lo.

10. E. A. Poe, *Complete Works* [*Obras completas*].

11. R. L. Stevenson, *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* [*O médico e o monstro*] (1886).

12. O. Wilde, *The Picture of Dorian Gray* [*O retrato de Dorian Gray*].

13. O “médico” a que se refere a tradução portuguesa do título deste romance, e que representa alegoricamente os poderes da ciência da qual tanto se esperava e em nome da qual Fausto vendeu sua alma ao Diabo.

14. É o termo que usa Freud para se referir à difícil arte de saber quando interpretar e como fazê-lo. Já que interpretar, como disse, não é

revelar algo que já estaria ali oculto desde sempre, mas levar o paciente a aproveitar o que acabou de produzir-se entre ele e seu analista.

15. Este é um dos sentidos do sintagma lacaniano “desejo do analista”, que tanta tinta fez correr durante décadas.

16. Isso *per se* deveria servir para riscar todas as intervenções selvagens feitas fora do contexto do dispositivo analítico. Ou seja, mesmo proferida por um psicanalista, uma “interpretação” da fala ou dos atos de alguém que não é seu paciente não passa de uma violência e é, por definição, falsa.

17. E cabe acrescentar aqui: inanalisável devido aos obstáculos criados pelo meu próprio recalque, ou seja, pela minha própria neurose no que ela não foi devidamente analisada. Donde a máxima importância formadora da análise prévia do futuro analista.

18. Vou me permitir uma maiúscula lacaniana porque não se trata aqui do outro, meu semelhante, mas de uma referência virtual do meu próprio discurso na medida em que ele me é alheio.

19. Ao falar sou falado, segundo a boa expressão de Heidegger, que lamenta a extinção em todas as línguas modernas da voz média do grego e do latim, como o verbo *loquor*, por exemplo, que não é nem ativo nem passivo. É a voz que descreve uma ação que o sujeito sofre sem poder, contudo, deixar de considerar-se o agente. Em nossas línguas modernas, essa possibilidade semântica ausente foi suplementada por um uso atípico do reflexivo. A mãe para o filho pequeno: “Fulano! Veja o que você *me fez fazer!*” Foi ela que, inegavelmente, deixou cair os pratos, por exemplo, mas não sem reconhecer a sua ação como causada por uma influência alheia, da

qual se sente o objeto, sem por isso deixar de ser o sujeito dela.

20. S. Freud, 1929. Comentado, nesta mesma coleção, por Nina Saroldi.

21. Conhecido entre nós como *Coração satânico*. Mais um título em que a tradução ou a dublagem fazem um estrago na obra do artista!

22. Onde o bem-bolado título do filme: *Angel Heart*. O duplo sentido irônico se perde em nossa língua: coração angelical / coração de Angel, este último, o sobrenome do soldado, cuja identidade foi roubada pelo cantor, futuro detetive.

23. Gilberto Gil, mais otimista, o diz belamente quando enumera tudo que precisa fazer *caso queira* falar com Deus. Cf. “Se eu quiser falar com Deus”, 1980.

24. Não à toa Édipo é modelo para o

analisante. Não sabia que era culpado de parricídio e de incesto.

25. J. R. R. Tolkien, *The Lord of the Rings* [*O senhor dos anéis*].

26. Nietzsche, *Le gai savoir*, 1882 [*Die Fröhliche Wissenschaft*/ O saber alegre].

27. Sartre, *Huis clos* [*Entre quatro paredes*].

ANEXOS

Um passeio pelo Seminário

“Ainda bem que Freud desistiu de usar seu Tânatos”, brinca Harold Bloom¹ em algum lugar, “porque, senão, além de um eu, um supereu, um isso e um eros, também teríamos que carregar mais essa tralha nas costas.” De fato, os conceitos freudianos são ficções teóricas criadas para nos permitir pensar os fenômenos da experiência, mas estão de tal modo incorporadas em nosso pensamento que dizemos sem pestanejar coisas como “tenho um eu

fraco”. E numa frase dessas, salta aos olhos que o eu de “eu tenho” e o “eu” que seria fraco não se confundem. Poucos psicanalistas foram tão sensíveis a essa diferença como Jacques Lacan, e não queria abandonar o livro de Freud sobre o eu sem consignar algumas das coisas que foram ditas no famoso *Seminário* sobre o tema.

Em se tratando de Jacques-Marie Lacan, o dândi, o psicanalista *sui generis*, o mestre pop star da *intelligentzia* parisiense, contudo, tropeçamos no *lacanês*, o dialeto inventado por ele e que passa como o

estilo do homem. Tão pretensamente inimitável que foi imitado por (quase) todos os seus epígonos, até a caricatura.² E digo que se trata de uma pedra porque muito do melhor que tentou ensinar perdeu-se e continua a se perder devido ao “inimitável estilo” em questão, que produz ora adesão cega ora rejeição maciça, e em ambos os casos a “transmissão”, como se diz, do que está em pauta, se tergiversa ou se extravia.

1954: Ano de se ocupar do problema da consciência.

Dirigindo-se em francês aos

franceses, o mestre observa que se identificamos o *moi* à consciência podemos sustentar a autotransparência deste, mas o *je* lhe seria opaco. O *je* ser-lhe-ia dado à consciência como um objeto entre outros. “A apreensão de um objeto pela consciência não lhe entrega ao mesmo tempo as suas propriedades. O mesmo acontece com o *je*.”³ Trata-se de um comentário algo enviesado do *je pense, donc je suis* cartesiano, “o penso, logo existo” que deve servir para transformar em conceitual uma diferença gramatical entre duas formas do pronome da primeira pessoa do singular,

inexistente em português: *je* e *moi*. O *je* seria o eu embutido em “tenho” ou em “penso”, indicado para nós pela desinência do verbo, que informa qual é o sujeito da oração. Já o *moi* refere-se à entidade substancial que Freud denomina *das Ich*, aquele *eu* qualificado como fraco no meu exemplo.

É nesse momento que Lacan propõe o que denomina uma “definição materialista da consciência”. E conta a fábula da filmadora que capta automaticamente tudo — *light and sound* — de um mundo em que os homens desapareceram (“a câmera pode

registrar a imagem da montanha no lago, ou a do *Café de Flore* ruindo em total solidão”⁴): estaríamos diante de um “fenômeno de consciência, que não teria sido percebido por nenhum *moi*”.⁵ Mais adiante, continua a fábula, os homens retornam e restabelecem a continuidade dessa consciência, interrompida durante a sua ausência. A consciência, explica, “é algo que se produz toda vez que temos uma superfície tal que possa se produzir nela uma imagem: a superfície de um lago pode ser substituída pela *area striata* do lóbulo occipital”.⁶ A consciência, portanto, é o reflexo; é o

espelho.

Jean-Bertrand Pontalis,⁷ na aula seguinte, objeta que ao escolher

a sua fábula do desaparecimento dos homens, o senhor esqueceu uma coisa: que era necessário eles voltarem para captar a relação entre o reflexo e a coisa refletida. Senão, se considerarmos apenas o objeto em si mesmo e o filme registrado pela câmera, isso não passa de uma coisa. Não é uma testemunha, não é nada.

Na frente de quem Lacan capitula, e conclui com algo que já tinha dito antes a propósito da origem da linguagem:

“Há problemas que é preciso decidir-se a abandonar sem tê-los resolvido.”⁸ E lembra, como se nada fosse, que o sistema da consciência não tem lugar na metapsicologia de Freud.

Freud, com efeito, nunca chegou a teorizar a consciência,⁹ e Lacan parece desembaraçar-se dela reduzindo-a ao simples registro coordenado dos estímulos físicos, próprio dos vertebrados superiores. A apreensão subjetiva, a vivência psicológica desse registro seria o *moi*.¹⁰ Quanto ao *je*, ele seria o representante em cada um de nós, seres falantes, do universo simbólico em

que nascemos; esse que permite inventar espelhos e câmeras de vídeo, entre tantas outras coisas. Freud afigura-se-me bastante mais materialista que Lacan, quando define a consciência, no *Entwurf*,¹¹ como um registro qualitativo da diferença entre estímulos feito por neurônios específicos. Ele, porém, não tinha que se haver com Jean-Paul Sartre nem com a fenomenologia; Lacan, sim. Essa argumentação, em todo caso, deixa nas trevas o status da psicologia da percepção, e a subjetivação do fenômeno percebido é simplesmente declarada um problema fora de nosso

campo.

1964:¹² Ano de polemizar com Jean-Paul Sartre, jamais mencionado pelo nome.¹³

What hierarchy could confirm him as an analyst, give him the rubber-stamp? A certificate tells me that I was born. I repudiate this certificate: I am not a poet, but a poem. A poem that is being written, even if it looks like a subject.

Jacques Lacan¹⁴

Uma década passada, reinicia-se a discussão sobre o status do eu com o

filósofo da consciência via uma leitura de *Pulsões e suas vicissitudes*,¹⁵ de Freud. Contestando “aquelas filosofias originadas no *cogito*” (ou seja, contestando Sartre), Lacan se vê levado a discutir o papel da *causalidade* em psicanálise e a se perguntar como se origina o *sujeito*.¹⁶ Toma para si a pergunta pela subjetividade que tinha sido deixada de lado ao abandonar a psicologia e que nunca foi uma questão de Freud, cujo “aparelho psíquico” (*Seelischer Apparat*), operando com deslocamentos naturais de cargas através de cabos neuronais, mediante

leis de uma vaga energética, não precisava do conceito de sujeito.

É verdade que Freud tem um *eu*, mas este jamais chegaria à conclusão de que pensa e portanto existe, já que não passa de um sistema regulador de estímulos, diferenciado a partir do arco reflexo e adaptado ao meio ambiente. Lacan não se conformaria com esse *eu* diferenciado a partir da pulsão, ele que queria uma teoria da subjetividade não transcendental. Isso o leva às portas da metafísica. Não passa por elas, contudo. Prefere discutir a *interpretação*, visto que o sujeito de que se trata é o que esta

faz existir. Note-se que digo que o sujeito não preexiste à interpretação. Mas, antes de continuar, queria chamar atenção para o fato de Lacan permanecer dentro do seu campo, o campo psicanalítico.

Se o captarmos no seu nascimento no campo do Outro,¹⁷ a característica do sujeito do inconsciente é estar, sob o significante que desenrola as suas redes, suas cadeias e sua história, em um lugar indeterminado. Mais de um elemento do sonho, quase todos, podem ser o ponto onde nós o situaremos de modos diversos na interpretação. Quando acreditamos poder fazer com que diga o

que quisermos, é porque não entendemos nada — precisamos dizer que os psicanalistas não se explicam demasiado bem. A interpretação não se dobra a qualquer sentido. Não designa mais do que uma só série de significantes. Mas o sujeito pode com efeito ocupar diversos lugares, conforme o coloquemos sob um ou outro desses significantes. Isto posto, passo às duas operações que hoje me proponho articular na relação do sujeito com o Outro.¹⁸

Antes de passar às duas operações em questão, algumas observações parecem pertinentes. O sujeito é o

sujeito do inconsciente e surge da interpretação, que aparentemente vem do psicanalista em posição de Outro para seu paciente. Foi o que aconteceu quando decidi pôr meu paciente sob o significante “algoz” recortado do seu discurso. Mas cabe observar que o primeiro surpreendido pela emergência desse significante foi o próprio e que o tal significante não veio de mim, mas dele mesmo, como se se tratasse de um outro. Meu trabalho consiste em animá-lo a percorrer a série de significantes que se desenrolaria a partir de “algoz”, sem pular nenhum. Isso é associar

“livremente”, submeter-se à determinação do significante que se impôs sem querer. *Qualquer coisa* que nos desvie dessa tarefa é, segundo Freud, uma resistência e deve ser tratada como tal.

A interpretação, para continuar com ela, “não está aberta a todos os sentidos”.¹⁹

Não é de nenhum modo qualquer uma. É uma interpretação significativa, e não deve ser falha. O que não impede que tal significação não seja, para o advento do sujeito, essencial. O essencial é ele enxergar, além dessa significação, a que

significante nonsense, irreduzível,
traumático está, como sujeito,
assujeitado.²⁰

Ou seja, não vale dizer qualquer coisa ou seguir não sei que inspiração ou sentimento do momento, a intervenção deve ser precisa, pontual e estar bem apoiada sobre os significantes *do analisante*. Mas é necessário também não permanecer prisioneiros do significado. Não imaginar, por exemplo, que porque meu paciente disse “algoz” em vez de “vítima” já sabemos que se trata de um sádico ou qualquer coisa que o valha. Essa suspensão da compreensão

é o que Freud chamava “regra de abstinência”.²¹

Juan Molina²² aponta que temos com a marca recebida uma relação bífida: ou não sou essa marca ou sou apenas essa marca. Uma mulher trata de explicar por que lhe resultava insuportável o pai assistindo-a tocar piano. Seu olhar embasbacado, orgulhoso, era-lhe repugnante. E por quê? “Sei lá! Porque não sou apenas *isso*.” *Não sou apenas isso* declara a intenção de recuperar uma certa indeterminação. O pai parece saber perfeitamente quem ou o que ela é. A queixa “não sei quem sou; não sei o

que quero” é uma cortina de fumaça sobre o verdadeiro problema, que não está na falta de determinação, mas no seu excesso. Angustiante mesmo era imaginar-se reduzida a nada além da “filhinha do papai”, e o *piano* significava tal submissão. Por isso Lacan diria desse piano que é um *significante*.²³ Ela era refém do instrumento. Refém a ponto de ter que ouvir da mãe, cada vez que se dispunha a fazer algo que a desagradaria, como sair à noite ou viajar com um namorado: “Faz como achar melhor, mas *teu pai* vai ficar muito chateado. Ele que te comprou o

piano com tanto carinho...” Foi depois de me reproduzir uma daquelas frases maternas que perguntei por que ela não vendia “aquela merda”. Não se tratava de um conselho, nem muito menos de uma ordem, mas de um modo de mostrar-lhe que o instrumento não era realmente dela. Devia poder perdê-lo para tê-lo. Enquanto fosse a caução do amor paterno, ela estaria obrigada a desistir da música para se livrar da hipoteca.²⁴

A interpretação, contudo, era uma estratégia para abordar o *ato*, tema caro

a Sartre. Diferentemente de uma ação, que se rege pelas leis da física, o ato não está determinado por nada, ser livre é sua condição; trata-se da potência do desejo de projetar o que não é, o que não está, o que falta, enfim, o que não existe, ou não existe ainda. Sartre chama isso de o *nada*, associado ao não realizado, ao projeto, e o opõe, precisamente, ao *ser*.²⁵ Sua famosa divisa “o homem está condenado a ser livre” vale até para o mais abjeto dos escravos, cuja imaginação não cai sob o mesmo jugo que prende seu corpo; não está determinada por nada, é livre para

transcender tudo o que é e para fazer existir o que não é. Está aí a tese sartreana.

O filósofo, sempre em relação ao ato, considera que o homem não pode ser livre e estar determinado ao mesmo tempo. Ou é livre por inteiro, ou não o é em absoluto. Lacan, o freudiano, não pode estar de acordo com isso, mas os argumentos de Sartre são lógicos e são fortes (e, ademais, ele nunca ligou muito para o inconsciente). Se o ato em geral mostra que o homem está livre do ser, Lacan observa que o ato analítico revela a potência criacionista do significante, e

em vez do nada sartreano propõe a “falta-para-ser” (*manque-à-être*).²⁶ É a tradução inglesa desse sintagma, proposta pelo próprio autor, que esclarece seu sentido: *want-to-be*, ao mesmo tempo “querer ser” e “carência no ser” (no sentido em que se diria *a ship in want of good sails*, um barco em falta de boas velas).²⁷ A seu ver, o inconsciente demonstraria simultaneamente que o ato recebe suas determinações do significante e uma *liberdade* que consiste em saber desembaraçar-se do peso de tal determinação.

Duas operações, portanto; uma que dá origem às determinações inconscientes, denominada *alienação* (o que não é nada inocente, haja vista a reviravolta que dá à definição marxista, bem na moda naquela época), seguida de outra, na qual se recupera algo da indeterminação perdida e que se denomina *separação*. Preciso insistir: malgrado o discurso sobre o ser, Lacan não está propondo uma ontologia psicanalítica. Antes me parece que espeta uma farpa na coxa do filósofo, sugerindo-lhe que a filosofia perde alguma coisa ao desconsiderar o que a

experiência de uma psicanálise ensina. E isso está dito de várias maneiras ao longo do ano de 1964: “O estatuto do inconsciente não é ôntico mas ético”²⁸ (ou seja, não está dado, já ali, como um ente, mas depende de uma decisão do analista...). “O psicanalista faz parte do conceito de inconsciente”²⁹ (decisão que *cria* esse inconsciente que é menos do paciente que da análise). “A transferência é a colocação em ação [*mise en acte*] da realidade do inconsciente”³⁰ (isto é, não existe outro inconsciente que o que construímos juntos). Finalmente, e ligada à anterior:

“[O] conceito [de transferência] decide o modo de tratar os pacientes. Mas é o modo de tratar os pacientes que governa o conceito.”³¹

As operações “de causação do sujeito”, como Lacan as denomina, são de lógica e foram apresentadas à moda de Aristóteles, mediante expressões da língua comum. Mas não são frases quaisquer que o psicanalista escolhe como exemplos: “A bolsa ou a vida!” e “Liberdade ou morte!”, a voz de assalto e o lema do insurgente. Embora o valor delas não esteja na captação psicológica de seu sentido, como tampouco o estava

para Aristóteles — o terror, nesse caso —, senão na lógica implícita em sua enunciação, não se pode negligenciar as referências procuradas para exemplificar as tais operações: a violência exercida sobre mim pela vontade do próximo (o mesmo que deve ser amado como a mim mesmo) e as conotações políticas da liberdade, considerada em situações-limite. É nesse contexto que adianta a tese de que o advento da subjetividade, de toda subjetividade, se dá como uma forma de *alienação*.³² Paradoxo sobre o qual se passa rápido demais, como se o “eu é

um outro”, que comentamos acima, fosse evidente. Não é. O pronome nada diz de mim, apenas indica meu lugar na frase que enuncio.

Lógica e gramaticalmente, “a bolsa ou a vida!” parece uma proposição idêntica a “bife ou massa”, no cardápio de um avião. Denomina-se *disjunção exclusiva* e significa que posso escolher um ou outro, mas não ambos. Entretanto (e é isso que o ponto de exclamação pretende indicar), nas condições reais de um assalto, “A bolsa ou a vida!” não apresenta uma verdadeira alternativa. Tem a sua forma, mas o destinatário

entende se tratar da ordem de entregar a bolsa e pronto. Não está sendo significado nada além da manifestação inapelável da vontade do assaltante. E reagir ao assalto não muda em nada a lógica em questão, embora diga à beça sobre o desejo de quem rejeita o “*vel alienante*”³³ como tal (isto é, simplesmente não reconhece o bandido como Outro e não aceita submeter-se a ele), e para quem a vida tem preço ou, então, é a bolsa que não tem (bastaria substituir a bolsa por uma mulher, para que essa opção não soasse tão descabida). Sartre não aceitaria este

como um exemplo de determinismo, já que o ato de render a bolsa ao malfeitor seria a evidência de um juízo, implícito no temor, sobre o valor da vida e a decisão de preservá-la, depois de ter projetado o que significaria perdê-la.

Eis a lógica da alienação: *A bolsa e a vida*: pode ficar com tudo. Seria o caso se a disjunção fosse *inclusiva*. Mas não é. O “ou” é *exclusivo*, pode ter uma ou outra, mas não ambas. *A bolsa sem a vida*: essa alternativa atende *logicamente* as condições do *vel*, mas *na realidade* isso quer dizer: “Meu chapa, você se fodeu!” *A vida sem a*

bolsa: alternativa exclusiva e, dadas as condições da enunciação, única. Lacan a chama *escolha forçada*. *Nem a bolsa, nem a vida*. Opção impossível, porém necessariamente implicada no segundo caso.

Já o lema da insurreição e da resistência seria uma variante do *vel alienante* composta por dois tempos instantâneos:

Quer dizer que o termo não negociável da escolha é a liberdade, mas, como esta palavra de ordem é lançada na cara do senhor, isto só pode querer dizer “a liberdade e a morte”, ou seja, que a

única liberdade é a liberdade de morrer, opção inclusiva na qual o sujeito fica com ambos os termos, só que, no caso, isso quer dizer que perde tudo.³⁴

É nesse ponto que o psicanalista *parece* desviar seu argumento em direção à pergunta pelas origens, deixando de lado a discussão sobre o ato analítico, e começa a falar do que a Linguagem diz a Isso, que ainda não é um sujeito — ao qual nos referimos por aproximação como o *infans*, aquele a quem não foi dada ainda a palavra — e que, por isso mesmo, não pode entender o que lhe é dito.³⁵ Quando puder, se

puder, já será tarde demais, estará alienado no *sentido*, que é precisamente a intimação que recebeu da Linguagem (Linguagem, como a deusa Afrodite em Homero, chega disfarçada, em geral, sob as formas da mãe, ou de qualquer um de que faça as vezes). E se o *infans* não quiser entender o que a Linguagem tem para dizer? Se não quiser, não será humano à moda de Sartre, para quem a perda da imediatez do ser-em-si é o que define o humano como liberdade. Embora a palavra “opção” seja nesse caso algo forçada, digamos que optou por permanecer “isso”.

É verdade que Lacan não menciona o sujeito “condenado a ser livre”, de Sartre, mas se refere à *Fenomenologia do espírito* e ao advento da escravidão como resultado da intimação “A liberdade ou a vida!”. Note-se que a versão hegeliana é menos radical que o lema dos republicanos ao colocar como segundo termo do *vel* a vida, não a morte. Nesse caso, a liberdade, como a bolsa, está perdida quando se opta pelo *primum vivere*,³⁶ saída do servo. Entretanto, e aqui Lacan introduz uma torção peculiar, o amo-e-senhor não é tal por ter submetido o adversário pelo

medo de perder a vida (leitura de Hegel); o senhor o seria por ter ele mesmo recebido a invectiva do seu próprio Outro e optado por colocar a sua vida no páreo. “A revelação da essência do amo se manifesta no momento do terror, quando é a ele que se diz *a liberdade ou a morte*, e quando não há, evidentemente, outra opção a não ser a morte para obter a liberdade.”³⁷ A referência é política e evoca novamente o ato.³⁸ Por isso o psicanalista torna a falar da interpretação “que não visa tanto ao sentido como a reduzir os significantes

em seu sem sentido radical, *para que possamos reencontrar os determinantes de toda a conduta do sujeito*".³⁹

A segunda operação, na qual “veremos despontar o campo da transferência” é a *separação*, que habilita “o pouco de liberdade humana” — expressão que parece ter sido feita na medida para irritar Sartre. Uma vez localizados “os determinantes de toda a conduta do sujeito”,⁴⁰ resta perguntar o que ele fará com tal conhecimento, se é que fará alguma coisa. A separação o faz nascer “para-si”, ao instituir a sua

liberdade como suspensão da
significação congelada que tinha
recebido de fora. A liberdade se
verifica como abolição do sentido que
me fixa, momento em que estou apto a
declarar o Outro incompetente ou
insuficiente para dar conta do que sou.
Era a função do “Vende aquela merda!”,
incluir a possibilidade de desprender-se
de um objeto que tinha adquirido uma
indevida mais-valia. A bem da verdade,
a possibilidade de saber se se quer ser
pianista ou não só começa quando a
moça se liberta de tocar apenas *ad
maiolem Pater gloriam*. Quero dizer

que a *escolha* propriamente dita acontece no momento da separação, quando o piano deixa de possuir a pianista. Refiro-me à decisão da moça de se safar da cadeia simbólica na qual a *mãe* a tinha acorrentado, e cujo sintoma era a repugnância frente ao júbilo paterno vendo-a tocar o instrumento: meu pai goza comigo.

Os andróides em *Blade Runner* fazem uma carnificina para voltar à Terra, tentando chegar até o inventor e diretor da empresa que os fabricou, o dr. Tyrell. Morrem todos menos um na

tentativa. Este último consegue ficar olho no olho com o cientista...

— Não é simples conhecer o criador.

— Diga, meu filho, qual seria o problema?

— A morte...

— Ligeiramente fora da minha jurisdição, receio.

— Que o criador repare a falha da sua criatura.

Segue uma discussão bio-físico-matemático-filosófica destinada a explicar por que a vida deles é tão curta. E o dr. Tyrell conclui deste modo a conversa:

— Isso tudo é acadêmico, fizemos vocês do melhor jeito que podíamos fazer. A estrela que luze duas vezes mais intensa extingue-se na metade do tempo, e você, meu filho, tem brilhado tanto! Feito tanto! Visto tantas coisas!

— Se o senhor pudesse ver o que eu vi com seus olhos...

“Espero que o deus da biomecânica o acolha no seu reino!” E assim dizendo, afunda ambos os polegares nos olhos do dr. Tyrell, matando-o. O filho precisa desistir do pai para ser um homem.⁴¹ Desidealizar o pai. Para isso é necessário enxergar e acolher seu limite;

a sua falha, talvez a sua impotência, sem se revoltar contra ela. Interpelar a potência imaginária do Outro até perceber que ela *não existe*, é o que se chama “separação”. E, a meu ver, a única forma de ateísmo bem entendido que pode se esperar de uma psicanálise.

Digo ateísmo, mas isso não se confunde com crer ou não crer em Deus, no pai ou em qualquer outra divindade. Os antigos comunistas não eram menos religiosos na sua teleologia materialista. Uma mulher de 59 anos me procurou para perguntar se com essa idade valia a pena iniciar uma psicanálise (lembro

porque, no ano seguinte, disse para amigos que tinha virado *sexygenária* graças à análise) e, quando respondi algo assim como “por que não?” (hoje teria dito “sim”), pôs como única condição que a análise não tirasse a religião dela. Estranho pedido que me fez repensar as relações entre a psicanálise e os ritos (outra paciente faz no terreiro uma experiência de si mesma que não consegue fazer em nenhum outro lugar, não vejo em nome do que pedir a ela que renuncie a tal experiência).

1967: Ano dedicado a conjecturar

uma lógica da fantasia.

Só podia ser uma provocação, como observa Dorgueille,⁴² associar o mais inconsistente, a fantasia, com o mais rigoroso, a lógica. A tese desenvolvida por Lacan é que a *realidade* e a *fantasia* são a mesma coisa. Não temos uma apreensão da realidade que não passe pelo filtro da fantasia inconsciente. O que desloca então o problema, já que agora requer explicação nossa convicção de estarmos dentro de uma realidade compartilhada com o restante das pessoas. Nosso singelo

entendimento cotidiano revela-se como o verdadeiro enigma. A fantasia seria o forro do *eu*. E é de *eu* para *eu* que acreditamos habitar o mesmo planeta (Lacan diz que o *eu* é um local de ativo des-conhecimento: *méconnaissance*). “O que me alucina”, dizia um amigo, “é a impossibilidade de saber se aquilo a que *você* chama *amarelo* corresponde ‘lá fora’ ao mesmo a que *eu* chamo *amarelo*.” É preciso confiar que sim, diria. Caso contrário, cairíamos numa paranoia generalizada, ficando cada um por si e Deus contra todos ou, então, simplesmente, todos contra todos. Mas

numa psicanálise...

Numa psicanálise, justamente, trata-se de passar do hábito para o forro e vice-versa, para conhecer-lhe a textura (o que, por sinal, explica o efeito paranoide que não pode ser evitado, em um momento ou outro, de qualquer tratamento psicanalítico). No ano de 1984 tive que mandar instalar uma tomada trifásica para abastecer meu primeiro computador e deixei um eletricista encarregado da tarefa. Quando voltei, liguei a máquina e, como nada aconteceu, concluí que o incompetente tinha feito o serviço

errado e estragado meu brinquedo novo. Fui, furioso, procurar o homem que jurava inocência e o arrastei para minha casa tarde da noite. Ele tinha de fato feito tudo direitinho; *eu* é que tinha me esquecido de ligar um interruptor localizado na parte de trás da máquina, antes de ligar o da frente. Mas eu já sabia da existência desse interruptor oculto, logo, sou obrigado a concluir que meu esquecimento se devia à ação de uma fantasia inconsciente. Lembrei, com efeito, que já na hora de contratar o serviço eu não tinha botado muita fé, por alguma razão, na competência daquele

homem. Já “esperava”, portanto, que ele tivesse feito o serviço errado. As razões dessa expectativa de fracasso foram matéria para a minha análise, mas conto essa anedota apenas para ilustrar como *os dados da realidade são interpretados a partir do pré-conceito de uma fantasia inconsciente que já tinha configurado esta mesma realidade de uma determinada maneira.*

Lacan retoma os temas de 1964, especialmente a questão da gênese do sujeito como alienação, mas dessa vez não o aborda mediante o modelo

pulsional, mas sim a partir de *Além do princípio do prazer*,⁴³ com o intuito de colocar a *repetição* como o antecedente lógico da alienação primeira. Também retorna ao debate com Descartes, mas agora para reler o *cogito* desde o freudiano *wo Es war, soll Ich werden*.⁴⁴

O que retém das *Meditações metafísicas*, entretanto, é apenas o método cartesiano da *dúvida hiperbólica*, que, ao despojar o *je* de todos os seus predicados, o transforma em uma classe vazia. Lacan opõe a isso o método freudiano da livre associação, fundado precisamente numa *confiança*

hiperbólica, se posso chamar assim: a fé cega na cadeia de significantes que irei recitar em voz alta *sem julgá-la*. A dúvida radical é exercida por um só, controlada e metodicamente impiedosa, com absoluto espírito crítico, enquanto a associação livre requer ao menos dois: um que suspenda toda crítica e outro que se deixe surpreender pelo que o primeiro possa dizer sem querer.⁴⁵ Em todo caso, o ato de Freud contra o *cogito* foi impor a seus neuróticos a regra fundamental. Instando-os a falar sem pensar, o psicanalista os teria inclinado na direção da escolha

impossível do “*ou*” alienatório. Ali onde Descartes conclui que é porque pensa, Freud o levaria a se entregar sem pensar à possibilidade de vir a ser... o que for.

Em tempo: dançando nas ruas.

Why so serious?

*O Coringa*⁴⁶

Apesar de ter sido cuidadoso em não omitir nada de essencial na minha resenha do que Freud e a psicanálise tinham para dizer sobre os fenômenos das multidões, enquanto escrevia este ensaio não me abandonou nem por um

momento a sensação de ter deixado de lado algo importante em relação ao assunto. Ao ler o livro da ensaísta americana Barbara Ehrenreich, *Dançando nas ruas*,⁴⁷ entendi o que o professor esquecera quando tratou da psicologia das massas: a dança, a roda, a festa.⁴⁸

Émile Durkheim, o sociólogo francês, fala de *efervescência coletiva* para explicar que a paixão e o êxtase induzidos ritualmente cimentam os laços sociais e que tais ritos estariam na base de todas as religiões.⁴⁹ O que não impede a civilização ocidental de olhar

as celebrações coletivas de tipo orgiástico ou extático com desconfiança e medo, tachando-as de primitivas. Vale lembrar que a palavra grega *ek-stasis* quer dizer muito literalmente “fora de si” e é esse fora de si que causa o horror do bom burguês. Como diz a autora, a promiscuidade sexual era compreensível para a mente europeia; até o sacrifício humano e o canibalismo, domesticados na eucaristia, eram compreensíveis. Mas aquele pendor para se deixar *possuir* revelava uma alteridade apavorante por completo inaceitável. Uma civilização fundada nas realizações do indivíduo

dotado de *sua* alma *única* só podia enxergar essa capacidade para o abandono e a perda de si dentro do grupo, provocada pelos ritmos dos tambores e por substâncias estranhas ingeridas ou respiradas, como uma característica de mentes doentias ou inferiores. Em duas palavras, *selvagens* e *histéricas*.

Mesmo Freud não conseguiu romper com um discurso que fazia do pulsional, do instintivo, do irracional algo que não podia ou não devia ser procurado livremente, mas que, ao contrário, devia ser canalizado, submetido ao controle da

razão e, até certo ponto, eliminado. Já aponteí meu próprio espanto com a demonização do gozo promovida pelos psicanalistas ditos de “orientação lacaniana”. Não parece uma coincidência, espanta-se a autora,⁵⁰ que nos últimos trinta anos as revistas especializadas em psicologia tenham publicado 45 mil artigos sobre depressão contra quatrocentos dedicados à alegria. Foi essa a pergunta que me reteve aqui: “Se possuímos essa capacidade para o êxtase coletivo, por que a colocamos em uso tão raramente?”⁵¹

Ehrenreich considera um limite freudiano — beirando o preconceito — a ideia de que *eros* liga as pessoas duas a duas e que a excitação de um grupo numeroso dever-se-ia ao amor diádico de cada um dos participantes pelo líder. Sobretudo, diz, levando em consideração que os grupos extáticos observados por antropólogos, nos mais diversos lugares do mundo, durante os últimos duzentos anos, estão longe, na maioria das vezes, de ter um líder ou uma figura central em exercício. E mesmo que seja possível localizar algum mago na execução do ritual, não é

sem forçamento que se pode colocar o bruxo, o xamã ou o pai de santo no papel de diretor e causador do transe eufórico.

Em todo caso, tudo começa, como era de se esperar, com Dionísio, o semideus grego dos ciclos vitais, das festas, do vinho, da insânia, mas, sobretudo, da intoxicação que funde o bebedor com a deidade, ou seja, do *entusiasmo* (literalmente, o deus no corpo). Não parece uma coincidência que seja esse deus atípico, filho do maioral olímpico com uma mulher, o escolhido para conotar o pulsional.

Dionísio era a única divindade com

um séquito específico, as mulheres. Podia ser evocado pela dança e pelo vinho e era ele, digamos, em pessoa, que as possuía a todas, uma por uma, durante o frenesi. Quero dizer, a adoração e o objeto dela coincidem. Por isso, rejeitar a experiência era rejeitá-lo, o que explica a sua fúria homicida contra os que se recusavam a participar da folia. Ele não podia existir a não ser na plenitude do rito.

O fato de Dionísio ser representado como andrógino, assexuado, segundo Ehrenreich, devia “refletir a compreensão dos gregos de que o êxtase

coletivo não era fundamentalmente sexual em sua natureza, diferentemente do que imaginaram os europeus tempos mais tarde”.⁵² Não obstante, se nos ativermos à peça de Eurípides *As bacantes*,⁵³ a dificuldade parece estar menos no deus e seus ritos que nas damas, as suas seguidoras. O problema do infeliz rei Penteu era não poder controlar as suas mulheres, que terminam fazendo-o em pedaços. Possuídas pelo deus, dizem. Sim, mas cabe perguntar se o pequeno deus não foi inventado para explicar e justificar outro problema: o mesmo que leva

alguns povos muçulmanos a extirpar o clitóris e os lábios vaginais das meninas no momento de virarem mulheres:⁵⁴ a luxúria feminina, vista como um risco para um frágil império fálico, sempre à beira de mostrar a sua impotência. Ou por outra, o fato de a sexualidade masculina ser descontínua (tumescência/ejaculação/detumescência) e a feminina, tida como contínua, faz do intervalo de eclipse do falo, *imaginariamente*, uma impotência e da mulher, uma devoradora impossível de satisfazer.⁵⁵ Retalhar o órgão, sede do suposto gozo infinito, garante aos

homens desmunidos sossego em relação ao seu cetro ameaçado. Mick Jagger, o mesmo de “você deixaria a sua filha nas mãos deste homem?”,⁵⁶ afigura-se o retorno moderno do ubíquo Dionísio. Na antiguidade, porém, o ídolo pop das mulheres foi dobrado por Marte, o deus da guerra. A cultura militar romana, fria, precisa, disciplinada e focada não seria complacente com a *orgeia*, nome grego dos ritos eufóricos, que passa a adquirir a conotação de excesso, vulgaridade e desenfreno no comer e no beber, assim como de promiscuidade sexual. Não por nada a tradução latina de *ekstasis*

passou a ser *superstitio*!⁵⁷ Para o senhor das armas, o efebo dançante era uma ameaça *política*.

Nos primeiros tempos do cristianismo, a dança, as libações e a música dos fiéis eram perfeitamente aceitas dentro do recinto das igrejas. Nos séculos XII e XIII, porém, líderes católicos finalmente purgaram as igrejas do comportamento descontrolado e passional. Segundo a autora, “em sua batalha contra a tensão extática dentro do cristianismo, a Igreja, sem dúvida inadvertidamente, inventou o carnaval”.⁵⁸ Tratava-se, enfim, de

manter a alegria e o prazer sob controle.

A folia (cuja etimologia é a mesma da palavra “loucura”) carnavalesca, que primeiro tinha sido afastada dos recintos sagrados das igrejas, foi banida das ruas e das praças públicas pela Reforma. Entre os séculos XVI e XIX, a tristeza expulsa a alegria da cena da *polis* do modo mais radical, graças ao empuxo protestante e calvinista. Segundo Weber, a repressão das festividades foi um subproduto do advento do capitalismo. Se o primeiro foi o da Roma imperial, o Puritanismo foi o segundo triunfo do Amo. “As classes médias tinham de

aprender a fazer cálculos, poupar e ‘adiar gratificações’; as baixas precisavam ser transformadas em uma classe operária disciplinada e sempre alerta [...] O novo industrialismo requeria trabalho incessante durante o ano inteiro.”⁵⁹

A partir da Inglaterra, no século XVII, uma peste começa a se espalhar por toda a Europa: a melancolia. Não por nada era denominada “doença inglesa”. Contada e louvada por John Bunyan, o escritor puritano, Oliver Cromwell, o líder político, Thomas Gray e John Donne, os poetas, e Samuel

Johnson, o dramaturgo, ela adquiriu a forma de uma epidemia de autoassassinatos. A estética do suicídio tinha vindo para ficar. No século XVIII a melancolia era uma doença tão alemã quanto inglesa, e cabe registrar o paradoxo de que “a era da luz (o Iluminismo) fosse também a era da bile negra (a melancolia)”. Cabe observar que a Organização Mundial de Saúde elenca hoje a depressão (forma medicalizada da melancolia) como a quinta causa principal de morte e incapacidade no mundo. A tese de Ehrenreich é que essa epidemia

originada nos séculos XVI e XVII, e que se caracteriza como o triunfo da morte, da frieza, da tristeza e da amargura, coincide com o banimento de *oportunidades* de experimentar prazer, como no carnaval e em outras festividades tradicionais.⁶⁰ Como colocou muito bem John Donne (autor do belíssimo e triste *Paraíso perdido*), “a cor está em decadência”.⁶¹

Lionel Trilling⁶² escreve que no fim do século XVI e começo do XVII ocorreu uma mutação da natureza humana. Ele se refere à *ascensão da subjetividade* ou à *descoberta do eu*

interior. É nesse período que a própria palavra *eu* deixou de ser um mero pronome e atingiu o status de substantivo, referindo-se ao núcleo interior de cada um, invisível aos outros.⁶³ O reverso dessa promoção da autonomia individual foi, como era de se esperar, um crescente isolamento e uma solidão que se reflete na poesia, na literatura e na psicopatologia. O novo indivíduo autocentrado se preocupava continuamente em julgar as expectativas dos outros a seu respeito. Seu sucesso ou fracasso passou a ser medido pelo olhar geral. “Como sou visto?” inquieta-

se esse eu “autônomo”. E quanto mais adaptada for sua autoimagem ao que *supõe* que os outros desejam ver nele, mais alienado estará do suposto “núcleo interior do seu ser” (*kern unseres Wesen*⁶⁴). Não é coincidência, observa Trilling,⁶⁵ que o conceito de *sociedade* tenha emergido ao mesmo tempo que o conceito de *eu*. “Os espelhos [...] mostram apenas o que os outros veem, e as autobiografias revelam apenas aquilo que desejamos que os outros saibam [...] Isso não é autonomia, e sim dependência: o *eu* emergente define seu próprio valor em função do que percebe

dos julgamentos dos outros.”⁶⁶ Estamos falando do século XVII; não obstante, quatro séculos mais tarde, oito em cada dez pessoas falam em “baixa autoestima”,⁶⁷ ignorantes que a autorreflexão e a introspecção não entregam nada além da interiorização dos prováveis julgamentos dos outros que circundam o eu. Toda estima é, como disse, sempre heteroestima.⁶⁸

Agir, nesse contexto, comportar-se em sociedade, nada mais é que atuar, que *representar para a galera*. Não é surpreendente, portanto, o aumento da frequência do desabamento do eu

(*breakdown*, em inglês), que deve abdicar de todo prazer e de qualquer espontaneidade, para se adequar ao papel que imagina ser o seu. É nesse estado de coisas que a psicanálise é inventada no fim do século XIX.

Ehrenreich discute, em três capítulos, como a experiência de transe, de perda do eu, expulsa da Europa pelo protestantismo, retorna de certo modo desde a África nos navios negreiros, aterrorizando as boas consciências puritanas. Na era moderna, porém, que ela denomina “pós-festiva”, o que restou da alegria comunal se refugia nos

eventos esportivos, nos shows, nos desfiles, nas cerimônias oficiais, nos funerais ou nas produções teatrais. Aqui suas referências são os comícios e rituais públicos montados na década de 1930 pelos nazistas e pelos fascistas. Não deixa de ser irônico que o modelo do espetáculo nazifascista, de celebração da tirania, tenha se originado na Revolução Francesa, que comemorava regularmente, em grandes exibições públicas, a libertação e a queda do tirano. O problema que Robespierre tentava solucionar mediante os festivais revolucionários era como

evitar que, em vez de correr e pular pelas ruas, as pessoas ficassem na calçada, mais ou menos organizadas, assistindo aos grupos oficiais selecionados para marchar em seu nome. Em vez de se entreterem dançando, bebendo e flertando, as pessoas tinham que ficar ouvindo discursos. No lugar da loucura e da espontaneidade, serenidade e ordem.

Os comícios fascistas em Roma ou Nuremberg, a celebração do Jubileu de Prata da rainha britânica em 2002, qualquer comemoração de 4 de julho em qualquer pequena cidade americana,

tudo isso deve sua forma básica aos festivais da Revolução Francesa.⁶⁹

Isso tudo fazia da puritana Inglaterra o lugar mais improvável para a explosão da contracultura conhecida como *swinging-sixties*. Refletida do outro lado do oceano, na sua colônia *quacker*. Jim Morrison, depois de um catastrófico show do The Doors, observa agudamente: “Se não houvesse policiais aqui, será que alguém teria tentado subir no palco? O único incentivo para subir é o fato de haver uma barreira.”⁷⁰ Não podia ter sido mais bem colocado. Uma vez me pediram para explicar o

aforismo de Lacan “o desejo é a lei”,⁷¹ contraintuitivo, visto que entendemos, com Freud, que a lei (do pai) interdita o desejo (incestuoso, do filho). Disse mais ou menos o mesmo que o cantor. Caminho por uma rua qualquer e vejo um muro branco sobre o qual alguém escreveu com piche “proibido pichar”. Está aí causado o “desejo do pichador”. Com efeito, quer você obedeça e continue andando, quer desobedeça e escreva qualquer coisa na parede, está excluído permanecer indiferente: você se tornou sujeito da lei. A chave consiste em perceber que a lei

(“proibido pichar”) já é uma transgressão de si mesma (“proibido pichar” é uma pichação). São Paulo não diz nada diferente quando afirma que só existe pecado pela lei divina.

A rebelião do rock, escreve Ehrenreich, era uma rebelião contra o papel instituído da *plateia*. O público queria participar, extravasar, exprimir-se. Parece que, nos séculos XVII e XVIII, as plateias de teatro eram bastante descontroladas, interrompendo os atores com seus próprios comentários, circulando durante as apresentações ou até sentando no palco

no meio do espetáculo.⁷² A apatia no teatro, as regras de decoro, a etiqueta de não aplaudir entre movimentos de uma sinfonia é uma inovação de fins do século XVIII e começos do XIX.⁷³ O papel do público era ficar sentadinho em silêncio e conter todos os seus impulsos. “O membro bem comportado de uma plateia, que não estala os dedos ou mexe a cabeça ao ritmo da música, não está exatamente descansando; está realizando um tipo de trabalho, o trabalho interno e silencioso da inibição muscular”⁷⁴ (sempre me faz rir o “Concerto para tosse e pigarro”

executado pela plateia entre os movimentos de um concerto de música erudita). Segundo Eldridge Cleaver, os fãs de rock “só estavam tentando recuperar seus corpos depois de gerações de alienação e existência desencorpada”.⁷⁵

Os hippies, nas décadas de 1960 e 1970, estavam recriando a verdadeira essência do carnaval, e falo da sua tradição original eufórica. O *LSD* 25, dito “ácido lisérgico”, e seu guru, Timothy Leary, não são marginais, pois estão no centro do movimento de regresso laico de Dionísio. Trata-se do

retorno do êxtase implodindo a armadura de repressão puritana. “Por que não exigir e recuperar nossa herança humana de criaturas que podem gerar seus próprios prazeres extáticos por meio da música, da cor, da comida e da dança?”⁷⁶ O livro da ensaísta americana termina com a descrição de um bloco de sambistas ensaiando em Copacabana, pouco antes do carnaval.

À medida que iam chegando no calçadão, os curiosos começavam a cair no ritmo, sem qualquer convite ou anúncio, sem vergonha e mesmo sem álcool para dissolver as restrições

normais da vida urbana. O bloco logo se tornou um festival instantâneo. Não havia qualquer objetivo naquilo, nenhuma conotação religiosa, nenhuma mensagem ideológica ou dinheiro a ser ganho, era apenas a chance [...] de reconhecer o milagre de nossa existência simultânea em algum tipo de celebração.⁷⁷

Notas

1. Crítico literário americano nascido em 1930, autor de, entre outros, *How to Read and Why* e *O cânone ocidental*. A sua é a teoria da desleitura. É um dos pais do desconstrucionismo em crítica literária.
2. Algum dia me decidirei a escrever uma paródia em homenagem a Lima Barreto denominada “O homem que falava lacanês”.
3. J. Lacan, *Le Seminaire* — livre II: “Le Mo dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse.”
4. *Ibidem*.
5. *Ibidem*.
6. *Ibidem*.
7. J. B. Pontalis (Paris, 15 de janeiro de 1924 — 15 de janeiro de 2013). Psicanalista,

filósofo e escritor francês, discípulo de Lacan dos mais próximos até 1967.

8. Eu acho essa observação uma declaração epistemológica de primeira ordem, que faríamos muito bem em adotar e que significa que precisamos adequar as perguntas metafísicas ao campo dentro do qual estamos pensando e operando. Ou seja, existem perguntas que é inútil fazer dentro de determinado campo de conhecimento. Por exemplo, não adianta perguntar “o que é o número”, do ponto de vista ontológico, quando você é matemático; embora essa seja uma pergunta perfeitamente cabível quando feita por um filósofo. Os psicanalistas, em geral, acreditam que podem fazer (e responder) todas as perguntas metafísicas desde seu próprio campo, transformando-o em uma *cosmovisão*. Postura que tem angariado a justa ira de inúmeros pensadores vindos de outras

disciplinas, que acusam os psicanalistas de reducionismo, a meu ver, com razão.

9. As cartas a Ernest Jones e os comentários que ele mesmo faz na sua famosa biografia de Freud, deixam claro que este tentou incluir um ensaio sobre a consciência em sua Metapsicologia (a teoria sobre o aparelho psíquico), mas que o teria abandonado. O manuscrito, em todo caso, nunca foi encontrado.

10. Um cachorro teria um *moi*, portanto. Coisa que Lorenz confirmaria de bom grado (cf. Lorenz Konrad. *A demolição do homem*). Um *moi*, mas nunca um *je*: seria um cachorro falante, nesse caso, um sujeito, não mais um animal. O dr. Moreau da história fantástica de Welles (*The Island of Dr. Moreau*) inverte a relação entre imagem e linguagem: transforma animais em humanos modificando-lhes a forma. Opera os animais para eles terem

aspecto humano e assim consegue fazer com que falem. Note-se que temos aqui mais um doutor refletindo o fascínio do século XIX diante dos europeus da ciência positiva.

11. S. Freud, “Proyecto de psicología para neurólogos” [1895] in *Obras completas*, vol. 1, p. 211.

12. O leitor notará pelo meu comentário desse seminário, originalmente intitulado *Os fundamentos da psicanálise*, a fonte da qual bebi para poder dizer o que disse acima no capítulo “Olha eu!”.

13. Rival oculto, segundo Elisabeth Roudinesco. Cf. *Jacques Lacan*.

14. “Que hierarquia poderia confirmá-lo como analista, pôr o carimbo nele? Uma certidão me diz que nasci. Repudio essa certidão: não sou um poeta mas um poema. Um poema que está sendo escrito, ainda que pareça um sujeito.”

Jacques Lacan, "Preface to The English Language Edition" in *The Four Fundamental Concepts of Psycho-Analysis*.

15. S. Freud, *Pulsiones y sus destinos*, 1915, in *Obras completas*, vol. 12. Sartre é interpelado mediante a lembrança de que entre a percepção e a consciência está o inconsciente.

16. "Sujeito" não é uma noção freudiana; Lacan o importa da filosofia francesa e faz dele um conceito-mor da sua própria teoria do psiquismo que se quer, antes de mais nada, um comentário de Freud.

17. Tinha me permitido uma única maiúscula lacaniana (cf. n. 131), mas, ao citar o próprio, sou obrigado a lidar com várias. Traduzir o lacanês não é das tarefas mais fáceis. Aqui, mais uma vez, trata-se do *Outro*, talvez o mais polifônico dos conceitos lacanianos. Denota a

ordem simbólica tomada como um todo (a linguagem e tudo que dela decorre, digamos), mas, como a linguagem só existe encarnada naqueles que (se) servem (d)ela, conota também cada um dos meus interlocutores, assim como meu próprio inconsciente na medida em que é Outro para mim. Quanto ao *significante*, veja-se a seguir.

18. J. Lacan, *Le Seminaire — livre XI*: “Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse”, p. 233.

19. *Ibidem*.

20. *Ibidem*, p. 279.

21. A bem da verdade, Freud chamava assim a necessidade de não satisfazer a pulsão durante a análise, já que era o motor das associações. No entanto, parece-me mais adequado a nossa experiência entender a abstinência como a necessidade de manter o inconsciente aberto o

tempo suficiente, até que a pulsão em jogo esteja de fato localizada.

22. J. Molina, “Argumentaciones del cogito freudiano” in *Conjetural* 38.

23. Conceito intimamente vinculado ao de Outro (descrito, entre outras tantas formas, como o “tesouro dos significantes”), nada fácil de definir. Digamos que o significante é a palavra, mas não tanto a da gramática, a da linguística ou a da fonologia. É a palavra enquanto alguém se serve dela; a palavra em tudo que tem de equívoca; a palavra com todos os seus efeitos de mal-entendido. Como pode um piano então ser um significante? Na medida em que no discurso da análise dessa moça não comparece a título do instrumento musical que ele também é, mas como representante do “ser” dela junto ao pai.

24. Parece abusivo afirmar que “vende aquela

merda!” seria uma *interpretação*, mas foi a própria paciente que lhe deu essa dignidade. *Retroativamente* mostrou ser uma baliza no caminho que a levou à feminilidade e à maternidade, até então de trânsito difícil. Aproveito para ilustrar o que queria dizer quando falei de “ficção teórica”, observando que o “complexo de Édipo” passa a existir para ela *depois* da sua interpretação. Digamos que o nojo provocado pelos signos do amor paterno era o sintoma do que Freud teria chamado a “lei de proibição do incesto”. Ela ocupava indevidamente o lugar materno junto ao pai e o piano era o signo dessa união entre ambos. Freud teria dito que representava o falo.

25. Cf. o volumoso tratado-manifesto de 1943, *O ser e o nada*.

26. Um amigo psiquiatra me conta que surpreendeu sua vizinha conversando com as plantas enquanto as molhava. Embaraçada,

gracejou: “Estou falando com as plantas, doutor, é grave?” E ele: “Não, mas quando elas responderem, pode me procurar.” Esta é a *falta-para-ser*. Recebemos o ser das palavras, e apenas isso a título de “ser”: palavras. E a última sempre falta. É isso.

27. O sintagma *manque-à-être* é via de regra vertido para o português como “falta-a-ser”, um galicismo, na minha opinião. “Falta-em-ser” seria aceitável, porém perde o sentido principal da expressão lacaniana que consiste em denotar um ser prometido ou esperado, mas que não acaba de chegar. “Falta-para-ser”, além de conotar esse sentido, segue de perto a indicação do próprio Lacan para a tradução inglesa, que acabei de comentar.

28. Lacan, J. *Le Seminaire* — livre XI: “Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse”, p. 41.

29. *Ibidem*, p. 152.

30. *Ibidem*, p. 250 (literalmente: “posta em ato”, mas se trata de pôr o inconsciente para funcionar na relação com o analista).

31. *Ibidem*, p. 132. “Transferência” é o nome da relação entre o analista e seu paciente dentro da qual o inconsciente deste último é inventado. Os modos dessa invenção, porém, dependem do que o terapeuta entenda que o inconsciente é. Uma analista que acreditava no determinismo causal, por exemplo, convenceu a paciente enlutada que o falecimento do seu filho depois de uma doença grave se devia ao seu próprio desejo inconsciente de morte. Essa direção do tratamento deixou a mulher enlouquecida e à beira do suicídio.

32. Não é sem provocação que Lacan se apropria do conceito de G. W. Friedrich Hegel e da releitura de Karl Marx e dos filósofos

marxistas, seus contemporâneos, como J. P. Sartre, Herbert Marcuse ou Louis Althusser.

33. Assim o chama Lacan (do latim *vel*, disjunção, literalmente: “ou”).

34. J. Lacan, *Le Seminaire* — livre XI: “Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse”, p. 238.

35. A intimação alienante do Outro ao (ainda não) sujeito seria, portanto: “O ser ou o sentido!” Onde o ser, como a bolsa, está perdido em qualquer caso e ele deverá se conformar com um sentido que nunca responde verdadeiramente sobre o que ele realmente seria.

36. *Primum vivere, deinde philosophare* (primeiro viver, depois filosofar).

37. J. Lacan, *Le Seminaire* — livre XI: “Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse”, p. 245.

38. A palavra de ordem dos republicanos espanhóis permite pensá-lo, e me pergunto se não haveria que abandonar Hegel em favor de outras referências, como Massada ou o Gueto de Varsóvia. Em todo caso, do que se trata é de insurgir-se contra a vontade do tirano e de lançar-lhe no rosto este “Liberdade ou morte!”, em que a liberdade quer dizer que: “Prefiro morrer antes que dizer: ‘Sim, Meritíssimo!’”, como me dizia uma paciente envolvida em violento processo de divórcio.

39. J. Lacan, *Le Seminaire* — livre XI: “Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse”, p. 245. Grifo meu.

40. *Ibidem*. A causação do sujeito não é uma descoberta mística da gênese, mas acontece na interação concreta com esse analista ali presente. No fundo, é o que Freud denominava “neurose de transferência”, ou seja, a

reprodução com o analista dos mesmos impasses neuróticos que se tornaram modos padronizados de o paciente vincular-se e pelos quais veio fazer análise, para começo de conversa.

41. *Supra* p. 21.

42. Nota de apresentação da (excelente) versão do seminário da Association Lacanienne Internationale.

43. S. Freud, “Más allá del principio del placer” in *Obras completas*, vol. 18.

44. Fórmula freudiana do fim da análise: “Devo ir aonde estava *isso*” (em tradução livre, inspirada em Lacan; mais conhecido pela péssima tradução inglesa: “o eu deve substituir o *isso*”).

45. Conceda-se-me que é bem mais fácil definir a “associação livre” que a “atenção flutuante” que lhe seria correlativa. Pede-se ao

paciente para falar sem pensar, mas do psicanalista espera-se o quê? As respostas variam da descrição fenomenológica até a metáfora, passando pela alegoria. “O analista tem que pendurar a sua subjetividade no cabide da entrada do seu consultório” (Contardo Calligaris); “escutamos com o terceiro ouvido” (Theodor Reik); “o aparelho psíquico é um ente que existe entre a poltrona e o divã” (Radmilla Zygouris) e, *last but not least*, “o analista sintoniza com seu inconsciente o inconsciente do seu paciente” (Wilfred Bion).

46. *Batman: O cavaleiro das trevas* [*Batman: The Dark Knight*], 2008. Com C. Bale, H. Ledger, G. Oldman, M. Caine.

47. B. Ehrenreich, *Dançando nas ruas*.

48. Referência à canção “O vira” do grupo *Secos & Molhados*, 1973.

49. Durkheim *apud* Ehrenreich, *Dançando*

nas ruas, p. 11.

50. *Ibidem*, p. 23.

51. *Ibidem*, p. 31.

52. *Ibidem*, p. 55.

53. Cf. *supra* p. 34. É já efeito da censura que a representação romana do deus seja a de um adulto libertino e barbado em vez de um jovem efebo imberbe, como o era para os gregos.

54. O guia queniano, referido anteriormente, nos explicava que caso as meninas se recusassem a serem mutiladas, seriam consideradas intocáveis pelos homens da tribo e jamais arrumariam maridos.

55. Minha leitura de *As mil e uma noites* (Cf. R. Goldenberg, *Do amor louco e outros amores*) é que a história que dá origem à série, a do sultão Sheriar e da virgem Sherazade, mostra um progresso simbólico ao sustentar o

falo na palavra e não mais na faca. O sultão, segundo nos é narrado, descobre estar sendo traído pelas mulheres do seu harém. Decide decapitar todas e, a partir dali, deflorar uma virgem a cada noite, que será executada no dia seguinte e substituída por outra *sine die*. Sherazade, a virgem da vez, interrompe a carnificina contando uma história ao seu senhor *depois do coito*, que só seria concluída na noite seguinte. É a curiosidade do sultão por conhecer o desfecho que a mantém viva até amanhã. Acho que a função desses contos “para rei dormir” consiste em distrair o soberano da sua impotência temporária; dar um tempo para ele reaver o seu desejo e a sua potência, sem se sentir ameaçado pela suposta insatisfação da sua mulher no intervalo da detumescência.

56. Frase repetida, com sutis variações, nos jornais ingleses de 1967.

57. Ehrenreich, B. *Dançando nas ruas*, p. 65.

58. *Ibidem*, p. 101.

59. *Ibidem*, p. 125.

60. *Ibidem*, p. 161.

61. Donne *apud* Ehrenreich. *Dançando nas ruas*.

62. *Apud* Ehrenreich, *Dançando nas ruas*, p. 166.

63. *Ibidem*, p. 168.

64. A expressão é de Freud, que transfere esse carão de mim mesmo para o inconsciente.

65. Citado por Ehrenreich, *Dançando nas ruas*, p. 171.

66. *Ibidem*.

67. Baixa “alta-estima”, como disse um paciente em um belo ato falho.

68. Cf. *supra* p. 29.

69. B. Ehrenreich, *Dançando nas ruas*, p.

234.

70. Morrison *apud* Ehrenreich, *Dançando nas ruas*, p. 253.

71. J. Lacan, “Le désir et son interpretation” — *Séminaire VI* (1960).

72. B. Ehrenreich, *Dançando nas ruas*, p. 255.

73. Richard Sennett *apud* Ehrenreich, *Dançando nas ruas*.

74. *Ibidem*, p. 257.

75. Cleaver *apud* Ehrenreich, *Dançando nas ruas*, p. 260.

76. *Ibidem*, p. 315.

77. *Ibidem*, p. 316.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: Essay on the Banality of Evil*. Nova York: Rutledge, 1974

HERENREICH, Barbara. *Dançando nas ruas*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.

_____. Vol. 1. *Proyecto de psicología para neurólogos* [1895]

_____. Vol. 5. *Tres ensayos para una teoría sexual*. [1905]

_____. Vol. 18. *Más allá del principio del placer* [1920]. *Psicología de las masas y análisis del yo*. [1921]

_____. Vol. 26. *La escisión del yo en el proceso defensivo* [1938]. *Esquema del psicoanálisis* [1938].

GAY, Peter. *A Life For Our Time*. Nova York:

Norton, 1988.

GOLDENBERG, Ricardo *Política e psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Do amor louco e outros amores*, São Paulo: Instituto Langage, 2013.

HARTMANN, Heinz. *Ego Psychology and The Problem of Adaptation* (1939). Nova York: International Universities Press, 1965.

HITCHCOCK - TRUFFAU *Hitchcock-Truffaut*. São Paulo: Akal, 2010.

JONES, Ernest. *Vida y obra de Sigmund Freud*, vol. 2. Buenos Aires: Hormé. 1973.

JUNG, Carl Gustav. *Sonhos, memórias e reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1963.

LA BOÉTIE, Etienne de la. *Le Discours de la servitude volontaire, ou Le Contr'un* (1549)

Disponível em:
http://classiques.uqac.ca/classiques/la_boetie/

LACAN, Jacques. “Le Temps logique e

l’assertion de certitude anticipée” in *Écrits*.
Paris: Seuil, 1966.

_____. *Le Séminaire*, livre II, “Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse”. Paris: Seuil, 1978.

_____. *O seminário*, livro III, *As psicoses*.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. *Le Séminaire*, livre XI, “Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse”.
Paris: Seuil, 1973, edição Points.

_____. “Preface to the english-language edition” in *The Four Fundamental Concepts of Psycho-Analysis*. Londres: Norton, 1976.

_____. *Le Séminaire*, livre XX. *Encore*.
Paris: Seuil, 1982.

_____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

LAURENT, Eric. “Siete problemas de lógica colectiva en la experiencia del psicoanálisis

según la enseñanza de Lacan” in *Imaginario y lógica colectiva*. Madri: Dor ediciones, 1996.

LORENZ, Konrad *A demolição do homem*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

NIETZSCHE *Le Gai savoir* (1882). *Oevres*. Paris: Robert Lafont, 1993.

PIGLIA, Ricardo *Blanco Nocturno*. Buenos Aires: Anagrama, 2009.

RICHARDS, Keith *A Life*. Little Brown and Co.: Nova York, 2010.

ROSENZWIG, Saul *The Historic Expedition to America* (1909). St. Louis: Rana House 1994.

ROUDINESCO, Elizabeth *La Bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France, vol. 1*. Paris: Seuil, 1986.

_____. *História da psicanálise na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ROUGEMONT, Denis de *L'Amour et*

l'Occident. Paris: Vrin. 1976.

SARTRE, Jean-Paul *Huis clos* [*Entre quatro paredes*]. Paris: Flammarion, 1966.

SCHUR, Max *Freud: Living and Dying*. Nova York: MW Books, 1972.

STEVENSON R. *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* [*O médico e o monstro*]. Londres: Penguin, 1973.

TOLKIEN *The Lord of the Rings* [*O senhor dos anéis*]. Londres: Unwin Paperbacks, 1978.

Filmes

BROOKS, J *As Good as It Gets* [*Melhor é impossível*]. EUA: 1997.

CAMERON, J *Terminator 2, Judgment Day* [*O exterminador do futuro — O julgamento final*]. EUA: 1991.

CAMPANELLA, J *El secreto de sus ojos* [*O*

segredo dos seus olhos]. Buenos Aires: 2009.

DE SICA, V. *Ladri di biciclette* [*Ladrões de bicicleta*]. Itália: 1948.

GANSEL, D. *Die Welle* [*A onda*]. Alemanha: 2008.

HUSTON, J. *The Maltese Falcon* [*A relíquia macabra*]. EUA: 1941.

MURNAU F. W. *Nosferatu, Eine Symphonie des Grauens* [*Nosferatu*]. Alemanha: 1922.

NOLAN, C. *Batman, the Dark Knight* [*Batman — o cavaleiro das trevas*]. EUA: 2008.

SHAFFNER, W. *Patton* [*Patton — Rebelde ou herói?*]. EUA: 1970.

SPIELBERG, Steven; HANKS, Tom *Band of Brothers* [*Irmãos de guerra*]. Minissérie da HBO. EUA: 2001.

WACHOWSKY Bros. *The Matrix* [*Matrix*]. EUA: 1999.

WELLES H. G. *The Island of Dr. Moreau*.

[1896] [*O médico e o monstro*]. Nova York: Barnes and Nobles Publishing co., 2004.

WENDERS, W *Paris, Texas*. EUA/Alemanha 1984.

WIENE, R *Das Kabinet des Dr. Caligari* [*O gabinete do dr. Caligari*]. Alemanha: 1920.

Discos

GIL, Gilberto. “Se eu quiser falar com Deus”, *A gente precisa ver o luar*. Gilberto Gil. Warner: LP, 1981.

RICARDO, João & LULI. “O vira’*Secos & molhados*. Continental: LP, 1971.

CRONOLOGIA DE SIGMUND FREUD

- 1856: Sigmund Freud nasce em Freiberg, antiga Morávia (hoje na República Tcheca), em 6 de maio.
- 1860: A família Freud se estabelece em Viena.
- 1865: Ingressa no *Leopoldstädter Gymnasium*
- 1873: Ingressa na faculdade de medicina em Viena.
- 1877: Inicia pesquisas em neurologia e fisiologia.

Primeiras publicações
(sobre os caracteres
sexuais das enguias).

1881: Recebe o título de
doutor em medicina.

1882: Noivado com Martha
Bernays.

1882-5: Residência médica no
Hospital Geral de
Viena.

1884-7: Dedicar-se a estudos
sobre as propriedades
clínicas da cocaína,
envolve-se em
polêmicas a respeito

dos efeitos da droga.

1885-6: De outubro de 1885 a março de 1886, passa uma temporada em Paris, estagiando com Charcot no hospital Salpêtrière, período em que começa a se interessar pelas neuroses.

1886: Casa-se com Martha Bernays, que se tornará mãe de seus seis filhos.

1886-90: Exerce a medicina como especialista em “doenças nervosas”.

1892-5: Realiza as primeiras pesquisas sobre a sexualidade e as neuroses; mantém intensa correspondência com o otorrinolaringologista Wilhelm Fliess.

1895: Publica os *Estudos sobre a histeria e redige Projeto de psicologia para neurólogos*, que só será publicado cerca de cinquenta anos depois.

1896: Em 23 de outubro,

falece seu pai, Jakob Freud, aos 80 anos.

1897-9: Autoanálise sistemática; redação de *A interpretação dos sonhos*.

1899: Em 15 de novembro, publicação de *A interpretação dos sonhos*, com data de 1900.

1901: Em setembro, primeira viagem a Roma.

1902: Fundação da Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras (que em

1908 será rebatizada de Sociedade Psicanalítica de Viena). Nomeado professor titular em caráter extraordinário da Universidade de Viena; rompimento com W. Fliess.

1903: Paul Federn e Wilhelm Stekel começam a praticar a psicanálise.

1904: *Psicopatologia da vida cotidiana* é publicado em forma de livro.

1905: Publica *Três ensaios sobre a teoria da*

sexualidade, O caso Dora, O chiste e sua relação com o inconsciente. Edward Hitschmann, Ernest Jones e August Stärcke começam a praticar a psicanálise.

1906: C. G. Jung inicia a correspondência com Freud.

1907-8: Conhece Max Eitingon, Jung, Karl Abraham, Sándor Ferenczi, Ernest Jones e Otto Rank.

- 1907: Jung funda a Sociedade
Freud em Zurique.
- 1908: Primeiro Congresso
Psicanalítico
Internacional
(Salzburgo). Freud
destrói sua
correspondência. Karl
Abraham funda a
Sociedade de Berlim.
- 1909: Viagem aos Estados
Unidos, para a
realização de
conferências na Clark
University. Lá encontra
Stanley Hall, William

James e J. J. Putman.
Publica os casos
clínicos *O homem dos
ratos* e *O pequeno
Hans*.

1910: Congresso de
Nuremberg. Fundação
da Associação
Psicanalítica
Internacional. Em maio,
Freud é designado
membro honorário da
Associação
Psicopatológica
Americana. Em outubro,
funda o *Zentralblatt für
Psychoanalyse*.

- 1911: Em fevereiro, A. A. Brill funda a Sociedade de Nova York. Em maio, Ernest Jones funda a Associação Psicanalítica Americana. Em junho, Alfred Adler afasta-se da Sociedade de Viena. Em setembro, realização do Congresso de Weimar.
- 1912: Em janeiro, Freud funda a revista *Imago*. Em outubro, Wilhelm Stekel

se afasta da Sociedade de Viena.

1912-14: Redige e publica vários artigos sobre técnica psicanalítica.

1913: Publica *Totem e tabu*.

1913: Em janeiro, Freud funda a *Zeitschrift für Psychoanalyse*. Em maio, Sándor Ferenczi funda a Sociedade de Budapeste. Em setembro, Congresso de Munique. Em outubro, Jung corta relações com Freud. Ernest Jones

funda a Sociedade de
Londres.
1914: Publica *Introdução ao
narcisismo, História do
movimento
psicanalítico* e redige o
caso clínico *O homem
dos lobos*. Em abril,
Jung renuncia à
presidência da
Associação
Internacional. Em
agosto, Jung deixa de
ser membro da
Associação
Internacional.

1915: Escreve o conjunto de artigos da chamada Metapsicologia, nos quais se incluem *As pulsões e seus destinos*, *Luto e melancolia* (publicado em 1917) e *O inconsciente*.

1916-17: Publicação de *Conferências de introdução à psicanálise*, últimas pronunciadas na Universidade de Viena.

1917: Georg Grodeck ingressa no movimento

psicanalítico.

1918: Em setembro,
Congresso de
Budapeste.

1920: Publica *Além do
princípio do prazer*, em
que introduz os
conceitos de “pulsão de
morte” e “compulsão à
repetição”; início do
reconhecimento
mundial.

1921: Publica *Psicologia das
massas e análise do
ego*.

- 1922: Congresso em Berlim.
- 1923: Publica *O ego e o id*; descoberta de um câncer na mandíbula e primeira das inúmeras operações que sofreu até 1939.
- 1924: Rank e Ferenczi manifestam divergências em relação à técnica analítica.
- 1925: Publica *Autobiografia e Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os*

- sexos.*
- 1926: Publica *Inibição, sintoma e angústia e A questão da análise leiga.*
- 1927: Publica *Fetichismo e O futuro de uma ilusão.*
- 1930: Publica *O mal-estar na civilização*; entrega do único prêmio recebido por Freud, o prêmio Goethe de Literatura, pelas qualidades estilísticas de sua obra. Morre sua mãe.

1933: P u b l i c a *Novas conferências de introdução à psicanálise.*

Correspondência com Einstein publicada sob o título de *Por que a guerra?*. Os livros de Freud são queimados publicamente pelos nazistas em Berlim.

1934: Em fevereiro, instalação do regime fascista na Áustria; inicia o texto *Moisés e o monoteísmo*, cuja redação e publicação continuam

até 1938/39.

1935: Freud é eleito membro honorário da British Royal Society of Medicine.

1937: Publica *Construções em análise* e *Análise terminável ou interminável*.

1938: Invasão da Áustria pelas tropas de Hitler. Sua filha Anna é detida e interrogada pela Gestapo. Partida para Londres, onde Freud é recebido com grandes

honras.

1939: Em 23 de setembro, morte de Freud, que deixa inacabado o *Esboço de psicanálise*; seu corpo é cremado e as cinzas colocadas numa urna conservada no cemitério judaico de Golders Green.

OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO PARA LER FREUD

A interpretação dos sonhos – A caixa-preta dos desejos, por John Forrester

A psicopatologia da vida cotidiana – como Freud explica, por Silvia Alexim Nunes

Além do princípio do prazer – Um dualismo incontornável, por Oswaldo Giacoia Junior

As duas análises de uma fobia em um menino de cinco anos – O pequeno Hans – a psicanálise da criança ontem e hoje, por Celso Gutfreind

As pulsões e seus destinos – Do corporal ao psíquico, por Joel Birman

Compulsões e obsessões – uma neurose de futuro, por Romildo Do Rêgo Barros

Fetichismo – colonizar o outro, por Vladimir

Safatle

Histeria – O princípio de tudo, por Denise Maurano

Introdução ao narcisismo – O amor de si, por Carlos Augusto Nicéas

Luto e melancolia – À sombra do espetáculo, por Sandra Edler

O complexo de Édipo – Freud e a multiplicidade edípica, por Chaim Samuel Katz

O homem Moisés e a religião monoteísta – Três ensaios: O desvelar de um assassinato, por Betty B. Fuks

O inconsciente – Onde mora o desejo, por Daniel Omar Perez

O mal-estar na civilização – As obrigações do desejo na era da globalização, por Nina Saroldi

*Projeto para uma psicologia científica –
Freud e as neurociências*, por Benilton
Bezerra Jr.

Totem e tabu – Um mito freudiano, por
Caterina Koltai

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela
Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.

Psicologia das massas e análise do eu

Site do autor

<http://ricardogoldenberg.com.br/>

Facebook do autor

<https://www.facebook.com/joroscho>

Trecho do livro

<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2014/05/leia-trecho-de-psicologia-das-massas-e-analise-do-eu.shtml>